

**COMUNISMO  
OU  
CIVILIZAÇÃO  
5**

**Em lingua portuguesa**

**1986**

## COUCP 5

COMUNISMO OU CIVILIZAÇÃO pela  
INVARIÂNCIA da teoria do proletariado.

- Defendida na Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista – 1848); na AIT (obra do Conselho Geral de Londres dirigido por Marx); quando da Comuna; na Segunda Internacional; contra a degenerescência e falência desta (Esquerda socialista na Alemanha, Bolcheviques, Esquerda Socialista na Itália – Fração Abstencionista).
- Que triunfa na Rússia em 1917 e internacionalmente:  
Moscou 1919: fundação da terceira Internacional;  
Livorno 1921: fundação do Partido Comunista da Itália: ruptura com a democracia.
- Defendida pela Esquerda Comunista contra a degenerescência de Moscou; contra a União Sagrada na resistência ao fascismo.
- Que deve ser restaurada, assim como o Partido Comunista – órgão da classe proletária – fora de todo democratismo, carreirismo, individualismo, contra o imediatismo e contra toda dúvida revisionista quanto à doutrina.
- O objetivo de “Comunismo ou Civilização” é a reformalização do Partido Comunista.

“O comunismo é a VERDADEIRA solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a objetivação e a afirmação de si, entre o indivíduo e a espécie. Ele é o enigma resolvido da história e é consciente disto”. (Marx, 1844)

“A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram-se sob sua face sinistra cada vez que os escravos desta ordem levantam-se contra seus mestres. Então, esta civilização e esta justiça desmascaram-se como a selvageria sem máscara e a violência sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor faz ressaltar este fato com maior impacto. As atrocidades dos burgueses em junho de 1848 desaparecem por si mesmas diante da indizível infâmia de 1871. O heróico espírito de sacrifício, com o qual a população de Paris – homens, mulheres e crianças – combateu durante dias após a entrada dos Versalheses, reflete tanto a grandeza de sua causa, quanto as glórias infernais da soldadesca refletem o espírito inato desta civilização de que são os mercenários e os defensores. Gloriosa civilização, certamente, cujo grande problema é saber como livrar-se das pilhas de cadáveres que ela produziu, uma vez encerrada a batalha”. (Marx, “A guerra civil na França”

“O determinismo, na sua amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por uma vez a cabeça na frente”. (Diálogo com os mortos, 1957)

BREVE HISTÓRICO DO  
MOVIMENTO DA CLASSE  
PROLETÁRIA NA ÁREA  
EURO-NORTE-AMERICANA

## INTRODUÇÃO

As duas últimas crises da sociedade burguesa contribuíram para reforçar o resultado de 40 anos de acumulação capitalista: desenvolvimento do salariado, desenvolvimento inusitado da produtividade e da intensidade do trabalho, ritmo elevado do progresso técnico, em suma, das bases materiais que permitem ao capital tentar, no seu campo, negar as classes. Este progresso capitalista, apoiado na fase de contra-revolução mais profunda de toda a história do proletariado, e que a reforça por sua vez, constitui para o capitalismo uma vitória retumbante. Ele se permite hoje tirar lições ideológicas e paga-se o lucro de enterrar novamente a luta de classes e o comunismo. Após ter vencido o proletariado nos anos 20, o capital permite-se hoje economizar suas representações oficiais. Acabamento da vitória do capital, acabamento da derrota do proletariado. Enquanto isso, inexoravelmente a toupeira revolucionária escava sob as fundações da sociedade capitalista e, embora as primeiras rachaduras produzam-se no edifício, o corpo social crê mais do que nunca estar livre dela. Ironia da história. As tensões se acumulam, os barris de pólvora se enchem, a violência potencial cresce, mas os bombeiros sociais pensam que os incêndios mais espetaculares altearam-se no passado. Ironia da história. Mais ainda, a própria classe operária parece mais do que nunca desmobilizada. Após ter começado lutas na perspectiva de inflexionar a gestão capitalista, de fazê-la funcionar no sentido de seus interesses, mesmo na ocorrência de se deixar explorar mais, mas ao menos ter a “chance” de poder vender sua força de trabalho, a classe operária parece ter voltado à razão e passado a esperar com resignação a aurora do “liberalismo”, que levará enfim ao “pleno emprego”. Novas crises graves, a partir do próximo ano, irão desiludi-la, acuá-la contra a parede onde então a única alternativa é a luta ou a morte. Hid Rhodus Hic Salta! A única perspectiva que possui o capital é a guerra. Às convulsões cada vez maiores que o agitarão, responderá a cura obrigatória de uma guerra mundial. Mas este arrisca-se a matar o paciente com a doença e toda a sociedade arrisca-se a perecer com o Modo de Produção Capitalista, se o proletariado não impedi-lo na sua louca caminhada.<sup>1</sup>

Nesta espera o partido comunista saúda a crise a vir, pois ela traz consigo o grito da revolução: “Eu era, eu sou, eu serei!”

A seguir, veremos como Marx fundamentou a perspectiva de uma retomada da luta de classes no retorno de uma nova crise: “Uma nova revolução só é possível em seguida a uma nova crise, mas a primeira é tão certa quanto a segunda”. Marx procura sempre descobrir o segredo destes movimentos cíclicos de modo a prevê-los com o melhor grau de certeza, destacar a importância da crise e ver em quais circunstâncias ela pode em parte ser adiada. É no tempo de rotação do capital fixo que, para a fase moderna do modo de produção capitalista, a fase de submissão real do trabalho ao capital, que Marx pensava residir uma boa parte da explicação. O tempo de rotação é hoje de aproximadamente 6 anos e condiciona os ciclos de produção capitalista desde 1945.

O fato de que durante os 30 anos que se seguiriam à segunda guerra mundial tais crises foram de fraca amplitude, a ponto da burguesia inventar um novo conceito, o da “recessão”, que se diferencia da crise pelo fato de tratar-se apenas de uma simples inflexão da produção ao invés de um recuo brutal desta, tal fato não apenas iludiu a burguesia mais

---

<sup>1</sup> A catástrofe “civil” de Chernobyl vem nos dar um gosto antecipado do que será a guerra a vir: toda a Europa contaminada por um acidente acontecido na Ucrânia, acidente devido à lamentável organização social capitalista.

também certas frações do meio revolucionário, isto é, o que é considerado hoje, mais para pior do que para melhor, o que o comunismo teórico chama de “partido histórico”.<sup>2</sup> Mas, depois de 1975 não é mais possível negar que as “recessões” se transformaram em crises e por todos os cantos o termo crise reapareceu junto aos cronistas da burguesia. Quanto às fases de retomada, elas liberam uma tão fraca taxa de crescimento médio no período que muitos economistas – e a CCI (Corrente Comunista Internacional)<sup>3</sup> por exemplo, é um dos que assim também raciocinam – chegam mesmo a tomar, e é nisto que se enganam, os períodos de acumulação por períodos de crise.

Assim é que um escrivinhador qualquer pode afirmar, o que só faz aumentar a confusão, que: “Se podemos empregar o termo crise para designar o período que atravessa a economia mundial desde a grande recessão de 1974, é uma nova acepção deste termo em relação aquilo que antes designava. (...) Falar de crise hoje é falar do estado de “uma crise de crescimento” (Crescimento e Crise, Billandot, B. e Gaum,<sup>a</sup>)

Enquanto nas entranhas da sociedade burguesa amadurece a 22<sup>a</sup> crise de superprodução do modo de produção capitalista, que deverá explodir em meados de 1987, eis que para certos espíritos “soou a hora das verificações”. “Não existe nem jamais existiu nestes últimos decênios crise capitalista de superprodução” (G. Munis – A arma da crítica. Suplemento e Alarme, órgão do Fomento Obrero Revolucionário).

Quando sabemos que tais declarações vêm de um dos camaradas mais velhos e mais estimados do comunismo internacionalista, um dos que, contra ventos e marés nas piores circunstâncias, soube permanecer fiel ao comunismo de Marx, Engels, Lenine ou Trotsky,

---

<sup>2</sup> A reivindicação de CouC ser apenas um momento no curso do partido comunista histórico (conferir nosso n° 2 em língua portuguesa), implica que reconhecemos a existência de outros momentos dentro deste curso. É no movimento concreto da luta de classes que as correntes que reivindicam o comunismo mostram-se capazes ou de superar suas fraquezas aderindo mais firmemente ao programa, ou, ao contrário, soçobram totalmente na contra-revolução. O que é justo afirmar é que somente aqueles que tiverem permanecido firmemente no estreito terreno do programa comunista e tiverem empreendido uma intensa atividade teórica e prática para sua restauração integral, e sua reapropriação, serão capazes de enfrentar a tormenta da luta de classes. Evidentemente que, quando nos referimos ao “meio revolucionário atual, referimo-nos a estes momentos que com maior ou menor firmeza reivindicam o programa comunista, isto é, às correntes que não romperam definitivamente com o comunismo autêntico: Partido Comunista Internacional – PCI; Grupo Comunista Internacional – GCI; Corrente Comunista Internacional – CCI, etc... e nunca a contra-revolucionários trotskistas, ou stalinistas.

<sup>3</sup> A CCI é hoje a expressão mais acabada dos partidários da “decadência do Capital”, conceito que rompe com o comunismo em todos os planos. Este conceito divide a curva de vida do modo de produção capitalista em uma fase ascendente e uma fase de “decadência do capitalismo”, sendo o ponto de inflexão 1914. Ou seja, defende a tese luxemburguista de que a partir de 1914 as forças produtivas deixaram de crescer! Para a CDI, o caráter inelutável da decadência manifesta-se em cada forma de produção. Somente na emergência da fase de declínio necessário é que pode surgir uma forma superior. Nesta visão, portanto, o curso histórico de toda forma de produção incluiria automaticamente um período de diminuição definitivo do crescimento das forças produtivas. Esta concepção une-se, no seu gradualismo, ao revisionismo. Para ela, o comunismo não nasce de um salto brusco de uma ruptura revolucionária, no apogeu do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, mas pouco a pouco, do declínio delas. Na realidade a revolução comunista emerge da “exaltação dialética da massa das forças produtivas que o capitalismo controla, de sua acumulação e concentração ilimitadas, e, ao mesmo tempo, da reação antagonista das forças dominadas representadas pela classe proletária” (Esquerda Comunista da Itália – Reunião de Roma, 1951). Ou seja, a revolução comunista nasce da crise catastrófica do MPC.

A convergência formal que pode existir entre algumas posições de nossa corrente e as da CCI (anti-parlamentarismo, crise, etc...), não deve esconder o profundo antagonismo que existe ao nível do programa comunista.

podemos então medir o extraordinário recuo, inclusive no movimento comunista, dos princípios fundamentais do programa comunista. Neste artigo, Munis passa em revista os fatos característicos de uma crise de superprodução para poder afirmar, com apoio de números ou evidência, que as crises de superprodução não existem. Assim procedendo recorre a várias formas de prestidigitações. Inicialmente (examinaremos outros aspectos adiante), resume-se em parte Marx, depois tempera-o com o mólho da CCI, no caso retomando certos elementos de Marx, e depois projeta-se tudo isso no tempo, isto é, fazendo-se acreditar que Marx falava da crise de superprodução como uma crise permanente. Que a concepção da CCI seja a de uma crise permanente é uma coisa, e neste sentido isso conduziu-a a ter uma visão fatalista, gradualista, pacifista da política revolucionária, mas aproveitar-se disso para apresentar uma tal perspectiva como sendo a do programa comunista não é argumento sério.

“É necessário distinguir, escreveu Marx, quando Smith explica a queda da taxa de lucro pela superabundância de capital, que ele fala de um efeito permanente, o que é falso. Ao contrário, super-abundância transitória de capital, superprodução, crise, é algo muito diferente. Crises permanentes, isto não existe.” (Marx, Teorias sobre a mais-valia)

Por conseguinte, a questão é: os sintomas de uma crise de superprodução manifestaram-se em permanência ao longo das últimas décadas, mas ao longo das últimas décadas os sintomas de uma crise de superprodução manifestaram-se mais ou menos regularmente?

Freqüentemente indicamos nesta nossa revista que o ciclo é de aproximadamente 6 anos. Duas crises de superprodução explodiram desde os anos 1970, uma em 1974-1975 conforme os países, e outra no período 1980-1982. Elas têm como ponto de partida comum o centro capitalista mais desenvolvido: os Estados Unidos da América, e para atingir as metrópoles mais desenvolvidas do capitalismo mundial elas não demoraram, em geral, mais do que um trimestre, enquanto que a crise de 1929 demorou 2 ou 3 anos para atravessar a Europa. Isto testemunha o grau de unidade que o capital adquiriu em escala mundial e sua crescente concentração.

O que é ainda mais flagrante quando as recentes crises colocaram um oceano suplementar em seu percurso, atravessando o Pacífico com a mesma rapidez, que doravante já é o principal pólo de trocas internacionais, como Marx havia previsto desde 1853.

Quanto à “cortina de ferro”, ela mostra nestas ocasiões que também não é poupada pelas crises do capital.

Passemos aos sintomas relevados por Munis e vejamos se estes manifestaram-se ou não nos períodos efetivos de crise.

“O efeito mais devastador da crise de superprodução diz respeito ao proletariado de cada país. As demissões de operários se multiplicam... “os crisistas”... confundiram um reajustamento técnico com a desordem da superprodução e, por conseguinte, as demissões causadas pelo primeiro com a enorme massa dos sem trabalho com a crise em questão”

É sem dúvida exato que o aumento do desemprego e crise não são sinônimos. Trinta anos de excepcional acumulação capitalista deixaram um exército de reserva industrial em um nível suficientemente baixo para que os arautos do modo de produção capitalista pudessem crer e fazer crer que o “pleno emprego” (entendido no seu sentido popular, isto é, manutenção do desemprego em um mínimo) e o modo de produção capitalista eram doravante compatíveis. Era contar com a exclusão da célebre lei da queda tendencial da

taxa de lucro, que está ligada, de uma parte, ao aumento da composição orgânica e exprime, portanto que para uma igual massa de capital emprega-se menos trabalho vivo, e, de outra parte, à queda da taxa de acumulação, em que o capital tende, dada a queda da taxa de lucro, a acumular-se menos rapidamente, seguindo-se um crescimento do exército de reserva industrial, onde o “desemprego” é apenas o aspecto mais visível.<sup>4</sup> Este exército industrial está submetido às vicissitudes do ciclo industrial e infla-se ou contrai-se conforme as necessidades do capital. Se uma diminuição do movimento do que os economistas chamam de taxa de crescimento (que está relacionada à taxa de lucro) permitiu a consolidação deste exército de reserva, este pode ser reabsorvido parcialmente na parte do ciclo onde a acumulação do capital acelera-se para aumentar-se brutalmente no momento da crise. Conseqüentemente, se de ciclo em ciclo houve uma queda da taxa de crescimento e, portanto, uma consolidação do exército de reserva, isto não significa que este inchou no momento da crise? Aqui Munis se cala. Vejamos portanto os fatos. Tomemos alguns entre os países que contam no mercado mundial:

**NÚMERO DE DESEMPREGADOS ( em milhares)**

	1970	1973	1975	1979	1980	1981	1982	1983	jan/84	set/85
<b>USA</b>	4.093	4.365	7.929	6.137	7.637	8.273	10.778	10.717	9.026	8.274
<b>ALEMANHA</b>	149	273	1.074	876	889	1.272	1.833	2.258	2.539	2.251
<b>FRANÇA</b>	510	576	902	1.355	1.452	1.694	1.863	1.864	2.252	2.436
<b>REINO UNIDO</b>	555	557	838	1.235	1.513	2.395	2.770	2.984	3.199	3.276

Por conseguinte, em cada crise, 1975, 1981-2, o desemprego cresce brutalmente. Estes fenômenos foram, por exemplo, mais ou menos encobertos na França, em que a esquerda, nesta época, estava ensaiando o seu famoso “tratamento social” do desemprego (trabalho parcial, etc).

Assim sendo, o crescimento do desemprego nos anos seguintes, além de testemunhar a fraca taxa de crescimento da economia francesa, também mostra que as barragens erguidas diante do desemprego foram se abrindo. De outra parte, algumas leis sociais tiveram o efeito de aplainar bem mais a curva do desemprego do que nos Estados Unidos, por exemplo, onde o ciclo clássico aparece bem melhor. Conseqüentemente, tem-se o agravamento do desemprego durante as crises, consolidação do exército de reserva em um nível sempre mais elevado durante o ciclo, dada a queda tendencial da taxa média de crescimento de um ciclo a outro. Lembremo-nos que no momento da última retomada americana, em parte dopada pelo déficit orçamentário e comercial, os bons apóstolos da sociedade burguesa estavam entusiasmados com os efeitos da “reagonomic” e com as capacidades da economia americana reabsorver rapidamente o desemprego. Como havíamos previsto no nosso número 17 da edição francesa (novembro de 1984, pg 2), esta queda do desemprego consecutiva à acumulação do capital deixou-o, no entanto, num nível mais elevado do que o do ciclo anterior (1975-1981). O desemprego médio no conjunto do período (1981-1987) será portanto bem maior. O máximo de desemprego que era quase de 8 milhões em 1975 atingiu 10,7 milhões em 1982-1983. É provável que o desemprego ultrapasse a casa dos 12 milhões quando ocorrer a próxima crise em meados de 1987.

<sup>4</sup> O estudo da superpopulação (absoluta e relativa) para o capital encontra-se no nosso n° 3 , pp 42-57: “A acumulação do capital no curso das duas fases históricas do modo de produção capitalista”

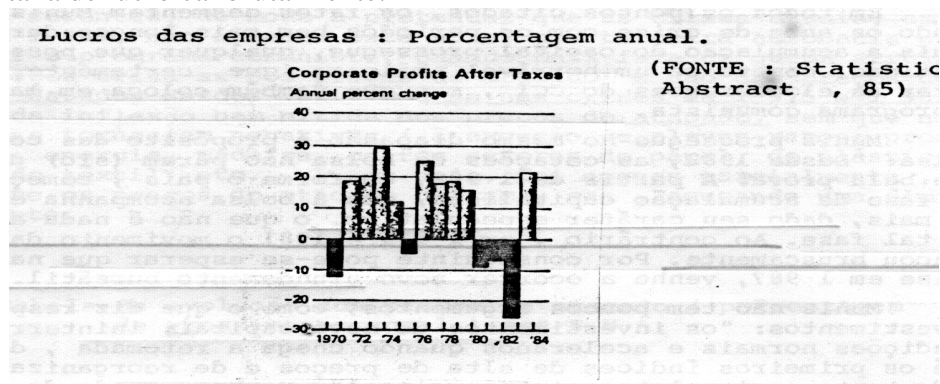
Vimos que, contrariamente às afirmações de Munis, houve na realidade um agravamento do desemprego durante a crise. Para se esquivar do problema Munis recorre então a um outro estratagem. Começa a comparar as crises recentes com uma crise maior, no caso a crise de 1929, e declara que em comparação a 1929 as atuais crises não são crises: “Durante a crise dos anos 30, somente na Alemanha havia mais de 10 milhões de operários sem trabalho para uma população inferior à de hoje; nos Estados Unidos muitos milhões a mais, e também mais ou menos proporcionalmente nos outros países industrializados. A vagabundagem o “lumpen proletariat” abundavam nos Estados Unidos.”

O que quer dizer tudo isso? Que as crises mais recentes foram menos fortes do que a de 1929? Quem nega isso, a não ser alguns imbecis que escrevem em “Revolution Internationale” (órgão do CCI). Isto não significa que as crises não ocorreram nem, sobretudo, que as crises a vir não sacudirão muito mais profundamente os fundamentos da sociedade burguesa do que a de 1929, que dará até saudade. Os fatos citados por Munis mostram simplesmente a enorme capacidade de resistência que o capital desenvolveu, em que as crises atuais intervêm no quadro de uma produtividade global do trabalho extraordinariamente desenvolvida em relação a 1929. Isto mostra que os parapeitos colocados pelo capital ainda têm o seu papel, que suas capacidades de limitar os efeitos das crises são maiores; mas infeliz da burguesia quando tudo o que foi descontado tiver que ser devolvido.

Munis não dá a menor importância para tudo isso: “Não há e não houve crise de superprodução. Em nenhum momento um dos sintomas que lhes são próprios esteve presente. Nem perda de capital, nem falência de grandes monopólios, nem mesmo suspensão do crescimento do capital global.”

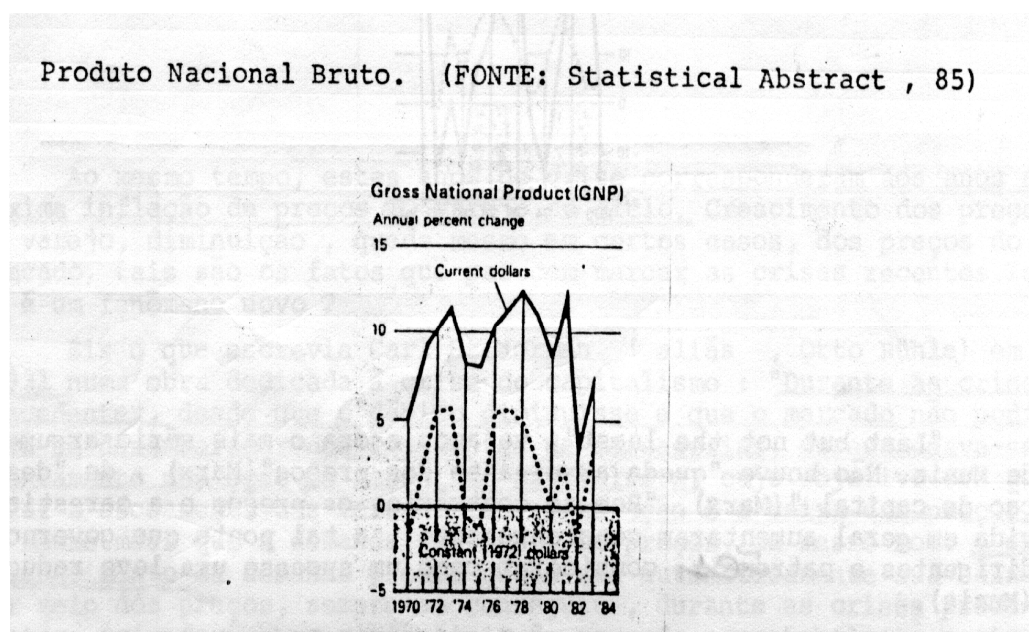
Tantos pontos levantados, outras tantas contra-verdades, tanta cegueira diante de fatos os mais elementares.

Nenhuma perda de capital? Consideremos a evolução das taxas de lucro das empresas nos Estados Unidos. O gráfico abaixo é eloqüente e mostra que a cada fase do ciclo a taxa de lucro cai brutalmente.



Nenhuma falência de monopólios? O que dizer das dificuldades ou dos grandes déficits da Chrysler, International Harvester, U.S. Steel, Continental Illinois Bank, entre outras nos Estados Unidos? Ou da RhônePoulenc, Creusot-Loire, Thompson, Renault, Peugeot, etc. na França? E a lista poderia ser ampliada com empresas importantes dos principais ramos da produção industrial de outros países e com empresas menos conhecidas, que são líderes de seus respectivos ramos.

Nenhuma suspensão do crescimento do capital global? O que significa então o recuo do PIB de numerosos países industrializados em 1975 ou entre 1980-82? Quanto ao comércio mundial, nos mesmos períodos ele sofreu contrações ainda mais fortes. Tomemos novamente o país mais desenvolvido, os EUA, e obtemos o seguinte gráfico:

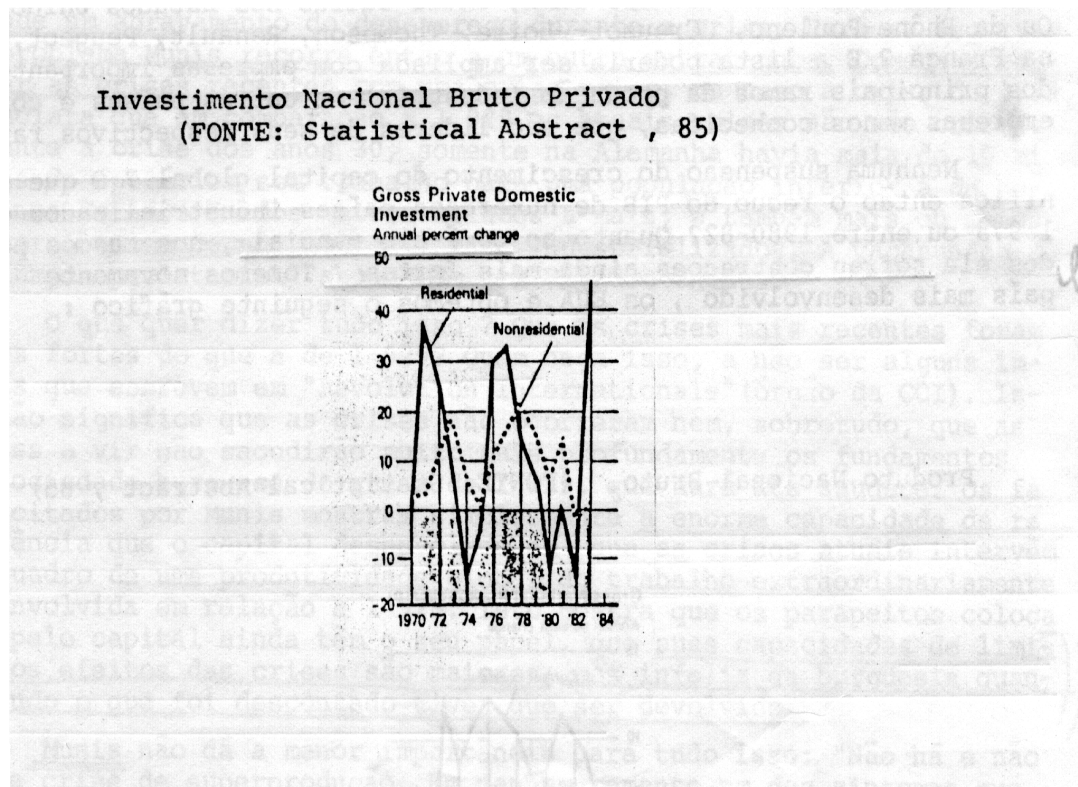


Em todos os pontos citados, os fatos desmentem Munis. Confundindo os anos de crise com os períodos bem mais longos durante os quais a acumulação do capital prossegue, qualquer que possa ser sua lentidão, comete-se um horrível amálgama que, certamente, pode refutar as elocubrações do CCI, mas que também coloca em maus lençóis o programa comunista.

Munis prossegue no mesmo diapasão a propósito das cotações da bolsa: “Desde 1982, as cotações da bolsa não param (sic) de subir”. Que bela prova! A partir de 1982, conforme o país, começou uma nova fase de acumulação capitalista, que a bolsa acompanha e mesmo para mais, dado seu caráter especulativo, o que não é nada anormal numa tal fase. Ao contrário, em 1975 e 1981 o movimento da bolsa despencou bruscamente. Por conseguinte pode-se esperar que na próxima crise em 1987, venha a ocorrer novo afundamento bursátil.

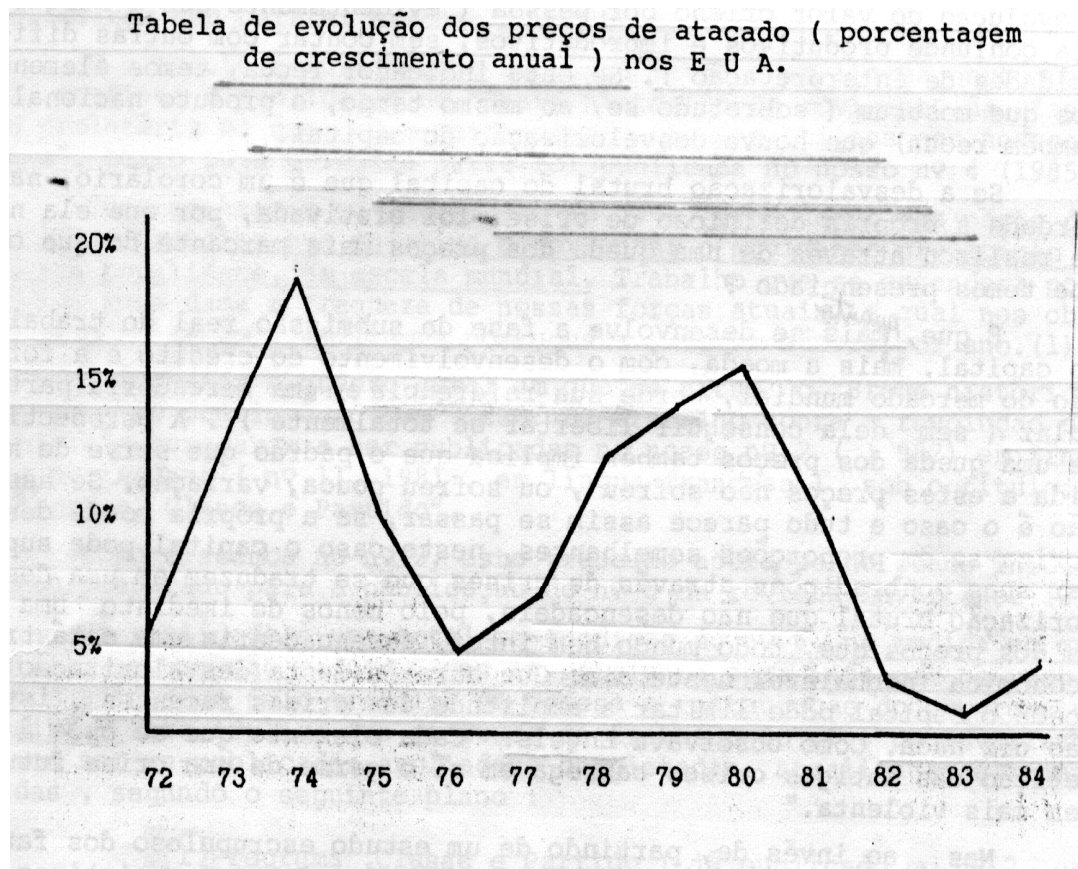
Munis não tem poucos argumentos, como o que diz respeito aos investimentos: “os investimentos de novos capitais, ininterruptos nas condições normais e acelerados quando chega a retomada, desaparecem até os primeiros índices de alta de preços e de reorganização do mercado tanto nacional como internacional”. Nenhuma queda de

investimento? Em cada crise o investimento recuou, para retomar com a retomada da expansão capitalista.



“Last but not the least”, vejamos agora o mais sério argumento de Munis. Não houve “queda arruinante dos preços” (Marx), de “destruição do capital” (Marx). “Bem ao contrário, os preços e a carestia da vida em geral aumentaram constantemente, a tal ponto que governos, dirigentes e patrões, consideram como um sucesso uma leve redução” (Munis).

Temos aí, após a assimilação das posições de Marx às do CCI depois da comparação falaciosa entre duas crises, a dos anos 1930 e as crises recentes, de modo a pretender que as crises atuais, em comparação à 1929, não merecem este nome, uma terceira acrobacia para desnaturar o programa comunista. Quando Marx fala de queda arruinante dos preços trata-se dos preços do atacado e não dos preços do varejo. Nos Estados Unidos verificou-se nas crises de 1975 e 1981 o fenômeno da inflexão bem nítida dos preços do atacado, sem que no seu conjunto se tornassem negativos (à exceção de alguns ramos: produtos agrícolas, energia, madeira, certos setores do papel, do plástico, da química, do têxtil, etc...), ou seja, foi apenas parcialmente, sem dúvida, que os preços do atacado caíram, mas, acusando uma diminuição marcante.



Ao mesmo tempo, estes anos de crise corresponderam aos anos de máxima inflação de preços no varejo do ciclo. Crescimento dos preços no varejo, diminuição, queda mesmo em certos casos, dos preços do atacado, tais são os fatos que parecem marcar as crises recentes. Isto é um fenômeno novo?

Eis o que escrevia Carl Steuerman (aliás, Otto Rühle) em 1931 numa obra dedicada à crise do capitalismo: “Durante as crises precedentes, desde que o débito diminuísse e que o mercado não podia mais se desembaraçar dos excedentes de mercadorias, desencadeava-se prontamente uma ação no mecanismo capitalista, cujo objetivo era acelerar o escoamento das mercadorias. Esta ação é a baixa dos preços. Do mesmo modo que a demanda faz subir os preços, do mesmo modo o enfraquecimento da demanda produz quase que automaticamente sua baixa. Por meio dos preços, sempre se conseguiu, durante as crises precedentes, triunfar sobre a paralisia do mercado e restabelecer a circulação de mercadorias. Não é assim na crise atual. Ela parece seguir uma lei diferente. A demanda cai, mas não os preços, ou eles caem muito pouco, muitíssimo pouco em relação à massa de mercadorias supérfluas, muito pouco também em relação à diminuição profunda do poder de compra das massas. Em certos casos, os preços têm mesmo tido a tendência a aumentar.” (C. Steuerman – A crise mundial).

Como vemos, este tipo de fenômeno já se apresentou, pelo menos em parte, na crise de 1929 e mesmo Munis não chegou a declarar que em 1929 não houve crise. Em vez de se entregar a um estudo minucioso destes fenômenos, de analisar seus alcances e

conseqüências, de prever seus retornos ou suas desapareções, Munis prefere renegar o programa comunista. Apesar destes fenômenos, houve desvalorização do capital? Pois o fundamento da queda dos preços vem destruir, por uma tal queda o capital excedente. Dispomos de um elemento de apreciação, com a evolução do que a burguesia chama de produtividade, e que corresponde mais ao que chamamos de intensidade do trabalho, que mede aqui a evolução do valor criado por pessoa (evidentemente que a burguesia confunde produtivos e improdutivos, sem contar com outras dificuldades de interpretação). Se este indicador recua, temos elementos que mostram (sobretudo se, ao mesmo tempo, o produto nacional também recua) que houve desvalorização do capital.

Se a desvalorização brutal do capital que é um corolário – na verdade a própria definição de crise – foi efetivada, por que ela não se realizou através de uma queda dos preços mais marcante do que o que temos presenciado?

É que, quanto mais se desenvolve a fase de submissão real do trabalho ao capital, mais a moeda, com o desenvolvimento do crédito e a formação do mercado mundial, perde sua referência em uma mercadoria particular (sem dela conseguir libertar-se totalmente). A perspectiva de uma queda dos preços também implica que o padrão que serve de medida a estes preços não sofreu, ou sofreu pouca, variação. Se assim não é o caso e tudo parece assim se passar, se a própria moeda desvaloriza-se em proporções semelhantes, neste caso o capital pode superar suas contradições através de crises que se traduzem em uma desvalorização brutal que não desencadeia, pelo menos de imediato uma queda dos preços que, todo mundo bem intui, desencadearia uma catástrofe econômica inigualável neste dia. Que através desta desvalorização da moeda o capital pôde limitar a amplitude das crises recentes, isto não diz nada. Como observava Engels: “Cada elemento que se opõe à repetição das antigas crises carrega em si o germe de uma crise futura bem mais violenta.”

Mas, ao invés de, partindo de um estudo escrupuloso dos fatos atuais, tentar-se prever a chegada desta crise futura, assistimos infelizmente a tentativas mais próximas do jornalismo burguês do que da política do comunismo revolucionário, que proclamam, contra a realidade, que as crises de superprodução “desapareceram”.

Como observara Marx no rastro da revolução de 1848, “É normal que as violentas explosões que ocorrem no corpo burguês produzam-se mais nas extremidades do que no coração, pois a possibilidade de compensação é muito maior no primeiro caso do que no segundo”. Nada de extraordinário, portanto, que as crises mais recentes, cujo ponto de partida situa-se nos Estados Unidos da América do Norte tenham contra-golpes ainda mais fortes nos países capitalistas menos desenvolvidos e, em particular, na América Latina. Neste sub-continente, a crise do início dos anos 80 foi bem mais forte do que a de 1975. Ela reduziu a zero os sonhos da burguesia latino-americana de um desenvolvimento capitalista igual ao das velhas metrópoles imperialistas, colocando a nu o colossal endividamento da maioria dos países (o Brasil e o México são os dois países mais endividados do mundo). Esta situação forçou a burguesia, sob a pressão do imperialismo mundial, ele próprio preocupado de jamais ver tais dívidas pagas – o que poderia ter graves conseqüências – empurrar o processo com a barriga através de novos empréstimos, os quais são garantidos pelo recrudescimento da miséria, da exploração e da opressão, sangrando tanto o proletariado como o campesinato, ao mesmo tempo em que ataca o nível de vida das classes médias. A próxima crise promete ser ainda mais terrível e realmente arruinará qualquer perspectiva de reembolso das dívidas. Numerosos estados estarão, senão em bancarota, mas no seu limite, com todas as repercussões que um tal fenômeno terá sobre as velhas metrópoles do capitalismo, particularmente os Estados Unidos.

Estes fenômenos ensinam que, mais do que nunca a economia capitalista mundial forma um todo, em que todos os momentos são solidários. Todo que se encontra gravemente ameaçado nas crises, cuja única saída positiva só poderá ser uma revolução internacional (mais do que nunca, as teses estalinistas do socialismo num só país demonstram seu caráter errôneo e contra-revolucionário).

O presente quinto número de nossa revista em língua portuguesa, continua a publicação do “Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens aos nossos dias”, texto cuja primeira parte foi publicada no nosso n° 4 (1985).

Como mostramos na Introdução ao no 4, este texto faz parte de um longo trabalho que objetiva compreender o movimento proletário em sua totalidade, em escala mundial. Trabalho que se estenderá por vários anos dada a fraqueza de nossas forças atuais, a qual nos obriga à publicação, em língua portuguesa, de um número por ano.<sup>5</sup>

Recordemos o quadro geral em que se situa o “Breve histórico” ele próprio continuação das “Teses de trabalho sobre a revolução comunista” que começaram a ser publicadas no nosso n° 2 (1982) em língua portuguesa ( n° 11, 1981, em língua francesa) sob o título “Programa, Classe e Partido”.

Como dissemos no n° 2, este trabalho apóia-se no plano inicialmente preparado para a publicação do n° 6 da revista Invariance<sup>6</sup>.

Na realidade é uma total re-fundição do n° 6, na medida em que este tornou-se não caduco, mas insuficiente para integrar os resultados atingidos pelo trabalho de defesa e restauração do programa comunista. Isto implica que as teses de trabalho do n° 6 de Invariance devem ser re-publicadas ampliadas, completadas, atualizadas e remanejadas, segundo o seguinte plano:

1. Programa, Classe e Partido ( já publicado no n° 2, em língua portuguesa e n° 11 em língua francesa).
2. Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens aos nossos dias (publicação em curso: n° 4 e n°5, em língua portuguesa; n° 16, n°18 , n° 4, em língua francesa).
3. A questão russa e a teoria do proletariado.
4. O movimento proletário em outras áreas, as revoluções anti-coloniais.
5. O desenvolvimento do modo de produção capitalista.
6. Estado e mistificação democrática.
7. Defesa e restauração do programa comunista.
8. A revolução comunista.
9. A sociedade comunista.

Os capítulos 2,3 e 4 correspondem, neste nosso plano de re-publicação das teses do n° 6 de Invariance, aos seus capítulos 1,2 e 3, respectivamente. Estes 3 capítulos de

---

<sup>5</sup> Nossa edição em língua francesa (já em seu número 21) de uma periodicidade semestral, prossegue publicando o “Breve histórico...” Uma vez por ano, alternando-o com o estudo sobre a crise catastrófica do modo de produção capitalista. De outra parte, CouC tem, para o ano de 1987, o projeto de publicar várias traduções especiais, em inglês, alemão e italiano.

<sup>6</sup> Como já dissemos em números anteriores, o número 6 de Invariance, antiga série, publicada na França entre 1968 e 1969, constitui para nós um documento de referência primordial (ver também a nota 1 do item 2.1.6.9 no texto que se segue, para maiores referências a Invariance).

Invariance deviam fornecer, em conjunto, elementos para a compreensão do curso do movimento da classe proletária em sua totalidade, em escala mundial.

O primeiro capítulo (“Breve histórico...”) enquadra a emergência do movimento numa área bem precisa: a que tira sua unidade do fato de ser a primeira a conhecer o desenvolvimento do modo de produção capitalista e de suas contradições, a ponto de abrir caminho para um ciclo proletário cuja perspectiva é a revolução comunista pura (Inglaterra em 1848 e França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, a partir de 1870).

No entanto, nos confins da Europa, na Rússia e na Ásia, a situação histórica ainda permitia, mesmo quando explode a primeira guerra imperialista mundial (1914), uma combinação de vários tipos de revolução, como ocorreu na Europa em 1848. Dedicando o 2º capítulo à Rússia, Invariance estudava mais detalhadamente o fenômeno que fornecerá a base de todas as revoluções posteriores da Ásia e da África: a possibilidade de engavetamento de uma revolução burguesa e de uma revolução proletária. Mas, as revoluções anti-coloniais – tema do 3º capítulo – não conhecerão o transpassamento revolucionário proletário vitorioso em plena fase de contra-revolução mundial.

Pensamos que somente depois de aprofundarmos o estudo e nos armarmos com as conclusões dos dois primeiros capítulos (capítulos 2 e 3 de nosso plano de re-publicação), é que podemos nos lançar ao estudo do movimento proletário nas outras áreas, encerrando o ciclo que disporá de todos os elementos teóricos e históricos que permitirão afrontar a reemergência do fenômeno revolucionário em escala mundial.

Deste modo, apenas no 4º capítulo de nosso plano de re-publicação – o que significa não antes de alguns anos – é que desenvolveremos o histórico do movimento da classe proletária nas áreas latino-americana, asiática e africana.<sup>7</sup>

Neste número 5 e no próximo (nº 6, a ser publicado em 1987), como no nº 4, mostramos como, a partir de situações particulares, a classe proletária da Inglaterra, da França e da Alemanha foi levada a formular uma crítica de suas condições de vida e como a fusão destas três críticas resultou no programa comunista, arma definitiva da classe operária para sua emancipação.

Do mesmo modo, o proletariado das outras áreas, a partir de sua situação particular, só pode situar-se no terreno do programa universal da classe proletária: o programa comunista.

É de seu próprio ser, portanto, acima da experiência de cada fração da classe operária mundial, que o proletariado tira sua vocação revolucionária e o movimento histórico da classe nada mais é do que a expressão deste ser revolucionário. É por isso que os elementos históricos que se depreendem do estudo do curso histórico do proletariado na Europa do século XIX têm alcance universal: são princípios aos quais não se aplica nenhuma “adaptação”, “nenhum particularismo”, nenhuma postura de “historiadores”, sem correr o risco de colocar em xeque a própria doutrina na sua integralidade. Cabe ao partido comunista, órgão internacional da classe operária, precisar a estratégia e a tática que o proletariado mundial seguiu e seguirá, considerando as especificidades históricas de cada área, mas sempre fundamentando-se nas lições passadas e presentes, as quais não pertencem a um proletariado “europeu”, mas à classe na sua universalidade:

---

<sup>7</sup> Este vasto trabalho, realizado ao lado do também vasto trabalho sobre a crise do modo de produção capitalista, constitui apenas o início de um enorme trabalho que não nos pertence como propriedade particular, mas diz respeito a todo o movimento comunista em curso de reconstituição.

- necessidade da constituição da classe em partido político distinto e oposto aos outros partidos burgueses;
- nenhuma aliança, uma vez que já está encerrado o ciclo revolucionário burguês, com a classe burguesa ou uma fração desta;
- crítica da democracia e de suas formas (parlamentarismo);
- necessidade da tomada do poder político em escala internacional e do exercício da ditadura do proletariado; transição política para a sociedade sem classes;
- abolição das classes e do salariado; formação de uma comunidade humana mundial: o comunismo.

É a luz de nossas conclusões de partido sobre todas essas questões que poderemos abordar o estudo do movimento da classe proletária na área eslava e nas outras áreas.

## 2.1.6. BATALHAS PELO PARTIDO: AS ORIGENS DA LIGA DOS COMUNISTAS

2.1.6.1. Foi do gigantesco esforço despendido pelo proletariado europeu, ao longo dos anos de sua formação, que a escola histórica do comunismo revolucionário pôde tirar a luminosa conclusão segundo a qual:

“O processo histórico da emancipação do proletariado e o estabelecimento de uma nova ordem social decorre da existência da luta de classes. Toda luta de classes é uma luta política, isto é, ela tende a se transformar em uma luta pela conquista do poder político e pela direção de um novo organismo estatal. Por conseguinte, o órgão que conduz a luta de classe à sua vitória final é o partido político de classe, único instrumento possível de insurreição revolucionária, inicialmente, e de governo, em seguida.” (Teses de Lyon – 1926)<sup>8 9</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. também Marx a Weydemeyer, 5.03.1852:

“O que minha contribuição trouxe de novo foi:

1º ) Demonstrar que a existência das classes está ligada a fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção;

2º ) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado;

3º ) que esta mesma ditadura representa apenas uma transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes;

<sup>9</sup> Em 1926, o rumo da revolução mundial balança definitivamente. A única forma de salvar a Rússia proletária residia na sublevação maciça do proletariado de todos os países. A Esquerda Comunista da Itália pede, em nome da revolução mundial, que a política do Estado russo seja dirigida pela Internacional. Mas a vaga de refluxo revolucionário era demasiado forte e a teoria do “socialismo em só país” ganha força (o VIº Congresso da Internacional – 1928, assiste à vitória desta teoria). Neste ano de 1926, realiza-se em Lyon (França), na clandestinidade, o IIº Congresso do Partido Comunista da Itália, no qual a Esquerda apresenta as denominadas Teses de Lyon. As teses, fundamentalmente, reafirmam o papel do partido comunista na revolução proletária, enfatizando que a revolução não é uma questão de forma de organização. Ou seja, não é a forma partido que deve ser privilegiada em nome de um fetichismo qualquer, mas seu conteúdo, o programa comunista. Reafirma-se que o centralismo orgânico é o modo de ser do partido. Desenvolvem-se as regras táticas do partido, assim como suas relações com o corpo da doutrina. Finalmente, as teses fazem um balanço do período revolucionário que se finda, fornecendo elementos de crítica aos erros cometidos. O leitor pode se remeter ao nosso número 1 da edição em português (p. 83/84), ou ao nosso número 2 da edição em francês (p.

Como veremos na continuação deste trabalho, a possibilidade de um partido verdadeiramente comunista só acontecerá após uma longa batalha pela vitória dos princípios comunistas, batalha conduzida pela vanguarda comunista do proletariado, no seio de todas as expressões e tendências que a situação histórica da classe proletária produz num primeiro momento.

Mas o que esta situação material do proletariado produz de maneira espontânea (“o partido surge naturalmente do solo da sociedade moderna” – Marx), é a absoluta necessidade de seu reagrupamento em organizações que exprimem cada vez mais precisamente seus propósitos e objetivos revolucionários.

“A luta é inicialmente engajada pelos operários isolados, depois pelos operários de uma mesma fábrica, enfim pelos operários de um mesmo ramo da indústria, em uma mesma localidade, contra os burgueses que os exploram diretamente (...).

Neste estágio, os operários formam uma massa disseminada através do país e atomizada pela concorrência. Se acontece dos operários se apoiarem numa ação de massa, isto ainda não é o resultado de sua própria união, mas a da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, deve pôr todo o proletariado em movimento, e que ainda possui provisoriamente o poder de fazê-lo (...). Ora, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado só faz crescer numericamente. Está concentrado em maiores massas. Sua força aumenta e ele toma maior consciência disto (...).

Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses; unem-se para defender seus salários. Chegam até formar associações permanente para estarem preparados para sublevações eventuais. Aqui e ali a luta explode em motins.

De tempos em tempos, os operários triunfam. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas é menos o sucesso imediato do que a união cada vez maior dos trabalhadores.

Esta união é favorecida pelo crescimento dos meios de comunicação que são criados por uma grande indústria e que fazem operários de localidades diferentes relacionarem-se. Ora, basta este estabelecimento de contato para centralizar as numerosas lutas locais de mesmo caráter em uma luta nacional, para dela fazer uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política e a união que os burgueses da idade-média levaram séculos para estabelecer com suas estradas vicinais, os proletários modernos a realizam em alguns dias graças às estradas-de-ferro.

Esta organização dos proletários em classe, e portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que os operários fazem entre si. Mas ela sempre renasce, e cada vez mais forte, mais firme, mais potente.” (Manifesto do Partido Comunista)

2.1.6.2. Mesmo se o conflito entre as classes é permanente na sociedade e se exprime sob as formas mais diversas, desde as formas mais insignificantes de protesto até ao motim, todas ao longo do ciclo de uma forma de produção, a luta de classes, no sentido estrito, isto é, a luta política de classes, não explode a não ser em raros momentos, quando os protagonistas se defrontam diretamente pela posse do poder político. O proletariado só luta verdadeiramente como classe quando está organizado em partido político, isto é, desde que

---

17/18), para uma visão global da posição da Esquerda Comunista da Itália frente à degenerescência do movimento proletário, a partir de 1926, sintetizada nas Teses de Lyon.

toma consciência de sua missão histórica pela mediação de um órgão capaz de dirigir sua luta. A identidade material que unifica o proletariado como “classe-em-si” (isto é, seu lugar idêntico no seio das relações de produção), torna-se também identidade histórica e política, a da “classe em-si e para si”, que se ergue contra as outras classes da sociedade.

“Os diferentes indivíduos somente constituem uma classe à medida em que devem conduzir uma luta comum contra uma outra classe” (Marx-Engels. Ideologia Alemã)

2.1.6.3. Além do cartismo, que foi, no plano nacional, a expressão do movimento de organização política do proletariado inglês, o movimento europeu conheceu, após a revolução de 1830, numerosas tentativas de organização pela iniciativa dos revolucionários franceses e, sobretudo, alemães. Sua dispersão e sua disseminação no estrangeiro permitiram aos operários de todos os países colocarem-se em contato com o proletariado de “compleição atlética”.

Aqui ainda, é após o movimento impulsionado pela revolução de 1830-31 na Alemanha, que os operários alemães mais politizados exilaram-se em outros países europeus, notadamente em Paris e na Inglaterra, fenômeno reforçado pela emigração econômica que lançava numerosos artesãos e camponeses alemães nas estradas da Europa.

São eles que fundaram em Paris a “Associação patriótica alemã”, depois, em 1834, a “Liga dos Proscritos”, com caráter de sociedade secreta.

Se estes núcleos iniciais (assim como aqueles formados pelos proletários franceses) estavam mais para sectas, do que para o partido de classe moderno, é igualmente a partir deles, principalmente, que se efetuou, através de cisões e reagrupamentos, o necessário movimento de esclarecimento e depuração que leva a fração mais avançada do proletariado à consciência da necessidade de fundar um partido de classe. Através de uma intensa atividade de reflexão teórica, de sua atividade de organização e de uma densa rede de contatos entre revolucionários de todos os países, estes pequenos grupos se aproximam cada vez mais do momento em que estarão prontos para fundar uma organização capaz de apreender os segredos da atividade revolucionária do proletariado.

Em 1836, uma cisão da Liga dos proscritos dá nascimento à Liga dos Justos, que abandona as teses limitadas da Liga dos Proscritos, a qual defendia o projeto de uma sociedade igualitária baseada na pequena propriedade privada.

“A nova associação (...) teve um desenvolvimento relativamente rápido. Na origem, era um filho alemão do comunismo operário francês, inspirado de reminiscências de Babeuf, que se desenvolvia nesta mesma época em Paris; a comunidade dos bens era reclamada como uma consequência necessária da igualdade. Os objetivos eram os das sociedades parisienses secretas de então: parte semi-associação de propaganda, parte semi-conjuração. Paris, continuando, entretanto, sempre sendo o centro da ação revolucionária, se bem que não se deixasse de fomentar ocasionalmente tumultos na Alemanha. Mas, como Paris continuava sendo o campo de batalha decisivo, a Associação era então, de fato, a seção alemã das sociedades secretas francesas, sobretudo da Sociedade das Estações, fundada por Blanqui e Barbès, com a qual ela mantinha estreitas relações.” (Engels, Algumas palavras sobre a história da Liga dos Comunistas)

2.1.6.4. Reivindicando a comunidade dos bens – fórmula vaga que os comunistas substituirão por abolição da propriedade privada – como base material da “igualdade”, a Liga dos Justos inscrevia-se na já velha tradição comunista.

Agindo assim, a Liga, além de não exprimir o comunismo moderno, continua ligada ao comunismo de inspiração religiosa, maculado de utopismo, que espera a realização da comunidade por meio da fraternidade universal. Na medida em que esta teoria, produzida pelas condições de sua época é realmente a expressão do proletariado deste tempo, ela encontra em WEITLING seu principal teórico.

Este último, próximo de Babeuf e do Jovem Blanqui, compreende a necessidade do comunismo e de uma revolução violenta para implantá-lo. Mas não individualiza o proletariado, enquanto tal, como protagonista desta revolução. Coloca a frente da humanidade sofrida uma minoria resoluta que se encarregará de derrubar os obstáculos à realização da sociedade futura. Apesar de tudo, com todas suas fraquezas, todas as ilusões nutridas, um Weitling encarna tão bem o lance revolucionário da era capitalista, que Marx escrevia a seu respeito:

“Onde a burguesia, inclusive seus filósofos e sábios, pode nos apresentar uma obra semelhante às “garantias” de Weitling tratando da emancipação da burguesia, da emancipação política? Se compararmos a mediocridade insípida e tímida da literatura política alemã com esta estréia literária imensa e brilhante dos operários alemães, se compararmos as botas de sete léguas do proletariado ainda criança com os sapatos minúsculos e deformados da burguesia alemã, podemos profetizar que o Cinderelo alemão terá proporções atléticas.” (Marx, 1844)

O que significa um Weitling é que o proletariado, mesmo através da ilusão messiânica, já havia entendido que ele era a classe revolucionária da sociedade e que assim sendo, já obtinha uma imensa vitória sobre a burguesia que, a partir de então, apavorada pela ameaça deste gigante, acelerará sua evolução para o conservadorismo e a reação social.

Mas, uma vez revelado à sua própria consciência, o proletariado era lançado no caminho onde deveria rapidamente desembaraçar-se de todas as formas religiosas, utópicas, humanistas desta consciência para exprimir sua oposição ao mundo burguês sob sua forma mais pura. Neste movimento, ou ele arregimentaria com eles os Weitling, ou estes se apegariam às suas concepções a ponto de se tornarem contra-revolucionários. A história do proletariado está cheia de “grandes homens” que preferiram perecer com suas quiméras em vez de evoluir com o movimento. Para poder constituir seu partido de classe, o proletariado tinha necessidade de um outro corpo programático que o estabelecido por Weitling em sua obra: “A Humanidade tal como é, tal como deveria ser”. Caberá ao “Manifesto do Partido Comunista” cavar a sepultura para todo o romantismo, o deísmo e o humanismo anteriores.

2.1.6.5. O movimento operário francês, de seu lado, havia produzido com a “Sociedade das Famílias”, fundada em 1834, depois a “Sociedade das Estações”, sociedades secretas que se fixavam por objetivo o arresamento da ordem existente, com a ajuda de conspirações seguidas de uma ditadura assegurada por um pequeno grupo de homens apoiado sobre o povo em armas.

A derrota da insurreição de 1839, empreendimento típico das sociedades secretas operárias de então, teve como resultado disseminar ainda mais as forças revolucionárias existentes. Exilados, os revolucionários entravam em contato com outros meios, outras tradições de vida, mais ou menos evoluídos, mais ou menos capazes de fornecer uma expressão radical da luta proletária. Na França, a seção da Liga dos Justos era dominada pela tradição utopista e pelo comunismo de Babeuf, retomado por Blanqui.

Na Suíça, as condições sociais atrasadas impediam que viesse à tona a compreensão clara dos objetivos da luta proletária.

Foi aí que se enraizou o comunismo de Weitling.

Na Inglaterra, ao contrário, os membros da Liga entraram em contato com uma forte classe operária industrial, temperada pela tradição de um movimento operário autônomo (cartismo). As próprias condições do exercício de uma atividade política (liberdade de imprensa, democracia política...), permitiam que se produzisse uma troca frutífera entre todos os componentes do movimento operário internacional presentes na Inglaterra: cartistas e owenistas, artesãos alemães, blanquistas franceses exilados, democratas poloneses e italianos, revolucionários belgas, etc...

2.1.6.6. Os exilados alemães em Londres usufruíram da liberdade de associação e reunião para fundar uma nova sociedade:

“Desde 7 de fevereiro de 1840, eles fundaram a Associação pública dos operários alemães para a propagação da instrução, sociedade que ainda existe hoje. Esta sociedade serviu à Liga como fonte de recrutamento de novos membros. E os comunistas sendo, como sempre, os membros mais ativos e os mais inteligentes da Associação, seguiu-se que toda a direção ficou nas mãos da Liga, que já tinha muitas comunas, ou como se dizia então, “oficinas” em Londres. Seguiu-se a mesma tática, tão nítida e precisa, na Suíça e em outros lugares. Em todos os cantos onde se podia fundar associações operárias, nós as utilizávamos do mesmo modo. Nos países onde as leis não autorizavam tais criações, frequentava-se sociedades de ginástica, de canto, etc... A ligação era, na maioria das vezes, mantida pelos membros que iam e viam continuamente e que, em caso de grave necessidade, cumpriram o papel de emissários. Nos dois sentidos, a Liga foi largamente sustentada pela sabedoria dos governos que, expulsando todos operários indesejáveis – e, nove décimos destes faziam parte da associação – , os transformavam em emissários.”(Engels. Algumas palavras...)

2.1.6.7. É portanto na Inglaterra que a Liga dos Justos encontrou o terreno mais favorável para a extensão de sua atividade. Ela aí sofreu a influência de J. HARNEY, líder da ala esquerda cartista (cf. nosso número 4, em língua portuguesa, teses 2.1.4. e seguintes), que era bastante mais avançada que a Liga na questão da tomada do poder, dos objetivos imediatos do proletariado, etc...

Imerso no cadinho revolucionário londrino, o centro da Liga via alargar-se seu horizonte e como dizia Engels, “de alemã que era, a Liga transformou-se, pouco a pouco, em Liga Internacional” (idem)

Mas, em relação ao ascenso da vaga revolucionária que se inicia no começo dos anos 1840, o conteúdo teórico da Liga dos Justos não estava à sua altura. Ela encontrava inicialmente seus limites nas condições históricas gerais da época, mais precisamente nas condições de existência do proletariado de então. Este, à parte certos setores da indústria inglesa, ainda era amplamente composto por artesãos que não tinham como única perspectiva histórica a de cair definitivamente no proletariado, mas podiam ainda esperar elevar-se à condição de pequeno patrão. Os membros alemães da Liga dos Justos faziam todos parte desta camada do proletariado explorado por pequenos patrões, não concentrada, não unificada pelo próprio movimento do capital, e que suas condições de vida e de trabalho tornavam-nos vítimas de julgamentos pequeno-burgueses e de idéias herdadas das antigas corporações.

Mas, como acontece freqüentemente na história, toda época em movimento produz homens capazes de se anteciparem e de se projetarem para além de suas condições

imediatas. Neste ponto, tais homens eram gigantes, pois sem seus ombros os proletários comunistas das gerações posteriores não poderiam elevar-se à altura de suas tarefas históricas.

“E o que lhes honra é que eles, que ainda não eram proletários na ampla acepção do termo, que constituíam apenas um elemento complementar da pequena-burguesia, mas em vias de evoluírem para o proletariado moderno, sem estarem entretanto em oposição direta com a burguesia, isto é, o grande capital, é que estes artesãos foram capazes de antecipar instintivamente seu desenvolvimento futuro e de se constituírem, se bem que isto ainda sem plena consciência, em partido do proletariado. Mas era igualmente inevitável que seus velhos preconceitos de artesãos viessem a todo instante lhes passar uma rasteira, quando se tratava de criticar mais precisamente a sociedade existente, isto é, de estudar os fatos econômicos. E eu não creio que neste período a Liga pôde contar com um único aderente que tivesse lido um tratado de economia. Mas isto não tinha grande importância. Naquele momento a igualdade, a fraternidade e a justiça bastavam para romper todo obstáculo teórico.” (Engels, *idem*)

2.1.6.8. Este movimento de constituição da classe em partido não pode ser compreendido fazendo-se abstração da atividade desenvolvida por uma fração de comunistas para esclarecer e sistematizar os fundamentos teóricos do movimento, para forjar as bases do programa comunista. Estes dois aspectos (organização e teoria, partido e programa), exprimem as duas necessidades vitais que o jovem proletariado está prestes a descobrir. A partir de então, os dois termos não poderão ser separados, e o que se desdobra no decênio de 1840 é a junção destes dois fenômenos, operando profundamente no seio da classe proletária.

Na medida em que a influência de um Weitling (que numa época desempenhou o papel de teórico do proletariado alemão) se esgotava, porque não correspondia acima de tudo às necessidades e às condições sociais da época, era normal que o proletariado, ao mesmo tempo que rejeitava as teses de Weitling como insuficientes, voltava-se para outras formulações mais vigorosas, outras compreensões mais ricas. É ao longo deste movimento que o proletariado foi conduzido a encontrar o que a crítica da filosofia produzia de mais radical, de mais acabado: Feuerbach, Marx e Engels...

2.1.6.9. O movimento operário da primeira metade do século XIX exprimia, mesmo grosseiramente, a aspiração ao comunismo. O pensamento comunista crítico, que estava prestes a se livrar dos resíduos do pensamento burguês, não podia deixar de encontrar neste movimento, simultaneamente, seu fundamento e sua justificação. A crítica do mundo existente, ao encontrar o proletariado só podia tornar-se comunista e, de volta, fornecer a este comunismo em ato no seio do movimento proletário seu corpo teórico. Na Alemanha, é no plano da filosofia que se efetua a principal crítica. Strauss com sua “Vida de Jesus”, depois Feuerbach, exprimem uma crítica, da religião que vai bem além de uma simples afirmação do ateísmo, colocando no primeiro plano da natureza e da história o único elemento que produz por si mesmo sua própria história: o homem.

Não puderam, entretanto descobrir ainda que a classe que encarna este homem é o proletariado. Para que a crítica se apóie na realidade (a idéia deve tender para a realidade e a realidade para a idéia, diz Marx), isto é, para que ela reconheça no proletariado (e não na “massa” abstrata dos jovens hegelianos) o ser que a fundamenta como crítica revolucionária, era preciso que nascesse a crítica sem barreiras, que não se restrinja a um momento da realidade, mas os envolva a todos, em seu encadeamento, até remontar ao

lugar onde se desnudam os segredos do mundo moderno, ao coração da produção capitalista: a crítica da economia política.

É este caminho que tomam, cada um por seu lado, Marx e Engels no início dos anos 1840.

“A teoria da evolução universal da razão e de seu papel encontra-se no sistema de Hegel que termina a obra dos filósofos franceses e dos revolucionários burgueses. Além do mais, quando o jovem Marx apareceu na cena política, o proletariado tinha crescido numericamente e sua potência na sociedade tinha se reforçado. É da observação da luta do proletariado que nasce em Marx e Engels a idéia de que a solução iluminista não é a verdadeira, a real, ao mesmo tempo em que vêem onde esta se encontra: na luta do proletariado. Eles compreendem que não se podia resolver teoricamente a questão da emancipação da humanidade, porque o problema não havia sido colocado praticamente. Porque os burgueses raciocinam em nome de um homem abstrato, na categoria do qual o proletariado não entra. A libertação do homem deve ser encarada no campo prático e deve-se considerar o homem real, isto é, a espécie humana (vide as 8ª e 10ª teses sobre Feuerbach). Armado desta genial intuição, Marx vai fazer a crítica do sistema hegeliano. Tinha descoberto porque a dialética andava de cabeça para baixo. Com um delirante entusiasmo ele ataca o monstro (Marx é o novo Édipo que resolve os enigmas). Quando as dificuldades são muito grandes, retorna para o campo prático e atira à face do velho Hegel aquilo que é a realidade: a existência do proletariado.

Anteu moderno, Marx sempre vem, para sustentar o combate, buscar novas forças no seio do proletariado, do qual explica a luta. Toda crítica de Marx a Hegel é fundamentada na existência do proletariado. É o ponto de conjunção entre a teoria e a luta (tentaremos também, sempre que possível, acentuar este aspecto). Marx era sensível a todas as lutas práticas e teóricas, estando também a par dos trabalhos dos outros combatentes como Engels, Moses Hess, os socialistas franceses, etc... Assim é que, finalmente, realizar-se-á esta somatória, esta integração histórica: o marxismo, teoria do proletariado, teoria da espécie humana, que surgirá com toda sua força em plena fase eruptiva do desenvolvimento da sociedade humana, a revolução de 1848, com o Manifesto do Partido Comunista.” (Invariance, n° 1, Antiga Série. Origem e Função da forma-partido)<sup>10</sup>

<sup>10</sup> A trajetória da Esquerda Comunista da Itália, iniciada nos anos de 1910, no momento em que se destacava, no ascenso da vaga revolucionária, uma esquerda internacional pronta para restabelecer as posições autênticas da classe proletária, interrompe-se em 1966 (ver nossos números 1 e 2, em língua portuguesa, ou os números 1 e 2 em língua francesa, para um quadro de referência geral dos elementos que permitem compreender esta trajetória histórica). Foi necessária, então, uma cisão para superar a Esquerda, enquanto momento do partido histórico, esmagada pelo da contra-revolução, e manter as posições autênticas que remontam ao Manifesto do Partido Comunista, isto é, para que o partido histórico pudesse cumprir sua missão de defender intransigentemente as posições comunistas, para sua transmissão integral às gerações revolucionárias futuras. Depois de 1966, o trabalho de defesa e restauração da teoria comunista prosseguiu sob uma forma exclusivamente teórica através da revista *Invariance*, antiga série, números 1 a 7. No entanto, *Invariance* também acabou sucumbindo sob o peso da contra-revolução, sob o peso dos mortos, a partir de seu número 8. Na nova série, acabou teorizando maior de 1968 como a irrupção do comunismo. Assim, a revolução comunista não era mais obra do proletariado, mas de uma “classe universal”, da “humanidade”. As classes médias assalariadas foram englobadas no proletariado. Renegando os princípios, acabou degenerando-se no confucionismo esquerdista que deifica o momento transitório, sem ver que o movimento da classe proletária é precisamente o de sua constituição em classe, portanto, em partido político distinto. Mesmo sucumbido na

2.1.6.10. Teoria e práxis fundem-se em uma síntese dialética. Assim como o pensamento puro é incapaz de compreender a realidade se ele não é fecundado pela atividade prática, a atividade revolucionária deve integrar a compreensão teórica de si própria para ter uma chance de transformar a realidade. Ao longo de seu desenvolvimento, o movimento também produz as bases da teoria que o fundamenta. Assim sendo, ele não produz uma enésima interpretação do mundo, mas sobretudo a compreensão de sua transformação. Ao mesmo tempo, ele se compreende como agente desta transformação. Assim, o movimento comunista apropria-se da justificação teórica de sua existência ao mesmo tempo que a teoria reconhece seu fundamento material, real.

“O comunismo junto aos franceses e alemães, e o cartismo aos ingleses, não tinha mais a feição (uma vez estabelecida a concepção materialista da história – ndr) de alguma coisa puramente acidental que poderia muito bem não existir. A partir deste momento, estes movimentos apresentaram-se como as formas da luta de classes mais distintas de todas as antigas lutas de classe neste ponto especial: a classe oprimida atual, o proletariado, não pode realizar sua emancipação sem emancipar ao mesmo tempo toda a sociedade da divisão de classes, sem emancipá-la conseqüentemente das lutas de classes. Por comunismo, entendia-se não a construção, por um esforço de imaginação, de um ideal social tão perfeito quanto possível, mas a compreensão da natureza, das condições e dos objetivos gerais adequados da luta conduzida pelo proletariado.” (Engels. Algumas palavras sobre a história da Liga)

2.1.6.11. Uma tal passagem da crítica filosófica à crítica revolucionária, intimamente ligada aos esforços da própria classe para constituir-se em partido, mostra bem que o programa comunista não é fruto de cogitações individuais de alguns pensadores, mas que emana diretamente do proletariado, do qual ele exprime o ser revolucionário. “Este (o programa) nasceu portanto da luta e é esta força impessoal acima das gerações “. (Invariance, antiga série, nº 1)

A teoria não é, portanto, produzida fora da classe, depois injetada em seu seio por intelectuais, como deseja uma interpretação vulgar (cf. mais adiante, parágrafo 2.2.2.), mas é forjada nas lutas ao longo das quais exprime-se a natureza profundamente revolucionária do proletariado. É ele quem fornece todos os elementos necessários à sua própria compreensão destes movimentos. Cabe a alguns homens (que podem, por outro lado, muito bem serem exteriores à classe proletária por suas origens sociais), isto é aos comunistas, isto é, ao partido comunista, fazer a síntese destes elementos, de lhes dar sua configuração

---

nova série ao modernismo esquerdista, ao democratismo, Invariance, antiga série, números 1-7, é a única expressão de todos os grupos que reivindicam a Esquerda Comunista da Itália cuja contribuição consideramos fundamental, como já explicamos principalmente nos números de Comunismo ou Civilização já citados. Invariance, antiga série, nº 1, republica o texto “Origem e Função da Forma-Partido”, publicado originalmente em língua italiana, em 1961, no jornal “Il Programma Comunista”, nº 13, órgão da Esquerda Comunista da Itália. Texto que precisa as noções de partido-formal, partido-histórico e partido-prefiguração da sociedade comunista, defendidas no seio da Esquerda por Bordiga e seus companheiros contra os elementos ativistas, os quais pregavam um novo “Que Fazer?” e uma maior participação nas lutas operárias que se desenvolviam, e isto em plena época de contra-revolução, em detrimento das tarefas de restauração do programa comunista. Publicamos integralmente este texto no nosso nº 2 em língua portuguesa, como suplemento ao texto “Programa, Classe e Partido” (Este último texto também editado no nosso número 11, em língua francesa).

teórica definitiva, sob a forma de programa acabado, no qual exprime-se o ser revolucionário autêntico do proletariado.

Não se pode portanto abstrair a formação da teoria-programa comunista da formação do proletariado em classe e, portanto, em partido político. É ao longo de sua luta que o proletariado exprime e ressentido a necessidade de uma expressão teórica adequada a seus interesses e a seus objetivos, mas também de um órgão capaz de encarnar este programa, de o corporificar para que ele se torne uma verdadeira força material capaz de arrasar a sociedade capitalista.

É por isso que, ao mesmo tempo em que trabalham para formular o programa, os revolucionários tentam estreitar os laços com a classe. Nesta perspectiva, importava fazer obra de propaganda, inicialmente nos meios revolucionários e naqueles próximos do comunismo. É por isso que Marx e Engels fundam, no início de 1846, um “Comitê de correspondência Comunista”, em Bruxelas, cujo objetivo será

“o de colocar os socialistas alemães em relação com os socialistas franceses e ingleses, de colocar os estrangeiros a par da agitação e das organizações socialistas que operam na Alemanha, e de informar os alemães dos progressos do socialismo na França e na Inglaterra. Assim, as divergências de ponto de vista poderão aparecer claramente e pode-se chegar a uma troca de idéias e a uma crítica imparcial. É um passo que o movimento social deve efetuar, na sua forma de expressão literária, para se desembaraçar de suas limitações nacionais.

E, no momento da ação, será certamente de grande utilidade para todos estarem informados do estado das coisas nos países estrangeiros, assim como no seu próprio.” (Marx a Proudhon, 5.5.1846)

A tarefa imediata do comitê não era absolutamente trabalhar para a constituição de um partido comunista, mas na preparação deste, essencialmente por meio da propaganda e da luta teórica contra todas as expressões parciais e limitadas da luta de classes. O Comitê previa, a longo prazo, a realização de um congresso comunista e indicava em seu programa as tarefas principais:

- “1. Fazer prevalecer os interesses dos proletários contra os da burguesia;
- “2. Atingir este objetivo pela abolição da propriedade privada e sua substituição pela comunidade dos bens;
- “3. Não reconhecer outros meios para a realização destes objetivos a não ser pela revolução violenta e democrática.”

(cf. Engels. Carta ao Comitê de Bruxelas. 23.10.1846)

2.1.6.12. Conscientes de tudo o que o movimento comunista de então poderia comportar de ilusões, de aproximações teóricas, etc..., os fundadores do Comitê de Bruxelas estimam que é necessário proceder previamente a uma troca de pontos de vista e esclarecimentos por meio de uma correspondência regular (cf. Carta a Kottgen 15.6.1846). Na base da atividade de Marx e Engels nos comitês de correspondência encontram-se já os princípios do comunismo científico em formação. No prefácio de 1859 à “Crítica da economia política”, Marx lembrou o caminho teórico que conduziu os primeiros teóricos do comunismo científico, da crítica da filosofia do direito à crítica da economia política. A intuição de que a chave para a compreensão dos fenômenos jurídicos e ideológicos não residem na própria esfera jurídica, mas no movimento material da sociedade, “e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada, por sua vez na economia política”, conduziu à formação dos seguintes princípios:

- As relações entre os homens (relações de produção) são determinadas independentemente de sua vontade pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade;
- Sobre a base concreta das relações de produção eleva-se toda a superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas de consciência sociais determinadas;
- Não é a consciência dos homens que determina seu ser, é inversamente seu ser social que determina sua consciência;
- Em um determinado estado de seu desenvolvimento, as forças produtivas sociais entram em contradição com as relações de produção (o que se exprime juridicamente por uma contradição com as relações de propriedade) que, de formas de desenvolvimento tornam-se então entraves;
- Abre-se então um período de revolução social;
- As relações burguesas de produção são a última forma contraditória do processo de produção social. Com elas acaba-se a pré-história da sociedade humana.

2.1.6.13. Todas estas teses, publicadas de forma esparsa <sup>11</sup> em obras tais como “Esboço de uma crítica da Economia Política”, de Engels; “A Sagrada Família”; “a Questão Judaica”, “Notas sobre o artigo Rei da Prússia e Reforma Social”; “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”; nas quais ainda falta uma formulação geral densa, precisa, que adquirirão no “Manifesto do Partido Comunista”, já formam um corpo suficientemente homogêneo para exercer uma profunda influência nos meios proletários comunistas, que não podiam se contentar durante muito tempo com as fábulas de um Weitling ou com as elocubrações pedantes dos “socialistas verdadeiros”, para satisfazer sua necessidade revolucionária fundamental: A previsão e a descrição da sociedade futura.

2.1.6.14. Se inicialmente, portanto, as posições desenvolvidas por Marx e Engels puderam aparecer como o produto de uma nova escola comunista entre outras, elas não tardaram a mostrar sua superioridade pelo fato de que forneciam ao movimento a compreensão de sua própria existência.

É por isso que a atitude de Marx e Engels frente ao movimento real será sempre materialista e dialética: não se trata de ditar ao movimento o que ele deve fazer, mas de defender as posições mais avançadas face às que demonstram uma compreensão ainda limitada e parcial da realidade. A atividade de Marx e Engels não podia ser reduzida, como os acusavam certos membros da Liga dos Justos, a uma atividade de “sábios” querendo reger os operários.

Ao mesmo tempo que conduziam uma crítica impiedosa às fraquezas e ilusões do movimento, Marx e Engels souberam reconhecer (como será o caso daí em diante) as forças autenticamente revolucionárias, suscetíveis de evoluir para o comunismo autêntico. O que lhes chama a atenção é mais em função do que elas prefiguram do que elas encarnam imediatamente.

---

<sup>11</sup> “Mas temos neste momento a maior necessidade de algumas obras bem volumosas, a fim de fornecer um ponto de apoio sólido aos numerosos semi-ignorantes que estão cheios de boa vontade mas que sozinhos não podem sair deste estado. Faça o possível para acabar seu livro de economia política, mesmo que você não estava totalmente satisfeito com numerosas passagens. Isto pouco importa, pois os espíritos estão maduros e é necessário forjar o ferro quando ele está quente”. (Engels a Marx..20.01.1845)

“A nós, essas pessoas dizem que são “o povo”, os “proletários”, e nós, nós apenas podemos dirigir-nos a um proletariado comunista que, na Alemanha, deve primeiramente constituir-se.” (Engels a Marx, Dezembro 1846)

“Face à Liga dos Justos, nossa situação era a seguinte. Conhecíamos naturalmente a existência da Liga: em 1843, Schapper me havia convidado a dela participar; mas naquele momento, evidentemente, declinei sua proposta. Isto não nos impediu de manter uma correspondência constante com o grupo de Londres e de manter relações ainda mais estreitas com o doutor Everbeck, então à frente das seções de Paris. Sem nos imiscuirmos nas tarefas internas da Liga, estávamos sendo mantidos a par de todos acontecimentos importantes. Por outro lado, agíamos de viva voz, por cartas, pela imprensa, sobre as opiniões teóricas dos membros mais importantes da Liga. Recorríamos igualmente, com o mesmo objetivo, a diversas circulares litografadas que, em ocasiões particulares, quando se tratava de questões internas do partido comunista em formação (sublinhamos – ndr), enviávamos a nossos amigos e correspondentes. Nestas circulares às vezes chegava-se mesmo a colocar a Liga em questão (cf. circular contra Kriege – ndr).” (Engels. Algumas palavras sobre a história da Liga...)

É como fração mais avançada e mais lúcida que os comunistas intervém no movimento, na medida em que este último é considerado como movimento de constituição da classe em partido, e que todo esforço teórico e prático deve centrar-se no esclarecimento das bases programáticas deste partido: os princípios comunistas. Em outras palavras, não bastava que se forjasse um partido formal, reivindicando abstratamente o comunismo, era ainda preciso que se abrisse o caminho do partido histórico, que se encarnasse num programa verdadeiramente revolucionário, válido para todo o ciclo de lutas proletárias, resumindo as condições de liberação do proletariado e capaz de enxergar o salto do mundo presente à sociedade futura. Para isso, era preciso que as correntes prontas para formar o partido aderissem ainda mais profundamente à doutrina comunista em formação e, assim sendo, fornecendo-lhes as bases para seu acabamento numa verdadeira totalidade orgânica, instrumento de transformação revolucionária da sociedade: a teoria torna-se força material quando atinge as massas (Marx).

2.1.6.15. Precisamente, às vésperas da revolução de 1848, a vanguarda revolucionária do proletariado ressentia mais profundamente a necessidade de um corpo de doutrina que resumisse suas condições de luta e de liberação. A Liga (que ganha nova direção em 1846), ressentia-se da necessidade de se transformar em um verdadeiro órgão do movimento proletário. A Mensagem de Novembro de 1846 sublinha a necessidade de constituir “um potente partido que conduza mais ou menos à transformação da sociedade atual”. Partido que estaria fundamentado numa “profissão de fé comunista”, servindo como princípio diretor. Ao mesmo tempo ela convoca, como prelúdio a um congresso geral dos comunistas em 1848, um congresso da Liga que discutiria a política de alianças com os burgueses radicais; a política a ser seguida em relação à religião; a congregação dos partidos “sociais e comunistas”. Na medida em que esta iniciativa foi tomada completamente fora das outras correntes comunistas, notadamente do comitê de Bruxelas, Marx e Engels viram nisso um sinal de falta de maturidade do movimento que, por si próprio não poderia destacar-se suficientemente do passado para formar um verdadeiro partido comunista revolucionário. É igualmente a consciência desta fraqueza e a necessidade absoluta de fundir os dois momentos do partido comunista em formação que impulsionará, por seu lado, os dirigentes

da Liga dos Justos, em 1847, a reatar com os bruxelenses, propondo-os a colaborarem diretamente com a Liga.

A mensagem de J.Moll, propondo uma colaboração recíproca no seio da Liga coroava os esforços de Marx e Engels para a clarificação das posições comunistas e seu reconhecimento pelo movimento proletário.

“Se quiséssemos aderir, dar-nos-iam a ocasião, num congresso da Liga, de desenvolver nosso comunismo crítico num Manifesto, que seria publicado em seguida como Manifesto da Liga; podíamos igualmente intervir a fim de substituir a superada organização da Liga por uma nova organização, tal como exigiam a época e o objetivo perseguido.

Que era preciso, na classe operária alemã, uma organização, que fosse apenas para propaganda, e que esta organização, na medida em que não era unicamente local, só poderia ser, mesmo fora da Alemanha, uma organização secreta, não tínhamos a menor dúvida. Ora, a Liga constituía precisamente uma organização deste gênero. O que criticávamos até então na Liga, os representantes da Liga aí atualmente reconheciam o lado defeituoso e o sacrificavam. E nos convidavam assim mesmo a colaborar na organização. Podíamos recusar? Evidentemente que não. Entramos então na Liga.” (Engels. Algumas palavras...)

A fusão do comunismo na formação com a organização da classe operária (Liga dos Justos) devia evidentemente desembocar numa transformação profunda desta última, a qual desde o 1º Congresso de junho de 1847 passou a chamar-se Liga dos Comunistas. Esta transformação completou-se somente através de uma luta de vários meses, ao longo da qual a maioria do partido reconheceu como sua base teórica o comunismo científico defendido por Marx e Engels e cujos fundamentos serão expressos no Manifesto. Os progressos alcançados podem ser medidos comparando-se os textos dos primeiro e segundo congressos (junho e dezembro de 1847). Os estatutos definitivos adotados em dezembro encontram-se despojados das características humanistas que ainda permeiam na época do estatuto de junho.<sup>12</sup>

O artigo 1 dos projetos de estatutos (junho) declarava:

“A Liga tem por objetivo a supressão da escravidão dos homens pela difusão da teoria da comunidade dos bens e, desde que possível, pela sua introdução na prática.”

Em compensação, nos estatutos definitivos da Liga adotados em dezembro proclamava:

“O objetivo da Liga é a derrubada da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da velha sociedade fundada sobre os antagonismos de classe e a fundação de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada.” (Artigo I)

---

<sup>12</sup> O estalinista espanhol F. Claudin (cf. “Marx e Engels e as Revoluções de 1848”), permite-se acusar Engels de haver realizado a “primeira tentativa de hegiografia” comunista, uma vez que ele relata em “Algumas palavras...” o episódio dos dois congressos, datando a adoção definitiva pela Liga das posições defendidas por Marx e Engels no primeiro, e não no segundo congresso da Liga. Claudin finge acreditar que Engels pretendia assim demonstrar a superioridade total das concepções comunistas, que teriam sido adotadas sem discussões, etc... Ora, o importante não é que Engels, relatando os fatos 40 anos depois, e provavelmente sem documentação original, tenha cometido este erro cronológico, mas que ele soube restituir a tendência fundamental que operava no seio do movimento operário da época: o ascenso irresistível das posições comunistas que iam cristalizar-se como programa e aparecer imediatamente como programa da Liga dos Comunistas, desde que esta tivesse acabado de se desembaraçar da herança da Liga dos Justos.

A vaga noção humanista de “escravidão dos homens” foi substituída pela noção materialista e dialética, de “sociedade burguesa” como reino da “propriedade privada”; e a de “comunidade dos bens” pela de “sociedade sem classes e sem propriedade privada”, e, enfim, o proletariado é claramente definido como o instrumento desta liberação.

Ao longo do segundo congresso:

“Todas as contradições e todos os pontos litigiosos foram expostos claramente; os novos princípios foram adotados unanimemente e nos encarregaram, a Marx e a mim, de redigir o Manifesto. Fizemo-lo sem nenhum atraso. Algumas semanas antes da revolução de fevereiro, expedimos o Manifesto para Londres, para fins de impressão. Desde então, ele rondou o mundo; foi traduzido em quase todas as línguas e serve ainda hoje, nos mais diversos países, de guia do movimento proletário. A antiga divisa da Liga: todos os homens são irmãos, foi substituída pelo grito de guerra: proletários de todos os países, unam,-se!, que proclamava abertamente o caráter internacional da luta. Dezesete anos mais tarde, este grito de guerra voltou a encher o mundo, como o grito de guerra da Associação Internacional dos Trabalhadores, e hoje o proletariado militante de todos os países inscreveu-o em sua bandeira.”

(Algumas palavras...)

### CARACTERÍSTICAS DA LIGA DOS COMUNISTAS (PARTIDO COMUNISTA E PARTIDOS OPERÁRIOS)

2.1.6.16. A Liga dos Comunistas foi o primeiro partido comunista que repousou sobre os princípios do comunismo científico e organizado em escala internacional, tendo por objetivo colocar-se à frente do movimento proletário para guiá-lo e dirigi-lo no terreno do confronto histórico contra a burguesia pelo comunismo.

Disto, a própria Liga testemunha, comentando a mudança de nome operado desde o primeiro congresso.

“A modificação da Liga dos Justos em Liga dos Comunistas foi adotada primeiramente porque o antigo nome foi revelado aos governos pela infame traição do Sr. Mentel e que, em virtude disso, uma modificação parecia indicada. Em segundo lugar, e sobretudo, porque o antigo nome havia sido adotado em circunstâncias particulares e considerando-se acontecimentos particulares que nada mais têm a ver com os objetivos atuais da Liga. Este nome está portanto superado e não exprime absolutamente nada do que queremos. Quantas pessoas não querem a justiça, ou o que elas chamam de justiça, sem que por isso sejam comunistas. Ora, nós não nos distinguimos pelo fato de que nos atrelamos à ordem social estabelecida e à propriedade privada, pelo fato que queremos a Comunidade dos bens, pelo fato que somos comunistas. Há apenas um único nome que convém à nossa Liga, e que exprime o que realmente somos e é este nome que escolhemos.”

(Relatório do primeiro congresso, 1847)

Tendo por base a teoria comunista – mesmo se, simultaneamente, a Liga ainda veiculava um bom número de ilusões herdadas da antiga Liga dos Justos -, e dirigindo toda sua ação para a realização da sociedade comunista, a Liga constitui, em relação ao resto do movimento operário, esta fração que tem “sobre o restante do proletariado a vantagem de

uma inteligência clara das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário.” (Manifesto)

Ora, ao mesmo tempo em que tentava ampliar sua influência e colocar-se sempre na vanguarda do movimento, a Liga não se concebia como a única representante do proletariado e mantinha relações com outras organizações operárias, tais como os “Fraternal Democrats”, etc...

Toda esta tática foi exposta no “Manifesto”, especialmente nos capítulos “Proletários e Comunistas” e “Posição dos comunistas frente aos diferentes partidos de oposição.”

Traçar os limites históricos da validade desta distinção entre partidos operários e partido comunista é também garantir-se contra toda tentativa de negar ao partido que virá o caráter de partido comunista puro, único, e erguido contra todos os partidos e formações existentes, inclusive os que reivindicam fraudulentamente o comunismo e o socialismo e apenas acolhem em seus quadros uma fração da classe operária para melhor enquadrá-la ao serviço do capital. É por isso que dedicamos algumas teses a esta questão, que extrapola o simples episódio da Liga e do movimento de 1848.

2.1.6.17. As condições modernas da produção produziram uma classe sem reserva, totalmente despojada, reduzida a vender sua força de trabalho para sobreviver e que não tem qualquer existência social reconhecida no seio da sociedade. Sucessivamente, aristocratas e burgueses ocupam o primeiro plano da cena e fazem prevalecer seus interesses que, de revolucionários tornam-se conformistas e depois reacionários, mas o proletariado, defendendo seus interesses revolucionários, defende ao mesmo tempo os interesses históricos de toda a espécie humana.

“Os proletários não têm nada a salvar que lhes pertença: têm que destruir toda segurança privada, todas as garantias privadas anteriores (...). O proletariado, camada inferior da sociedade atual, não pode se colocar de pé, endireitar-se, sem explodir toda a superestrutura das camadas que constituem a sociedade oficial.”

(Manifesto)

Para defender estes interesses revolucionários, o proletariado deve deixar de ser uma classe atomizada, oposta a si própria na concorrência, para tornar-se uma única força, unitária. Todo este processo histórico, descrito em vários lugares no Manifesto (cf. pg. 1 a 3, anteriores), é o da constituição do proletariado em classe e portanto em partido (cf. igualmente Miséria da Filosofia)<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Nesta obra de 1847, Marx sublinha o papel das associações econômicas (Trade-Unions, coalizões, etc...) no processo de unificação da classe em torno de seus interesses comuns, fase ao longo da qual ela toma consciência de formar apenas uma classe oposta à burguesia e forja as condições para ampliar a luta para o terreno político.

“A grande indústria aglomera num lugar uma porção de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência os divide em interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que eles têm contra seu mestre, reúne-os num mesmo pensamento de resistência (coalizão). Assim, a coalizão tem sempre um duplo objetivo: o de fazer cessar entre eles a concorrência para fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência foi apenas o de manter os salários, à medida que os capitalistas, por seu lado, reúnem-se num pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, formam-se em grupos e face ao capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais importante para eles do que o salário. Tanto isto é verdade que os economistas ingleses ficam espantadíssimos ao verem os operários

Para fazer prevalecer seus interesses de classe, que são, por definição hostis à sociedade como um todo, o proletariado não tem outro recurso que não o da unificação de seus membros. Se o sindicato, ou outra organização econômica, cumpre este papel no que diz respeito aos interesses imediatos da classe, a defesa de seus interesses vitais só pode caber à organização em partido, a única capaz de promover os interesses históricos do proletariado.

O primeiro passo da classe na direção de sua emancipação é portanto a constituição de um partido, que é dito “operário” no sentido de que é distinto e oposto a TODOS os partidos da velha sociedade: feudais, burgueses, pequeno-burgueses, etc...

Esta capacidade de reagrupamento e de união não é dada de imediato, mas já constitui por si mesma o resultado de uma longa luta de classes e marca uma primeira etapa (e uma primeira vitória) proletária no longo enfrentamento que opõe o proletariado à burguesia.

“Nos países europeus foi preciso à classe dos trabalhadores anos e mais anos para compreender plenamente que ela forma uma classe distinta e, nas condições existentes, uma classe permanente da sociedade moderna. E foi preciso ainda outros anos para que esta consciência de classe a conduzisse a se formar em um partido político distinto, independente e inimigo de todos os antigos partidos políticos formados pelas diversas frações da classe dominante.”(Engels, Prefácio à edição americana de 1887 à “A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra”)

2.1.6.18. Esta citação de Engels confirma claramente toda a teoria comunista do partido e sua defesa efetuada pela Esquerda Comunista da Itália. A classe somente é classe quando é constituída em partido. Quando produz esse órgão capaz de transcender os interesses imediatos, as diferenças de situações individuais, as condições locais, etc..., para chegar à altura dos interesses gerais e comuns à toda classe.

“Do mesmo modo que a classe se forma à medida em que progridem certas condições e certas relações emergidas do desenvolvimento de um novo sistema da produção, por exemplo, a aparição das grandes fábricas utilizando a força motriz, que recrutam e formam uma mão de obra numerosa, do mesmo modo os interesses desta coletividade começam pouco a pouco a concretizar-se em uma consciência mais precisa, que começa a desenhar-se em pequenos grupos desta coletividade. Quando a massa é empurrada à ação, são estes primeiros grupos que possuem a visão de um objetivo a ser atingido que sustentam e dirigem o conjunto (...) estes

---

sacrificar uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos destes economistas só se estabelecem em favor do salário. Nesta luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários de uma batalha que virá. Uma vez atingido este último ponto, a associação assume um caráter político.

As condições econômicas inicialmente transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum de interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe frente ao capital, mas não ainda para si própria. Nesta luta, da qual somente assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si própria. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.” (Miséria da Filosofia)

grupos, estas minorias, não são outra coisa senão o partido.” (Partido e Classe, 1921)<sup>14</sup>

2.1.6.19. O proletariado inicia seu longo caminho revolucionário constituindo um (ou) partido(s) operário(s). Em relação a estes partidos, os comunistas não formam um partido distinto, mas têm a inteligência do movimento geral da luta de classes. Eles batalham portanto para que o programa do partido operário seja cada vez mais próximo do programa comunista. Batalha que nada tem a ver com uma contenda intelectual que opõe concepções divergentes do mundo, mas que se efetua materialmente na luta de classes e na qual o papel dos comunistas não é o de “se apresentar ao mundo como doutrinários”, mas de prever e anunciar ao movimento seu próprio devir, em função do que ele é obrigado a fazer, em conformidade ao desenvolvimento da realidade histórica e social.<sup>15</sup>

Em um primeiro momento os comunistas encorajam os proletários a se organizarem em partido, pois a teoria não poderá “agarrar as massas” a não ser que estas já tenham, por si próprias, começado a quebrar o estado de fragmentação e de dispersão no qual a contra-revolução as mantém.

---

<sup>14</sup> O texto “Partido e Classe”, publicado pela Esquerda Comunista da Itália em 15.04.1921, no periódico “Rassegna Comunista”, ano I, n° 2, precisa as relações entre partido e classe e, portanto, o papel do partido comunista na revolução proletária. Ali, como em outras ocasiões, é demonstrado que a classe só age como classe quando se constitui em partido. Somente quando o proletariado supera o horizonte limitado da sociedade burguesa, quando a classe proletária deixa de ser uma mera e simples classe para o capital, um joguete nas mãos das classes dominantes submetida às vicissitudes da produção capitalista (vista como fatalidade de um movimento natural), quando sua ação adquire um objetivo revolucionário, isto é, quando se constitui em partido comunista, é que realiza-se seu ser revolucionário. O proletariado é revolucionário ou não existe. Erguendo-se frente à sociedade capitalista, a classe para o capital, classe em si, torna-se classe em si e para si, negação do capital. Neste mesmo texto, também precisa-se que a revolução não é uma questão de forma de organização. O que faz com que a organização do proletariado mostre-se revolucionária é seu conteúdo, seu programa. Impulsionados para um mesmo objetivo, os membros da classe proletária forjam um programa que lhes é comum, reunindo-os numa ação comum. Quando há conjugação desses dois fenômenos: unidade de consciência e unidade de ação, está criada a base do partido. Este recolhe todas as energias revolucionárias da classe e totaliza-as numa unidade que é superior à sua simples adição numérica. O que faz o partido, o que define seu ser, não é o número de proletários que a ele aderem num dado momento, mas o programa, isto é, a consciência acabada daquilo que o proletariado é e o que será historicamente obrigado a fazer: a revolução comunista, e a instauração da sociedade comunista. Quanto à realidade de que o partido é uma minoria da classe, e que isto nada tem a ver com a mistificação democrática de “maioria” por oposição à “minorias” – conceitos estatísticos burgueses -, basta recordar Lenine: “A fraqueza numérica dos internacionalistas realmente revolucionários? Provem-na! Como exemplo, tomemos a França de 1780 e a Rússia de 1900. A fraqueza numérica dos revolucionários conscientes e resolutos que, no primeiro caso eram os representantes da burguesia - a classe revolucionária da época - e, no segundo caso, os representantes da classe revolucionária atual, o proletariado, sua fraqueza numérica era muito grande. Não havia mais do que unidades formando, no máximo, 1/10.000 ou mesmo apenas 1/100.000 de sua classe. E alguns anos depois estas mesmas unidades, estas mesmas minorias ditas tão ínfimas, arrastavam atrás de si as massas, milhões e dezenas de milhões de indivíduos. Por que? Porque esta minoria representava verdadeiramente os interesses dessas massas, porque tinha fé na futura Revolução, porque estava pronta para servi-la com coragem. A fraqueza numérica? Mas desde quando os revolucionários fazem depender sua política do fato de que eles estejam em minoria ou em maioria?” (Lenine – Carta aberta a B.Souvarine. Dezembro de 1916. Obras Completas, T.23)

<sup>15</sup> É isto que significa a seguinte frase do “Manifesto”: “Os comunistas não estabelecem princípios particulares sobre os quais poderiam querer modelar o movimento proletário.”

“Uma coisa está solidamente assegurada na nossa maneira de proceder em todos os países e tempos modernos: conduzir os operários a constituírem seu próprio partido independente e oposto a todos os partidos burgueses.” (Engels a Kautsky 04.09.1892. sublinhado por CouC)

“Para que no dia da decisão o proletariado esteja bastante forte para vencer – e isto, Marx e eu temos defendido desde 1847 – é necessário que se forme um partido autônomo, separado de todos os outros e oposto a todos eles, um partido de classe consciente.” (Engels a Gerson Trier. 18.12.1889)

Vemos perfeitamente que o proletariado deve formar um partido político distinto e oposto aos das outras classes. Em contrapartida, os comunistas não formam um partido distinto deste partido operário, trabalham no interior deste para que o confronto com as forças que constituíram um momento já superado desemboque na adoção e reforço do programa comunista..

2.1.6.20. Para que haja partido operário, isto é, órgão revolucionário, é necessário que este partido se oponha aos partidos burgueses ao menos em três pontos:

- constituição do proletariado em classes;
- derrubada da dominação burguesa;
- conquista do poder político pelo proletariado.<sup>16</sup>

É somente frente a um partido que possua tal programa (o qual constitui um mínimo) que os comunistas podem desenvolver uma atividade sistemática de contato, de conselho, de propaganda, a fim de que seja adotado, cada vez mais, o programa comunista, mesmo se além destes pontos cruciais, o partido tem apenas uma fraca consciência dos objetivos da revolução comunista ou da concepção materialista da história. Este mínimo de posições revolucionárias, os comunistas as partilham com o partido operário, mesmo se, para eles, elas constituem um objetivo imediato e não o objetivo final de sua atividade. Por esta razão, eles não formam um partido distinto deste partido operário. Batalham em seu seio para que além dos objetivos imediatos que lhes são comuns, este partido adote um programa cada vez mais comunista.

“O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os partidos operários: constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.” (Manifesto)

2.1.6.21. Em relação a estes partidos operários, os comunistas (desde que o programa tenha recebido uma formulação adequada que o faz, de chofre, uma totalidade orgânica, isto é, desde 1847) possuem uma consciência do movimento histórico que lhes permite situar além dos objetivos imediatos do partido operário e de influir sobre estas forças que se situam na vanguarda da classe para facilitar sua apropriação do programa comunista.

---

<sup>16</sup> “Entretanto o partido operário social-democrata alemão, precisamente porque é um partido operário, conduz necessariamente uma “política de classe”, a política da classe operária. Como todo partido político esforça-se para conquistar o poder do Estado, o partido social-democrata alemão aspira necessariamente estabelecer seu poder, a dominação da classe operária, portanto uma “dominação de classe”. Além do mais, todo partido verdadeiramente proletário, a começar pelos cartistas ingleses, sempre colocou como primeira condição a política de classe, a organização do proletariado em partido político de classe, e organização do proletariado em partido político independente e, como primeiro objetivo da luta, a ditadura do proletariado.” (Engels. A Questão da Habitação)

“De uma parte, nas diferenças nacionais dos proletários eles (os comunistas) colocam e fazem valer os interesses independentes da nacionalidade e comuns a todo o proletariado. De outra parte, nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletariado e burguesia, eles sempre representam os interesses do movimento em sua totalidade.” (Manifesto)

Isto quer dizer que são capazes de prever o movimento e ir além da consciência que este se dá num dado momento.

Enquanto o partido operário constitui um momento inferior, embora necessário da vida da classe, os comunistas encarnam a integralidade do caráter revolucionário da classe, simultaneamente no tempo e no espaço. Sua compreensão mais adequada do movimento revolucionário permite-lhes, enquanto participam ativamente na constituição do partido operário (momento de unificação da classe), prever e indicar o caminho para a passagem ao momento superior: “... no movimento presente (os comunistas) defendem e representam o futuro do movimento.”

“Praticamente os comunistas são a fração mais resoluta dos partidos operários de todos os países, a fração que conduz todas as outras; no plano da teoria eles têm sobre o restante do proletariado a vantagem de uma inteligência clara das condições do avanço e dos resultados gerais do movimento proletário.” (Manifesto)

Esta “inteligência clara” encontra seu resumo teórico no Manifesto do Partido Comunista, e seu desenvolvimento em toda a obra comunista. Ela compreende o movimento emancipador do proletariado como o episódio moderno da luta de classes que caracteriza a história escrita até os dias de hoje. Ela apreende este movimento como produto das contradições profundas da sociedade burguesa e prevê que “a burguesia produz antes de tudo seus próprios coveiros. Sua derrubada e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.” (Idem)

Com relação aos cartistas, animados pela perspectiva de “felicidade social”, sem outra precisão, ou às diversas escolas socialistas que pregam a “comunidade dos bens”, os comunistas enunciam o segredo da passagem à sociedade futura, “eles podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada” (Idem)

Assim procedendo, o comunismo científico exprime melhor do que qualquer outra doutrina a própria essência do combate que opõe o proletariado à burguesia. De um lado a classe sem-reserva, para a qual toda propriedade já foi destruída; de outro o capital que se apropria da mais-valia graças à exploração do proletariado. Ocorre somente ao comunismo descobrir e compreender os fundamentos desta exploração. Ele portanto afirma-se como a arma mais apropriada para combatê-la teórica e praticamente. É por isso que na luta que o opõe a todas as outras frações e tendências, é o comunismo que acaba vencendo.

Isto porque:

“As teses dos comunistas não repousam absolutamente sobre idéias, princípios inventados ou descobertos por tal ou qual reformador do mundo. Elas são unicamente a expressão geral das condições reais de uma luta de classe existente, de um movimento histórico que se opera sob nossos olhos.” (Idem)

2.1.6.22. No plano organizacional, os comunistas forçam a constituição de partidos operários, uma vez que o nível atingido pela luta de classes ainda não permite a adoção imediata do programa comunista. A relação geral entre partido comunista e partidos operários é a seguintes:

“Os comunistas não foram um partido distinto e oposto aos outros partidos operários. Eles não têm nenhum interesse que divirja dos interesses do conjunto do proletariado. Eles não estabelecem princípios particulares sobre os quais desejariam modelar o movimento proletário.” (Idem)

A formação de um partido comunista é evidentemente inseparável do próprio Movimento de constituição do proletariado em classe, isto é, em partido político. Durante toda uma etapa do movimento operário, na qual o programa comunista ainda não havia demonstrado teórica e praticamente sua superioridade sobre as outras escolas emergidas do proletariado, esta constituição em partido somente poderia ser feita na base de posições mínimas, das quais já falamos anteriormente: derrubada da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado. Nesta perspectiva, os comunistas agem no seio do partido operário para conduzi-lo a superar suas condições iniciais até que escreva em sua bandeira: abolição da propriedade privada, apropriação coletiva dos recursos sociais pela espécie humana associada em comunidade, isto é, até que ele faça seu programa comunista.

Se eles se separassem deste movimento da constituição do proletariado em classe, os comunistas jamais superariam o estágio de seita. Poderiam constituir um partido comunista que não seria o partido operário e que vegetaria ao lado de um partido operário, o qual não se tornaria nunca comunista.

Mas, quando o movimento atinge um certo estágio, ele não pode mais se contentar em constituir-se em partido operário sobre a única base das posições mínimas, sem ao mesmo tempo fazer referência explícita ao objetivo final, isto é, ao comunismo. É por isso que chega um momento em que a constituição da classe em partido operário não é outra coisa senão sua constituição em partido comunista. Isto é, que se constitui um partido cujo programa é imediatamente o programa comunista integral. Um tal movimento não se produz nem mecânica nem gradualmente, como demonstra um sobrevôo histórico das principais etapas da constituição da classe em partido.

2.1.6.23. Resumidamente podemos traçar a seguinte tipologia das relações entre partido comunista e partidos operários, isto é, em definitivo, entre o partido comunista e a classe. (Todo nosso trabalho posterior, ao longo deste “Breve Histórico...”, ilustrará e aprofundará os episódios abaixo mencionados).

Os conceitos de “partido operário” e “partido comunista” não substituem os de “partido formal” e “partido histórico”. Se o “partido histórico” é sempre comunista, ele não foi sempre formalizado, ao longo da história, como partido comunista formal puro, mas no início do movimento operário como “partido operário”, no seio do qual o partido comunista histórico atuava para defender e propagandear os princípios comunistas. Deste fato, o conceito de partido formal é tanto aplicável a um simples partido operário, quanto ao partido comunista (partido comunista histórico formalizado).

Temos portanto:

- 1847 – 1852. A Liga dos Comunistas é o partido comunista constituído, atuando em escala internacional. Mantém relações com outros partidos operários tais como os cartistas (até 1848) ou os “reformadores agrários na América do Norte” (cf. Manifesto), e relações com os partidos democratas burgueses ou pequeno-burgueses no quadro da revolução em permanência, na França até junho de 1848 e sobretudo na Alemanha. Tenta unificar e/ou organizar os partidos operários lá onde ainda não existem, como numa fase posterior da revolução alemã, mas tais tentativas são marcadas por reveses.

O partido não sobrevive à derrota do movimento revolucionário e a organização formal dissolve-se em 1852. O legado teórico fornecido (o Manifesto e outros trabalhos) constitui a base para a continuidade do partido comunista no sentido histórico do termo.

- 1864 – 1872. A classe reconstitui-se novamente em partido em uma base muito mais extensa do que em 1848, simultaneamente no espaço e na própria classe, pois ele reagrupa, integrando de maneira muito mais ampla, associações operárias, sindicatos, etc... Desta vez tem-se a constituição de um verdadeiro partido operário em escala internacional, no seio do qual os comunistas podem agir para tentar fazer triunfar seus princípios. E justamente porque se trata de um partido operário e não de um partido comunista que a AIT pôde organizar tão amplamente a classe, integrando em seu seio mesmo as organizações imediatas da classe (Trade-Unions e sindicatos).

Por esta razão, ela pôde reagrupar uma fração da classe quantitativamente mais importante com verossimilhança a um partido comunista puro, cujos critérios de adesão são muito mais seletivos. Tem-se aqui a ilustração exata do Manifesto: os comunistas não foram um partido distinto e oposto aos outros partidos operários. A corrente comunista coloca-se mesmo à frente do partido (Conselho Geral), onde conduz uma luta encarniçada para que sejam reconhecidos os limites do partido operário, e numa menor escala alguns traços fundamentais do comunismo (cf. Engels dizendo que devemos abandonar a linguagem difícil do Manifesto, na redação dos estatutos). Deve-se notar que os anarquistas, na medida em que nem mesmo reconhecem a necessidade da constituição da classe em partido e a derrubada da burguesia, através da conquista do poder político, não constituem e jamais constituíram uma fração do partido operário. São inimigos do proletariado e devem ser expulsos do partido, o que foi feito ao longo dos congressos sucessivos. Jamais tendo sido aceitos, entraram no partido por fraude. É portanto falso apresentar os anarquistas e comunistas como membros brigados de uma mesma família. A contribuição da AIT foi precisamente a de interditar para sempre o reconhecimento desta doutrina como doutrina proletária, o que ela por sua vez jamais foi.

O partido não sobrevive à derrota da Comuna (1871); a atividade do partido comunista prossegue enquanto expressão do partido comunista no sentido histórico do termo.

- 1872 – 1889. O movimento não pode mais se contentar com uma ampla união como a da AIT, se em que esta serviu para decantar as posições cardinais do movimento proletário e eliminar, em grande parte, as suas expressões inadequadas. É necessário que, doravante o proletariado tenda a se situar na base do programa comunista. Em outras palavras, que trabalhe para constituir partidos comunistas verdadeiramente proletários, reagrupando a fração mais avançada da classe em uma base mais desenvolvida, o que a Liga dos comunistas não podia fazer em 1848. Para isso, é necessário inicialmente constituir partidos operários em cada país, organizando amplas frações da classe e aí conduzir a luta pela vitória do programa comunista.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Tal tática é evidentemente pouco compreensível para quem possui da dialética uma visão simplista e redutora. Assim o “Bureau International pour le Parti Révolutionnaire” (“Birô Internacional para o Partido Revolucionário”) publica na “Revue Communiste”, no. 2, uma síntese notável de todas as imbecilidades pequeno-burguesas que se podem ler aqui e acolá sobre o tema da consciência de classe. Aprende-se principalmente que na “época de Marx”, o “problema da conquista do poder não se coloca de maneira direta”, o que explica que as teses de Marx e Engels sobre o partido, não apenas “falham na precisão” mas também fazem referências a horríveis conceitos democráticos tais como o da “maioria”. O BIPR cita, como prova do

É por isso que a palavra de ordem deste período ( que é, ao mesmo tempo período de reforço do capital e de consolidação das relações sociais, e que será visto mais tarde como período “pacífico” do desenvolvimento do MPC) é a constituição de partidos operários nacionais, isto é, que reagrupam a classe operária de cada país. O partido comunista histórico intervém para impedir que tais partidos se constituam numa base errônea (luta contra os Lassalianos na social-democracia alemã), ou muito confusa (retomada por Marx a da redação do programa do partido operário francês), ou sectária (convite de Engels aos socialistas alemães da América a novamente unirem-se ao partido de Henry George). Para justificar esta tática, Engels afirma:

Se, de 1864 a 1873, nós tivéssemos colaborado apenas com aqueles que reconhecessem abertamente nosso programa, onde estaríamos hoje? Penso que nossa prática mostrou que é possível trabalhar com o movimento geral da classe operária em cada uma das diversas etapas, sem abandonar nem esconder nossa posição distinta e mesmo nossa organização.” (Engels a Florence Kelley-Vischnevetsky 27.01.1887)

Ao Socialista Labor Party americano, que recusava trabalhar com o partido de Henry George, escreveu:

“Um ou dois milhões de votos operários em novembro para um partido operário verdadeiro têm hoje infinitamente mais valor do que uma centena de milhares de votos em favor de um programa perfeito de um ponto de vista teórico (...), ainda não chegou a tempo para criticar Henry George a fundo. Mais vale que o partido comece a formar-se mesmo com um programa não totalmente puro. Logo em seguida, os operários compreenderão por si mesmos do que se trata, tirarão as lições de seus próprios erros.” (Engels, 28.12.1886)

No decorrer dos anos 1880 Engels se opunha, até que o perigo anarquista tornou-se inevitável, à fundação de uma Segunda Internacional. Fiel à tática definida para este período, dizia que era necessário esperar que ingleses e franceses criassem partidos

“cretinismo social-democrata” de Marx e Engels, as seguintes frases, uma do Manifesto: “o movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em benefício da imensa maioria”, a outra da introdução de 1875 às “Lutas de Classe na França” (introdução que curiosamente nossos ultra-revolucionários do BIPR fazem exatamente a mesma leitura que os chefes históricos do revisionismo): “O tempo das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes está terminado. Ali onde se trata de uma transformação completa da organização da sociedade, as próprias massas devem tomar parte, devem poder compreender do que se trata, por que intervém (com corpo e alma).” Deve-se portanto daí concluir que o BIPR – que decididamente nada entendeu da verdadeira crítica à democracia – vê o movimento a vir como o movimento de uma pequeníssima minoria em benefício de uma outra pequeníssima minoria, à frente das massas que nada compreenderam e nada sabem do que se trata. É particularmente grave que, em nome de uma dita crítica da democracia, possa-se chegar a imaginar revoluções proletárias que se fazem sem... o proletariado, isto é, sem uma participação ativa das massas operárias, com sua capacidade de iniciativa, de inovação, de sacrifício, de mobilização, de organização, de luta, etc... O BIPR zomba da SPD alemão que “somente” (sic) obteve 50% dos votos operários nas eleições e “somente (resic) organizou 10% dos operários (o que por exemplo, na França de hoje nos daria um partido de um bom milhão de membros!) Trotsky, lembrava que a revolução russa havia arrastado para a cena da história massas bem maiores e imponentes que uma social-democracia pôde controlar. É verdade que podemos perguntar qual percentagem de classe o pomposo “Birô Internacional para o Partido Revolucionário”, ele, organiza. Em todo caso, com uma tal apologia da derrota, o BIPR não pode esperar um dia herdar o poder político, fardo que, com sua visão curta e esclerosada compreensão da realidade, ele dificilmente conseguirá suportar. O BIPR portanto inventa uma nova categoria política: o social-masoquismo.

operários tão fortes como o alemão. Assim, a predominância do programa comunista nestes 3 maiores países do continente europeu, vivendo um mesmo ritmo, poderia permitir-lhes arregimentar em seguida todo o proletariado europeu, sem passar pela constituição formal de uma Internacional (cf. carta a Lafargue de 17.08.1881)

Infelizmente a II<sup>a</sup> Internacional ganhou corpo antes que estas condições fossem preenchidas; isto, junto ao fenômeno oportunista gerado pela fabulosa expansão do MPC durante este período, fez com que o partido internacional jamais atingisse o grau de pureza que ele poderia e deveria ter atingido para bem conduzir sua missão.

- 1889-1914. Segunda Internacional. Constituída como federação dos partidos formados no período precedente, em que todos, de uma maneira ou de outra, reivindicam, pelo menos formalmente, os ensinamentos do programa comunista e a herança do movimento comunista desde 1848, mas que não são tão puros como seria necessário.

Mas, de uma parte a Internacional nunca tomou forma de um órgão mundial, centralizado, unificado em torno de um programa único. De outra parte, ela não dispunha de uma armadura teórica bastante sólida para resistir aos diferentes ataques revisionistas e reformistas que surgiam em seu próprio seio. De um lado, a afirmação estereotipada e dogmática de citações sem qualquer critério do programa, conduzem à traição pura e simples deste em 1914. De outro lado, a reação dos elementos de esquerda (que também assume a forma de um trabalho de restauração teórica, ver principalmente Rosa Luxembourg, Lenine, o círculo Karl Marx de Nápoles) é muito fraca para impedir que o conjunto do partido soçobre totalmente. O partido histórico (encarnado pelas esquerdas) é impotente para impedir o partido formal de tornar-se um órgão da contra-revolução. Embora tivesse tido êxito ao impedir que a 1<sup>a</sup> Internacional caísse nas mãos dos anarquistas, desta vez o partido não é dissolvido no momento em que é vencido. Ele perdura, mas como órgão contra-revolucionário nas mãos do inimigo da classe. É uma derrota de pesadas conseqüências pois a contra-revolução utilizará este instrumento para dividir o proletariado. Os revolucionários reagiram com um retorno às fontes, banindo o termo de social-democracia em nome do comunismo (cf. Lenine), mas teria sido melhor se o partido degenerado tivesse sido igualmente destruído.

- 1919-1928. Internacional Comunista. Constituída de chofre como partido operário comunista internacional na base, claramente afirmada, do programa comunista. Fora deste partido não pode haver partido operário digno deste nome. A melhor prova disto é que os partidos comunistas separam-se dos antigos socialistas na própria base dos critérios que nos servem para definir a noção de partido operário. Na vaga de cisões dos anos 20, são os comunistas que defendem a derrubada da burguesia e a conquista do poder político, contra os socialistas que pregam a ação parlamentar como instrumento de transformação gradual da sociedade e a aliança com as correntes burguesas contra a reação. Traça-se assim uma linha de demarcação histórica definitiva. Ou surge um partido operário que reivindica de chofre o comunismo, ou, sob a máscara do partido operário, trata-se de um órgão que aplica uma política burguesa e contra-revolucionária. Por ter perdido de vista esta linha de demarcação, a IC com a política de frente única, na verdade a absorção do partido comunista nas fileiras dos auto-intitulados partidos operários (Labour Party na Grã-Bretanha), degenera-se a ponto de abandonar todo caráter comunista. Queria-se aplicar uma tática que não era mais válida.

Ainda aqui, impossível preservar a organização do destino vergonhoso de tornar-se uma oficina da contra-revolução. Ela passou para as mãos do inimigo de classe, que dela se serviu para acabar de esmagar a revolução e desorientar o proletariado internacional.

- 1928-dias de hoje. A atividade do partido comunista prossegue sob diversas expressões que são todas momentos do partido histórico. Conduzindo uma justa crítica aos falsos partidos “operários”, identificados como órgãos da contra-revolução, a Esquerda Comunista da Itália (1912-1966) – ao menos sua maioria na época – acreditou por sua vez, que era possível constituir um partido puramente comunista numa fase reconhecida como contra-revolucionária, isto é, independentemente do movimento de constituição do proletariado em classe e portanto em partido. Esta ambigüidade inicial, que planou sobre o berço do Partido Comunista Internacionalista (1943) impediu que este, uma vez chegado à idade adulta, e mesmo após a salutar cisão de 1951, cumprisse plenamente sua tarefa histórica fundamental: a defesa do programa comunista e a previsão do curso revolucionário a vir. O PCi soçobrou (1966) numa atividade de seita e bebeu até o fim o copo do oportunismo. Do partido “depurado” de 1951 não restam mais que migalhas, sacudidas pela contra-revolução, quando não se erguem decididamente contra o comunismo e seus militantes.

- Amanhã. Todo período de ascensão das lutas revolucionárias conduz a classe a se recompor e portanto a tender para a reconstituição de seu partido de classe. Já no passado (cf. 1847, 1864, 1889, 1919) esta tendência cumpriu-se em escala internacional. Agora, é uma pré-condição absoluta pois o imenso desenvolvimento do capital no planeta implica que a união dos proletários num partido comunista realize-se de um só golpe em escala mundial. Amanhã, quando a crise do MPC, com suas invectivas sucessivas, fará voar em pedaços a mistificação democrática e abalar suficientemente a base de sujeição abjeta na qual ela continua a manter o proletariado, colocar-se-á novamente a questão da reconstituição do partido de classe único e mundial. E, desta vez, não haverá diferença entre partido operário e partido comunista. O proletariado não poderá constituir-se em partido revolucionário se este partido não elevar bem alto, de uma só vez, o estandarte do programa comunista, restaurado na sua integralidade. Pois será necessário não apenas opor-se a seus inimigos declarados, os partidos burgueses, mas também aos “partidos operários” de ontem que tornaram-se hoje partidos do capital. Neste processo que presidiu, no passado, a constituição do proletariado em partido operário, vimos que a primeira etapa era a afirmação destes três pontos: constituição da classe em partido, derrubada da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.

Ora, hoje, apenas a corrente comunista situa-se neste terreno, o qual não divide com nenhuma outra corrente política. Do mesmo modo, hoje é impossível sustentar esta afirmação sem reivindicar ao mesmo tempo a totalidade do programa e as tarefas comunistas. O proletariado não tem outra tarefa senão a realização do comunismo em escala mundial e será muito necessário que se dote de órgãos adequados para tal tarefa.

É por isso que a tarefa dos revolucionários de hoje não pode ser a de formação de seitas comunistas que esperam o despertar da classe operária, nem evidentemente a de flertar com os auto-denominados partidos operários, mas a de trabalhar sem descanso na restauração do programa comunista, no seio do partido histórico situado no fio vermelho do tempo, que nos conduz de 1848 à revolução futura.

Não é evidentemente este trabalho que criará as condições da retomada revolucionária mas, sem ele, ela será incomparavelmente mais difícil e constituirá uma desvantagem, desde o início, para o proletariado num combate no qual o adversário despejará todas as suas forças. A palavra de ordem da revolução a vir é: constituição da classe operária num partido comunista mundial, único órgão do proletariado, cuja tarefa é a de dirigir a ação revolucionária deste último, a derrubada das classes dominantes por meio

da conquista do poder político, o exercício da ditadura do proletariado e a passagem à fase inferior, depois superior, do comunismo.

## **2.2. A REVOLUÇÃO DE 1848**

### 2.2.1. Introdução <sup>18</sup>

1848 constitui para a tradição revolucionária um desses “nós históricos” onde numerosos eventos combinam-se de modo a criar uma situação decisiva, cujos ensinamentos e lições são de fundamental importância para o proletariado de todos os tempos e todos os países.

Se podemos falar DA revolução de 1848 – pois tem-se uma única dinâmica revolucionária mundial, na qual cada batalha repercute sobre o conjunto do movimento – esse movimento é ao mesmo tempo composto de revoluções cujas características são particulares. 1848 contém, portanto, todas as amostras das fases revolucionárias possíveis no capitalismo desenvolvido. É assim que a teoria precisou confrontar-se não apenas com a revolução comunista pura, mas ainda com os fenômenos da revolução burguesa e de seu eventual transpassamento em revolução proletária, através da revolução permanente (no sentido de Marx: revolução dupla). Durante 1848, o proletariado colocou à prova toda sua teoria e esta soube demonstrar sua validade tanto na revolução como na contra-revolução. É o que nos leva a afirmar que a contra-revolução ensina e que o comunismo não é apenas uma teoria da revolução, mas também uma teoria da contra-revolução. Por isso, os ensinamentos de 1848 foram cruciais na perspectiva da revolução dupla, notadamente na Rússia, e permitiram enfrentar episódios posteriores de revolução e contra-revolução, inclusive quando não se tratava de revolução proletária (China em 1949, por exemplo).

Por conseguinte, nem o triunfo do proletariado na Rússia em outubro de 1917 na esteira da revolução de fevereiro, nem a involução do processo revolucionário, nem a dinâmica internacional da revolução e da contra-revolução, nem a vitória da contra-revolução, nem fenômenos posteriores de revolução burguesa (China, Índia, revoluções anti-imperialistas, etc) constituíram fenômenos novos para a teoria comunista.

Em 1848, no quadro da perspectiva internacional (perspectiva que já condena a do socialismo num só país), está-se confrontado, segundo diferentes áreas geográficas, a uma série de revoluções, que se definem como segue:

- Inglaterra. Revolução comunista pura. Proletariado contra burguesia e proprietários fundiários.
- França. Acabamento da dominação política da burguesia. Revolução proletária.

---

<sup>18</sup> Originariamente (cf. ao nosso no 4 em língua portuguesa) estava previsto um texto intitulado “As revoluções múltiplas”, o qual teria detalhado as diferentes áreas e fases integrantes do processo revolucionário de 1848. Pareceu-nos mais útil insistir, nessa introdução, sobre a unidade do fenômeno revolucionário. Em seguida, após expor o desenrolar dos fatos em cada uma das três grandes áreas da época: inglesa, francesa e alemã, voltaremos, numa longa conclusão, sobre as lições que a teoria revolucionária pôde tirar desse episódio.

- Alemanha. Revolução burguesa abrindo caminho a uma revolução proletária. Revolução permanente (revolução dupla).
- Itália, Polônia, Hungria, etc... Movimentos nacionais burgueses.

Veremos mais adiante, ao longo dessa Introdução, que “cenário” poderia desde já levar, em 1848, à vitória da revolução proletária.

É de 1848 também que se pode datar – com uma simbólica certidão de nascimento (cf. teses 2.2.2.) – a formação do programa comunista enquanto totalidade.

A revolução de 1848 constitui ainda o primeiro episódio da luta de classe onde o partido comunista pode intervir na perspectiva de uma tomada do poder político pelo proletariado. Ao mesmo tempo coloca-se, em 1848, toda a teoria do partido e da intervenção dos comunistas na luta de classes.

Dentre as lições da revolução de 1848, podemos destacar ainda:

- O fato de que o MPC conhece, em intervalos regulares, crises cujo caráter catastrófico leva o proletariado a insurgir-se contra as condições de vida que lhe são impostas, aproveitando-se então da desordem que se apodera da sociedade burguesa. Foi a crise de 1847 que detonou a revolução de 1848.

- O fato de que o MPC conhece, em intervalos regulares, crises cujo caráter catastrófico leva o proletariado a insurgir-se contra as condições de vida que lhe são impostas, aproveitando-se então da desordem que se apodera da sociedade burguesa. Foi a crise de 1847 que detonou a revolução de 1848.

- O fato de que, na época do capitalismo moderno, não pode existir crise revolucionária isolada e que, para o proletariado, o único meio de vencer é aplicar o grito de guerra do Manifesto: “proletários de todos os países, uni-vos!” Em 1848, a revolução desencadeou-se como autêntica torrente, aliás como a própria contra-revolução, fazendo com que o proletariado alemão só pudesse esperar uma vitória duradoura se o mesmo acontecesse com o proletariado francês, sendo que este não podia vencer sem auxílio do proletariado inglês.

- 1848 mostra também – conforme se afirmará mais tarde na AIT – que o proletariado possui “sua própria política externa”. Em 1848, o proletariado não poderia ter vencido sem uma guerra revolucionária contra as potências absolutistas (Rússia e Áustria, aliadas ao imperialismo inglês), em ligação com os povos dominados (poloneses, húngaros, italianos, etc...). Hoje, a fortiori, nenhuma revolução proletária na Europa poderá economizar uma guerra contra as potências imperialistas, que não medirão esforços para arrasar o proletariado onde este tiver assumido o poder. Ou seja, a trégua Brest-Litovsk (1918) não será uma eventualidade, na perspectiva de uma revolução proletária explodindo na Europa.

- O fato de que o proletariado deva constituir-se em partido distinto e oposto a todos os outros partidos burgueses; se, em determinado momento, ele pode lutar ao lado da burguesia (quando esta ainda é revolucionária), seu ciclo histórico vai necessariamente além, até a revolução proletária pura.

- O fato de que a teoria comunista não seja apenas teoria da revolução mas também, teoria da contra-revolução. “Até agora na história, a contra-revolução sempre conduziu a uma revolução mais radical e mais sangrenta”. (Nova Gazeta Renana, 1848)

- O fato de que o proletariado constitui a única classe revolucionária da sociedade moderna, uma vez varridos os vestígios das sociedades feudais e assegurada a dominação política e social da burguesia. Em Berlim, Viena e Paris, como alguns anos antes

em Londres, o proletariado encontrou-se completamente isolado frente às outras classes da sociedade que, num dado momento, voltaram-se todas contra ele, enquanto que apenas ele declarou-se pronto para garantir a realização das tarefas revolucionárias da sociedade.

- O fato de que, para transformar de modo revolucionário a sociedade, o proletariado deva apoderar-se do poder político e exercê-lo de modo “despótico” (Manifesto) contra as outras classes (ou seja: ditadura do proletariado e exercício do terror revolucionário).

- O fato de que a vitória do proletariado não poderá ser conquistada sem que se resolva, a seu favor, a questão militar. O ensinamento que se tirou da revolução de 1848 é que a insurreição é uma arte; que a estratégia militar do proletariado apóia-se na ofensiva; que ele não poderá economizar uma guerra civil, nem uma guerra revolucionária internacional.

Em 1847-1848, os comunistas possuíam uma visão clara do processo revolucionário e antecipavam seu desenvolvimento. O fato de que, em diversas ocasiões, os acontecimentos tenham ludibriado sua expectativa, não se desenvolvendo conforme o esperado, não deve levar a concluir, posteriormente, que a revolução comunista não fosse possível desde então naquela época. As condições de então tornavam-na uma possibilidade precária que deveria reunir, para triunfar, o mais amplo feixe de conjunturas favoráveis.

No entanto, por suas atividades de previsão, os comunistas enxergavam um possível resultado revolucionário para o movimento de 1848. Em 1847, com o desenrolar dos acontecimentos, a previsão era a seguinte:

- Alemanha: as condições estão maduras para a eclosão da revolução burguesa, repetição de um novo 1789, mas em condições bem mais desenvolvidas do que na França de outrora, com um proletariado capaz de levar sua própria revolução. É o que sublinha o Manifesto:

“É para a Alemanha que se volta principalmente a atenção dos comunistas, pois ela se encontra às vésperas de uma revolução burguesa, porque ela realizará esta revolução nas condições mais avançadas da civilização européia, com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII e que, por conseguinte, a revolução burguesa alemã só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária.”

No plano internacional, a revolução na Alemanha deveria romper todo o sistema reacionário da Santa Aliança e liberar todos os povos, da Itália à Hungria, que estavam sob seu jugo.

- França: O impasse em que se encontram a sociedade e o regime político implica uma reforma eleitoral. No entanto, esta permitirá a instauração da república justamente quanto o proletariado está forte e em plena recomposição política. O resultado só pode ser um antagonismo entre burguesia e proletariado, culminando numa revolução.

- Inglaterra: É a ponto de lança do movimento. Na esteira do movimento cartista, prevê-se que ela deve conquistar dentro em breve os direitos eleitorais, o que levará o proletariado a tornar-se “a classe dirigente da Inglaterra” (Mensagem dos comunistas alemães de Bruxelas a O’Connor – 1846). Na base do formidável poder da Inglaterra capitalista desenvolvida, primeira potência industrial, comercial, marítima, etc... poderão começar a desenvolver as forças produtivas da sociedade num sentido comunista, ajudando simultaneamente o proletariado dos países menos avançados para favorecer seu desenvolvimento.

Mas a história não se desenrolou dessa maneira, embora todas essas grandes linhas viessem a ser verificadas durante o movimento.

Inicialmente, para surpresa geral, é da França (fevereiro de 1848) que parte o movimento, sendo que a república é obtida não a partir de uma mera reforma eleitoral, mas através de uma revolução efetuada pelo proletariado, o qual adquiria então um peso político muito grande nesse país.

Uma vez iniciado o combate, durante todo o período 1848-1852 o essencial da previsão (que, evidentemente, passou por modificações táticas conforme o curso dos acontecimentos) é o seguinte:

- França (Paris). Centro político da revolução e da contra-revolução européia. Da vitória do proletariado parisiense (julgada ainda possível em 1849) depende a sorte da revolução na Alemanha. No processo revolucionário que se desenrola em 1848, Paris é visto como o centro político do movimento.

- Alemanha. É o pólo dinâmico dessa revolução. Após a vitória da revolução (mesmo burguesa) na Alemanha, tem-se a extensão da civilização capitalista para o leste, portanto, um fenômeno de alcance revolucionário. Isolados, os regimes reacionários da Rússia e da Áustria tudo farão para conservar seu poder contra-revolucionário sobre a Europa. Para isso, se aliarão à Inglaterra tentando ressuscitar a Aliança contra-revolucionária que tinha visado a revolução burguesa (1789). Toda tomada do poder pelo proletariado na França lhe significará a guerra por parte dessas nações, a qual se transformará imediatamente em guerra mundial. Nessa perspectiva geral, a Alemanha revolucionária deverá conduzir uma guerra de liberação contra a Rússia, quando poderá então reabilitar-se dos erros cometidos contra as revoluções do passado. O mesmo aplica-se à Inglaterra, para a qual a revolução proletária deverá significar igualmente a oportunidade de apagar seus crimes contra os povos.

- Inglaterra. É o palco de luta direta entre proletariado e burguesia. A guerra mundial da qual participará será a ocasião para o partido cartista chegar ao poder. Portanto, nesse país a palavra de ordem é derrotismo revolucionário, revolução social. A Inglaterra é o centro econômico, reserva de forças produtivas da revolução. Graças às suas forças produtivas desenvolvidas, pode-se começar a destruir o MPC.

Em suma:

“A liberação da Europa depende portanto do levante vitorioso da classe operária francesa, seja no que se refere à sublevação das nacionalidades oprimidas ou à derrocada do absolutismo feudal. Mas toda perturbação social francesa naufraga necessariamente contra a burguesia inglesa e a dominação industrial e comercial mundial da Grã-Bretanha. Toda reforma social parcial na França e no continente europeu em geral, na medida em que precisa ser definitiva, é e permanece um piedoso desejo sem consistência. E a velha Inglaterra só será derrubada por uma guerra mundial, a única a poder oferecer ao partido cartista, o partido operário inglês organizado, as condições de um levante vitorioso contra seus gigantescos opressores. É com os cartistas à frente do governo inglês que a revolução social passará do reino da utopia para o da realidade. Mas toda guerra européia em que estiver a Inglaterra será uma guerra mundial, e ela ocorrerá tanto no Canadá como na Itália, nas Índias Orientais como na Prússia, na África como no Danúbio. E a guerra européia é a primeira consequência da revolução operária vitoriosa na França. Como na época de Napoleão, a Inglaterra comandará os exércitos contra-

revolucionários, mas a própria guerra a projetará à frente do movimento revolucionário, fazendo com que ela resgate assim a falha cometida contra a revolução no século XVIII.

Levante revolucionário da classe operária francesa, guerra mundial – eis o sumário do ano de 1849” (Nova Gazeta Renana – 1/1/1849)

Após 1850, quando o movimento visivelmente perdia fôlego, os comunistas não concluíam ainda pela derrota, pois esperavam uma retomada do movimento revolucionário baseando-se numa previsão do retorno de uma crise catastrófica do MPC em 1852. Este ano correspondia ao fim de um ciclo de 5 anos – 1847/52 – que era a duração aproximada do ciclo econômico até 1847. No entanto, com o desenvolvimento da fase de submissão real do trabalho ao capital, a duração do ciclo havia mudado e a crise não ocorreu em 1852, enterrando definitivamente as esperanças de uma retomada da revolução de 1848.

Com relação a esse tipo de erro de previsão, o importante não é fixar-se no imediato, ou seja, na data, mas reenglobar o erro de previsão em um balanço do período encerrado, desembocando-se numa análise dos próximos fenômenos e, portanto, num reforço da previsão.

Aliás, convém ressaltar qual era a atitude dos comunistas a partir de 1850 frente a um recuo do movimento revolucionário, o qual acreditavam ser bastante temporário.

“Após as derrotas de 1849, não compartilhávamos nem um pouco as ilusões da democracia vulgar agrupada em torno dos governos provisórios in partibus. Esta contava com uma vitória próxima e decisiva do povo sobre os “opressores”, entre elementos antagônicos escondidos precisamente entre esse “povo”. A democracia vulgar esperava o novo estalo da noite para o dia; desde o outono de 1850, declaramos que pelo menos a primeira parte do período revolucionário estava encerrada e que não havia nada a esperar até a explosão de uma nova crise econômica mundial. Por isso, fomos banidos como traidores da revolução pelos mesmos elementos que, mais tarde, quase sem exceção, assinaram a paz com Bismarck, desde que este julgasse que isso valia a pena.” (Engels –Introdução de 1895 às Lutas de classes na França)

Por causa dessa atitude, a “reorganização” da Liga dos Comunistas apregoada pelos ativistas em 1849-50 foi vigorosamente combatida pelo “partido-Marx” que estimava necessário traçar um primeiro balanço dos acontecimentos verificados e aproveitar a “trégua” que surgia para reforçar a teoria, a estratégia e a tática das forças revolucionárias. (Esse episódio será desenvolvido na continuidade das teses que serão publicadas no capítulo “A Liga dos Comunistas na revolução de 1848)

O partido comunista desenvolve portanto uma visão mundial da revolução, cujo centro é a Inglaterra. Com efeito, é aí que o capitalismo mundial – e portanto a revolução e a contra-revolução – possui um centro poderoso. Mas, enquanto primeira área na qual o MPC atingiu plenamente a fase de submissão real do trabalho ao capital, a Inglaterra também é a primeira área onde o comunismo tornou-se doravante possível e, por conseguinte, poderia permitir à Europa e ao mundo inteiro abreviar os sofrimentos da travessia pelo MPC, continuando então a desenvolver as forças produtivas mas num sentido plenamente comunista.

“Mas o país que torna nações inteiras seus proletários, que abraça o mundo todo em seus braços de gigante, que já pagou em uma ocasião os custos da restauração européia e no seio do qual as oposições de classe já se exasperaram até atingir a forma mais pronunciada e mais cínica – a Inglaterra – parece ser o rochedo contra o

qual chocam-se as ondas da revolução; é o país que esfomeia a nova sociedade ainda no ventre de sua mãe. A Inglaterra domina o mercado mundial. Uma perturbação na situação econômica e nacional em cada país europeu, sem a participação da Inglaterra, é uma tempestade em copo d'água. A situação da indústria e do comércio em cada país é dominada por suas relações com outras nações, é condicionada por suas relações com o mercado mundial. Mas a Inglaterra domina o mercado mundial e a burguesia domina a Inglaterra.” (Nova Gazeta Renana)

A possibilidade do comunismo em 1848: eis um dos ensinamentos categóricos desse período. Seria totalmente incorreto tirar do fracasso posterior dessa revolução uma informação dessa tese.

Numerosos são os que, renunciado a toda visão dialética da história a qual pretende justamente que, em raros momentos de tensão extrema nos quais todas as contradições possíveis da sociedade moderna explodem, concentradas em curto espaço de tempo, existe a possibilidade de queimar etapas – acusam os comunistas (e em primeiro lugar Marx e Engels) de terem tomado seus sonhos por realidade e até de terem renegado mais adiante a perspectiva que era sua em 1848.

No banco dos réus, conforme o método apreciado pelos acusadores da teoria revolucionária, Engels como testemunha, certamente julgado de modo mais complacente do que o austero “doutor em terror vermelho”, como diziam os adversários ingleses de Marx.

“A história nos disse que estávamos errados, nós e todos aqueles que assim pensavam. Ela nos mostrou claramente que o estágio do desenvolvimento econômico no continente estava ainda longe de ter amadurecido para colocar a supressão da produção capitalista; ela o comprovou pela revolução econômica que, desde 1848, ganhou todo o continente e que deu direito de cidadania basicamente à grande indústria na França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e, mais recentemente na Rússia, fazendo ainda da Alemanha um país industrial de primeira ordem. Tudo isso sobre uma base capitalista, ou seja, ainda suscetível de extensão em 1848.”

(Prefácio às Lutas de Classes na França - 1895)

Se Engels fala aqui – e em outras ocasiões – basicamente do continente, é que a perspectiva permanece válida: revolução comunista na Inglaterra, a qual destrói o centro mundial do capitalismo; revolução proletária no continente; exercício do poder político pelo proletariado, permitindo assim orientar o desenvolvimento das forças produtivas no sentido da associação e evitando os sofrimentos do desenvolvimento capitalista.

Então, onde e por que “erramos”?

Erramos ao subestimar a capacidade do continente europeu de constituir uma reserva de forças para a reação, considerando seu caráter ainda em grande parte camponês, largamente pré-burguês, economicamente atrasado, repleto de vestígios feudais e carecendo quase que totalmente de uma burguesia firme e decidida. Havia forças demais no continente europeu (inclusive a força do MPC que dispunha ainda da margem de modernização com a passagem para a fase de submissão real do trabalho ao capital) que podiam bloquear o desenvolvimento do fenômeno revolucionário.

Mas não foram justamente o espectro do comunismo e a ameaça proletária que fizeram com que a burguesia e a pequena-burguesia se jogassem nos braços da contra-revolução, reforçando as mais reacionárias alianças que existiam então?

Se, em 1848, o problema histórico da revolução comunista estava colocado para toda a Europa, sua solução econômica e definitiva estava na Inglaterra; o lamentável

fracasso do movimento revolucionário nesse país e o massacre de junho de 1848 foram decisivos para o desencadear da contra-revolução em escala internacional.

Em janeiro de 1849, a nova Gazeta Renana escrevia o seguinte:

“A única “conquista” que nos sobrou – não se trata de uma conquista especificamente prussiana, uma conquista de “março”, mas o resultado da revolução europeia de 1848 – é a contra-revolução mais generalizada, mais resolvida, mais sangrenta, mais violenta, sendo ela mesma apenas uma fase da revolução europeia e, por isso mesmo, geradora de um novo choque de retorno revolucionário geral e vitorioso.”

Perante os jurados do processo de Colônia, Marx escrevia:

“Talvez a vitória da revolução só seja possível uma vez ocorrida a contra-revolução.”

Assim, o advento da contra-revolução não constitui surpresa para a teoria revolucionária. Dialeticamente, ela é até uma provação necessária para forjar a revolução, livrá-la de suas expressões inadequadas e fazê-la ressurgir mais vigorosa, mais apta para vencer e para realizar suas tarefas históricas.

Em 1849, os comunistas pensavam que esse episódio da contra-revolução teria curta duração e traria o rápido retorno da revolução, desta vez vitoriosa. Vimos que isso não ocorreu, o que não impede que a lição da contra-revolução de 1848 seja válida para todas as outras contra-revoluções.

Em 1848, a revolução comunista era possível, mas a conjunção de elementos favoráveis que poderia ter permitido sua vitória não pôde se realizar. Desde então, a revolução sempre foi derrotada (1871, 1917-1927), mesmo se as condições materiais de sua vitória mostravam-se cada vez mais desenvolvidas. Assim, se dialeticamente a revolução comunista padece de um terrível atraso histórico, tudo ocorre como se, para que fosse vitoriosa, tivesse sido necessário esperar que o modo de produção capitalista estendesse a submissão real do trabalho ao capital e praticamente todo o planeta; que o assalariado se generalizasse em todos os países que pesam no mercado mundial; que o proletariado constituísse a maioria da população ativa; que o desenvolvimento da produtividade e as crises que isso acarreta estivessem desenvolvidos a tal ponto que o proletariado não tivesse outra alternativa senão a luta pelo comunismo ou a destruição da humanidade; que o capital tivesse desenvolvido as formas da socialização de modo a facilitar a transição para a sociedade comunista; que a maioria da população estivesse concentrada nas grandes cidades; que as formas da propriedade burguesa tivessem sido em certa medida negadas, levando simultaneamente ao máximo o antagonismo entre capital e trabalho (papel do Estado, despersonalização do capital etc...); que o proletariado tivesse reforçado sua experiência histórica em combates posteriores; que a experiência do partido do proletariado o tivesse levado à necessidade de constituir um partido comunista puro; que a teoria tivesse passado vitoriosamente pela provação, conhecendo ao mesmo tempo, no plano de sua representação (partido histórico), uma quase negação permitindo seu reaparecimento integralmente restaurada; enfim, que o MPC tivesse colocado na ordem do dia, em praticamente todo lugar, a revolução proletária pura, classista, anti-democrática, internacional, impessoal.

Assim, portanto, de 1848 até hoje, as condições de vitória da revolução comunista se reforçaram consideravelmente. Mas, ao mesmo tempo o capital, embora sofrendo contradições cada vez mais agudas, deverá, para ser abatido, encontrar no proletariado um adversário ainda mais forte na medida em que esse desenvolvimento terá sido levado ao seu

limite. A luta de amanhã polarizará os antagonismos e assumirá os contornos de uma luta de morte entre dois gigantes surgidos da evolução da sociedade moderna.

Em 1848, foi como se o proletariado, para rumar ao seu alvo, dispusesse apenas da tênue corda do equilibrista; depois, ele pôde firmar o pé no chão, caminhando entre os atalhos estreitos no topo das montanhas; hoje, o percurso é mais árduo, cheio de asperezas e ele não pode contar com uma auto-estrada moderna para realizá-lo.

Qualquer que seja o desenvolvimento das contradições internas do MPC, este jamais naufragará por si só sem que o proletariado, constituído em partido em escala mundial, lute para destruí-lo. E até lá, o caminho será árduo e demorado. Para ajudar-se a si próprio, o proletariado deverá reunir toda a memória de sua experiência histórica, todas as lições das revoluções e contra-revoluções do passado, tarefa para a qual este trabalho sobre a revolução de 1848 é uma modesta contribuição.

## 2.2.2. REVOLUÇÃO E PROGRAMA

2.2.2.1. Nosso movimento costuma afirmar que o programa comunista surge em bloco em 1848. Isso significa que o programa é uma totalidade, que não nasce por etapas, mas que se afirma de uma só vez, e isso numa época particular em que surgem as possibilidades materiais das soluções práticas aos problemas que a humanidade se coloca desde a dissolução das comunidades primitivas.

2.2.2.2. Esse programa não aparece enquanto obra de um homem<sup>19</sup>, mas como obra de uma classe. Neste sentido, ele se inscreve na linha dos grandes corpos de doutrina que se mostraram capazes de enquadrar, durante longo tempo, o movimento da humanidade e, sobretudo, de sua fração revolucionária em cada época. Vide o judaísmo, o cristianismo, ou a ideologia burguesa das Luzes e da Razão. Na medida em que condensam teoricamente todas as condições reais de uma época, isto é, de um modo de produção, tais doutrinas estão aptas a perdurar durante todo o ciclo histórico que esse modo de produção é levado a percorrer.

“Uma nova doutrina não pode aparecer a qualquer momento da história. Há certas épocas bem características – e mesmo raríssimas – em que ela pode surgir como um facho de luz ofuscante e, se esse momento crucial não foi identificado e essa terrível luz não foi fixada, torna-se vão recorrer depois aos restos de vela com os quais o universitário pedante ou o combatente de pouca fé tentam iluminar seu caminho.

Para a classe proletária moderna que se formou nos primeiros países de grande desenvolvimento industrial capitalista, as trevas foram dissipadas pouco antes da metade do século passado. A doutrina integral em que acreditamos, em que devemos acreditar, encontrou naquele momento todas as condições para se formar e para descrever um curso histórico que deverá verificá-la e confirmá-la após essas lutas terríveis. Ou essa posição permanecerá válida, ou então a doutrina será reconhecida como falsa e, portanto, como vazia a afirmação marxista segundo a qual com o proletariado surgiu uma nova classe, com caráter, programa e funções revolucionários próprios. Portanto, os que substituem partes, teses e artigos essenciais do “corpus” marxista que possuímos há cerca de um século destroem sua força bem mais do que aqueles que a negam abertamente e que proclamam sua falência.

Depois do período “explosivo” em que a própria novidade da nova reivindicação a torna clara e nitidamente delineada, é possível que se tenha – e é efetivamente o que ocorreu devido à estabilização da situação – um período em que a “consciência” da classe, em vez de melhorar e de crescer, regrida e degenera. Os momentos – toda a história do marxismo o prova – em que a luta de classes volta a se acirrar são aqueles

---

<sup>19</sup> Por esta razão, julgamos que o movimento comunista não deve mais batalhar pela conservação do vocábulo “marxismo”, o qual já nasceu pejorativamente das canetas adversárias do comunismo (Bakounine), depois desprezado ironicamente por Marx (“tudo que eu sei é que não sou marxista”) e Engels (“eles morderão seus próprios dedos por não haverem dado este nome”), enfim erigido como sinônimo científico de comunismo pelos marxistas vulgares. Preferimos a ele o termo milhares de vezes mais adequado de teoria (programa) comunista.

em que a teoria retorna, com memoráveis afirmações, às suas origens e à sua expressão primeira integral; basta lembrar a Comuna de Paris, a revolução bolchevique, o primeiro pós-guerra no Ocidente. O princípio da invariância histórica das doutrinas que reflete as tarefas das classes protagonistas, e também desses possantes retornos às formulações originais, aplica-se a todos os grandes períodos da história e opõe-se às fúteis hipóteses segundo as quais cada geração, cada estação da moda intelectual seriam melhores que as anteriores, assim como ao estúpido clichê da marcha incessante do progresso humano e outros caprichos burgueses, dos quais muito poucos que ostentam o título de marxistas estão realmente desprovidos.” (A invariância histórica do marxismo)

2.2.2.3. Para expressar esse caráter flamejante da doutrina de classe que, ao jogar por instantes breves mas intensos clarões, consegue iluminar toda uma época histórica, a Esquerda Comunista da Itália recorreu ao conceito de “invariância histórica” da teoria comunista.

Era preciso indicar com isso que o programa surge da síntese das lutas revolucionárias do proletariado como uma totalidade orgânica e que, enquanto tal, não pode ser subdividido em partes que poderiam ser abandonadas, re-atualizadas ou modernizadas. Ou o programa é “verdadeiro” (isto é, real) em totalidade, ou não é. Se é verdadeiro em totalidade, deve perdurar durante todo o arco histórico que exige sua permanência como instrumento de luta do proletariado contra o capital, sendo que o questionamento de uma de suas partes altera definitivamente o todo. Isso porque “não se abandona sua arma ou seu instrumento em pleno esforço ou no auge da batalha para consertá-lo”: é brandindo desde o início bons instrumentos e boas armas que se vence, na paz como na guerra.” (*idem*)

O conceito de invariância implica que o programa seja aceito na sua totalidade e na sua permanência: impossível modificar qualquer uma de suas bases sem abandonar o terreno em que está assentado.

Enquanto totalidade orgânica, isto é, viva, a teoria comunista jamais deixa de desenvolver seu objeto. A teoria faz um trabalho de previsão e, portanto, deve ser capaz de integrar os fatos no corpo de doutrina, mostrando que estes não constituem novidades teóricas que ela não teria previsto. A recusa em afrontar essa realidade, em travar luta com ela para integrá-la na teoria é sinal de esclerose desta última. Se a teoria está imobilizada é que perdeu seu caráter revolucionário. Ao mesmo tempo, esse trabalho teórico só pode ser realizado na linha direta dos princípios que fundaram o programa, para reforçá-los e completá-los.

Toda a obra de Marx e Engels depois do “Manifesto do Partido Comunista” visa fundamentar teoricamente os princípios nele enunciados.

2.2.2.4. Se 1848 marca para nós a emergência do programa comunista é que, nesta data, pela primeira vez o movimento proletário mostrou-se capaz de, num documento sintético mas de amplo alcance, colocar as bases de toda doutrina (a qual é indissociável de seu movimento prático que explode em 1848).

De fato, o Manifesto expressa numa síntese brilhante as raízes materiais do comunismo (cap.1 – Burgueses e proletários); a importância do comunismo no movimento operário moderno (cap. 2 – Proletários e comunistas); a crítica das antigas formas do socialismo (representado pelas classes médias) e daquelas inadequadas das correntes comunistas proletárias (cap. 3 – Literatura socialista e comunista); enfim, a estratégia do

comunismo na sua luta contra a sociedade burguesa (cap.4 – Posição dos comunistas frente aos diferentes partidos de oposição).

No mesmo ano é publicada a Miséria da Filosofia, obra que, ao mesmo tempo em que liquida o socialismo pequeno-burguês de Proudhon (Filosofia da Miséria), coloca as bases da crítica revolucionária do modo de produção capitalista, da crítica da economia política.

O que será mais tarde O Capital senão a grandiosa tentativa de demonstrar, mergulhando nas entranhas da sociedade burguesa, a impiedosa condenação pronunciada do Manifesto?

“As armas que a burguesia empregou para derrubar o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; ela também gerou os homens que manejarão essas armas, os trabalhadores modernos, os proletários.”

É por isso que é preciso ter o olhar morto daquele que se entregou de corpo e alma ao capital para não ver que a obra prima do comunismo, aquela que analisa em detalhes o funcionamento do modo de produção capitalista, longe de ser sua biologia, constitui-se na sua necrologia.

Essa vasta tentativa de dissecar detalhadamente o complexo organismo da sociedade burguesa, em nome de um futuro que já está incluído nela, ultrapassa amplamente as forças de um indivíduo. É preciso considerar como um trabalho de partido, cuja realização cabe a gerações de revolucionários, a elaboração e a restauração do programa comunista em sua totalidade. A realização dessa obra pertence a todo o proletariado e só poderá ser cumprida com base na invariância do programa comunista, com o objetivo de reforçá-lo e de forjá-lo para afrontar os terríveis prazos revolucionários decisivos de amanhã.

2.2.2.5. O programa comunista é produto da luta levada pelo proletariado ao longo de seu arco histórico. Até que o proletariado surgisse como classe fundamental da sociedade, o comunismo só podia ser “mito e poesia social”, nostalgia da comunidade humana perdida. Entretanto, mesmo assim, fazia parte de grandes movimentos sociais, como a guerra dos camponeses alemães ou a primeira revolução inglesa, onde a perda da comunidade humana (Gemeinwesen) e a necessidade que dela tem a espécie eram freqüentemente expressos sob o manto da religião (cf. CouC n° 4, pp. 13-15)

2.2.2.6. Mas, para que o comunismo deixe de ser um sonho e se torne realidade, é preciso que se desenvolva a base material sobre a qual poderá edificar-se uma sociedade onde a exploração de classe terá desaparecido. Só o modo de produção capitalista produz enfim as condições materiais, reais, do comunismo. Simultaneamente, produz a classe que, por suas condições de vida, por seu distanciamento total da comunidade, por sua posição específica na sociedade, é capaz de encarnar esse comunismo. Muito antes do MPC ter-se integralmente desenvolvido, e tenha levado a cabo as contradições que devem fazê-lo perecer, o proletariado e o capital entram num antagonismo prático brutal, que só pode ser resolvido pela luta de classes. É pela ação material que o proletariado se relaciona com a sociedade burguesa e é com base nessa ação que surgem as tentativas de teorizar a doutrina revolucionárias da nova classe. Desde Babeuf (cf. Couc n° 4, pp. 21-23), o proletariado deixa o campo das utopias religiosas e passa para o da luta política contra a sociedade burguesa que acaba de implantar-se, conseguindo formular de maneira global seus próprios objetivos: a “comunidade dos bens”, assim como os meios de alcançá-la, isto é, tomada do poder e exercício da ditadura das classes trabalhadoras. É por isso que se especificou que a

conjuração dos Iguais, de Babeuf (1795-96) constituiu, no curso da revolução burguesa, o “primeiro grande partido comunista atuante”.

2.2.2.7. Uma tal classe, novo sujeito revolucionário na história, classe de dimensões gigantescas, que iria colocar-se como tarefa a liberação efetiva e definitiva da humanidade, não podia deixar de refletir sobre as condições dessa liberação e teorizá-las. Esse esforço já pode ser notado em Babeuf, no rastro da revolução burguesa. Mas a primeira tentativa de elaborar detalhadamente um sistema comunista cabe aos utopistas (cf. CouC nº 4, pp. 29-39). Se estes não conseguiram elaborar uma doutrina verdadeiramente materialista do comunismo, é porque não relacionavam dialeticamente a crítica da sociedade presente (da qual denunciavam os aspectos nefastos) com a previsão da sociedade futura, que permanecia para eles um simples jogo da mente. Na realidade, as condições históricas não estavam suficientemente maduras para produzir outra teoria. Os utopistas foram capazes de “intuições de gênio” (Engels), mas estas eram desprovidas de força material. Teóricos do comunismo num período de contra-revolução e de fortalecimento em grande escala do MPC, os utopistas não se colocavam a questão da ação revolucionária.

2.2.2.8. Ao desenvolverem-se, as condições inerentes à sociedade capitalista iriam necessariamente colocar novos enfrentamentos entre burguesia e proletariado, numa dimensão cada vez maior e de forma cada vez mais nítida. É durante a fase de preparação (1830-1847) a um desses assaltos que se abre para o proletariado a necessidade cada vez mais vital de forjar um corpo de doutrina que unifica, ao mesmo tempo em que as ultrapassa, todas as experiências do passado, servindo-lhe de arma de combate para enquadrar as futuras batalhas.

A partir dos anos 1830, desenvolve-se intensa atividade nos círculos revolucionários do proletariado internacional. Na França, redescobre-se Babeuf e Buonarroti, cuja experiência também é reivindicada pelos cartistas ingleses. Do mesmo modo, os alemães ligam-se ao proletariado de Paris e da Inglaterra. Na década de 40, os operários mais conscientes de cada país procuram aproximar-se daqueles teóricos socialistas que expressam mais nitidamente o que está em jogo na grande luta histórica então em curso. Com a Liga dos Comunistas, o proletariado dota-se de uma organização comunista, órgão de luta ao mesmo tempo teórico e prático.

2.2.2.9. Neste episódio, verifica-se a fusão entre os dois movimentos: o teórico e o prático. Os operários dos três países procuram superar os limites de suas respectivas experiências e beneficiar-se reciprocamente dos ensinamentos de suas lutas; do mesmo modo, o movimento de crítica teórica deve partir dessa experiência para fundir num todo a crítica da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa. Todos os textos ditos de “juventude” de Marx ed Engels (Crítica do Direito Hegeliano, Manuscritos de 1844, Crítica da Economia Política – Engels, 1843 – A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, A Sagrada Família, A Ideologia Alemã, etc) testemunham essa necessidade, assim como a aspiração de forjar uma teoria revolucionária unitária capaz de dar conta simultaneamente da experiência prática do proletariado e da crítica teórica, tanto das expressões da classe inimiga, como daquelas mistificadas que tinham conduzido a luta do proletariado até então.

2.2.2.10. Produto da luta de classes, o programa comunista é necessariamente fruto da experiência teórica e prática encontrada pela classe proletária nos três países em que desenvolvia sua atividade até 1848. É justamente estudando o movimento em cada país que é possível observar que a ruptura do proletariado com a sociedade burguesa não se dá abstratamente, mas, ao contrário, é muito concreta e parte dos antagonismos práticos

vividos pelo proletariado em função do desenvolvimento histórico específico dos países em que se encontra mergulhado. Todo o estudo do movimento operário, do fenômeno revolucionário nas três nações, do qual podemos apresentar algumas conclusões neste trabalho, mostra como, em cada episódio, o proletariado tende a afirmar seu ser contra uma forma específica de dominação burguesa. Os pontos de partida são diferentes, as trajetórias são diferentes, mas os resultados convergem definitivamente para uma só e mesma afirmação do comunismo. O programa comunista realizará a síntese dos resultados aos quais chegaram essas lutas, cada uma por seu lado, e dessas experiências revolucionárias do proletariado que já cumpriram em parte, praticamente e também teoricamente a demolição do pensamento econômico, político e filosófico da burguesia.

2.2.2.11. O surgimento do programa comunista, em plena metade do século XIX, atesta o desenvolvimento do comunismo no próprio seio da sociedade burguesa. Toda teoria, toda doutrina é assim produto de determinadas condições materiais.

“Que demonstra a história das idéias, senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante. Fala-se de idéias que revolucionam toda uma sociedade: isso significa apenas enunciar que, no seio da antiga sociedade, formaram-se elementos de uma nova sociedade e que o desaparecimento das velhas idéias acompanha a dissolução das antigas condições de existência.” (Manifesto do Partido Comunista)

No entanto, para dar forma a suas “idéias revolucionárias” e fazer disso uma verdadeira teoria capaz de sublevar o mundo mobilizando as massas, o proletariado deve afrontar as “antigas idéias”, as idéias burguesas, a fim de dar conta teoricamente da maneira pela qual, no terreno prático da luta de classes, ele enfrenta as antigas condições de vida da sociedade burguesa. É por isso que, em cada um dos três países-chave da luta de classes (Inglaterra, França e Alemanha), o proletariado se chocará contra uma forma particular da dominação ideológica da burguesia e deverá combater para livrar-se dos preconceitos que ela lhe inspira.

“A abolição da alienação sempre é concebida segundo a forma de alienação que é a força dominante: na Alemanha, é a consciência de si (porque a ideologia é a forma predominante da alienação); na França, é a igualdade porque a forma predominante da alienação é a política; na Inglaterra, onde predomina a forma econômica da alienação é a necessidade real, elemento prático que só se mede por si mesmo.” (Manuscritos de 1844)

Enquanto a afirmação positiva da burguesia, como nova classe dominante, inscrevia-se nos limites de cada nação conforme o ser da burguesia, o proletariado encontrava imediatamente o quadro nacional como um limite que devia ser transposto e do qual deveria realizar a crítica para chegar à afirmação adequada de seu ser revolucionário.

2.2.2.12. A Inglaterra foi o primeiro país capitalista a desenvolver-se e a criar seu mercado nacional. Sua situação insular lhe permitia dominar o comércio marítimo, concorrendo com as mais antigas nações capitalistas, como os Países Baixos ou a Espanha, que acabaram periclitando. A Inglaterra foi a primeira área a desenvolver plenamente os mecanismos da submissão real do trabalho ao capital. Dentre outras ciências, a burguesia inglesa desenvolveu a economia política que, nesse país mais do que em outros, estudou detalhadamente o funcionamento do modo de produção capitalista. Mas ao mesmo tempo, enquanto primeiro país a conhecer uma revolução burguesa, a Inglaterra assistiu ao

surgimento de uma franja plebéia (camponeses expropriados, soldados) que, dado o fraco desenvolvimento das forças produtivas, expressava a necessidade da comunidade humana, mas principalmente sob a forma primitiva da reivindicação do comunismo agrário.

Posteriormente, com o desenvolvimento inigualável do MPC nessa área, o proletariado viu-se imediatamente confrontado à questão social, construindo pioneiramente organismos de resistência e de avanços contra o capital (sindicatos). Por seu próprio movimento, o proletariado será então levado a colocar a questão sob o ângulo político, ou seja, o direito de voto (cartismo, nos anos 1840). No plano social e econômico (luta pela redução da jornada de trabalho e movimento cooperativo), o proletariado inglês demonstrará a falência da economia política burguesa, a superioridade da associação sobre a propriedade privada e a inelutabilidade do advento do comunismo.

2.2.2.13. A França era um país mais atrasado que a Inglaterra, pouco desenvolvido, com predomínio camponês e pequeno-burguês, indústria concentrada sobretudo nas grandes cidades e em Paris, donde seu papel em todas as explosões revolucionárias que sacudiram esse país. As lutas pela unificação do território, as tradições centralizadoras desde o século XII tinham levado esse país a desenvolver uma rica tradição política e uma teoria do Estado. Essa questão preocupou os revolucionários de 1789, tanto burgueses como proletários. A França conheceu uma revolução burguesa mais tardia do que a Inglaterra, porém mais radical e, por isso, manifestou-se no rastro dessa revolução uma verdadeira corrente proletária capaz de colocar de modo bem mais claro do que sua ancestral inglesa a questão da forma social que deve suceder ao MPC: o comunismo. Tendo que assegurar a direção de sua própria revolução ("a revolução precisa ser refeita" - Babeuf), o proletariado francês afronta diretamente questões de ordem política: revolução política, forma do poder político (ditadura do proletariado). Assim procedendo, através da forma política de sua ação (forma herdada do contexto burguês), ele foi levado a descobrir a amplitude da subversão que era preciso realizar: não se trata apenas de reconquistar um ser político, mas o ser social, o ser humano (Gemeinwesen). O movimento francês portava assim em germe a crítica da esfera política, das ilusões institucionais da burguesia. Todavia, foi forçando suas ilusões que ele pôde liquidá-las. Eis como se resume o movimento na França:

"Na França, qualquer classe do povo é idealista política e possui sobretudo o sentimento não de ser uma classe particular, mas a representante dos interesses sociais em geral. O papel de emancipadora passa, portanto, respectivamente (essa será a situação em 1848 - ndr), num movimento dramático, às diferentes classes do movimento francês, até que permaneça com a classe que não mais realiza a liberdade social deixando persistir certas condições exteriores ao homem, embora estas tenham sido criadas pela sociedade humana, tendo como pressuposto a liberdade social." (Crítica da filosofia do direito de Hegel)

2.2.2.14. Na Alemanha, a produção capitalista era ainda mais atrasada do que na França (a separação em relação ao Oceano Atlântico, na época a principal rota de comércio, e os entraves criados pelas devastações da Guerra dos Trinta Anos pesam contra o desenvolvimento econômico alemão). A burguesia era totalmente retraída e incapaz de desempenhar um papel revolucionário. Não podendo dedicar-se nem ao desenvolvimento econômico como a burguesia inglesa, nem às tarefas políticas que motivavam a burguesia francesa, os alemães ocuparam-se exclusivamente de teoria, desenvolvendo sistemas filosóficos extremamente elaborados. Sua posição relativa entre as nações européias não

lhes permitia nada mais do que pensar o desenvolvimento alheio, e a oposição que a burguesia alemã encontrava (jovens hegelianos, etc) permanecia também apenas no plano filosófico e teórico.

No entanto, a Alemanha desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da teoria do proletariado revolucionário. O proletariado alemão encontrava-se confrontado a um duplo desafio: suprir as carências da burguesia e cumprir sua própria revolução. E, se no plano prático, a burguesia alemã era tudo o que existia de mais pobre, no plano teórico ela tinha desenvolvido ao máximo a consciência de todo o universo burguês.

2.2.2.15. É indispensável deter-se sobre o exemplo da Alemanha, pois os problemas nela se colocaram de forma específica, justamente por causa da incapacidade da burguesia cumprir sua missão. Eis como Marx colocava o problema em 1843-44, no prefácio à Crítica da filosofia do direito de Hegel.

O movimento de crítica começa pela luta contra a religião, condição primeira de qualquer crítica. Mas essa religião é apenas o reflexo do mundo real. Portanto, é preciso conduzir a luta contra as causas reais da miséria, ou seja, contra o próprio mundo real.

"A crítica do céu transforma-se assim em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, a crítica da teologia em crítica da política."

O problema é que a Alemanha não possui teoria política original, mas apenas uma cópia sob a forma da filosofia do direito. É portanto a crítica da filosofia do direito que deve ser levada a bom termo.

Marx acentua que não se pode contentar de criticar a realidade alemã, enquanto tal, pois ela é tão atrasada que até sua negação torna-se anacrônica. É preciso recolocar a Alemanha no seu contexto europeu. Percebe-se então que a Alemanha pré-burguesa não pode satisfazer-se com uma mera crítica anti-burguesa, revolucionária. Não se pode simplesmente reproduzir em 1843 o ponto de vista de 1789.

Tampouco se deve criticar a realidade alemã unicamente no plano teórico, na medida em que outros países já chegaram à crítica prática. É por isso que Marx afirma que "embora as 'condições sociais alemãs' sejam um 'objeto do carrasco', estão abaixo do nível da história, abaixo de qualquer crítica. "Elas não precisam ser refutadas pela teoria (isso já está feito), mas aniquiladas pela prática (lição das revoluções inglesa e francesa).

"Em si e por si, essas condições sociais não são objetos dignos de atenção, são existências desprezíveis e desprezadas. A crítica não precisa explicar-se em relação a este objeto, porque ela é absolutamente clara em relação ao seu sujeito. Ela não mais se apresenta enquanto objetivo próprio, mas enquanto meio. Seu pathos essencial é a indignação e seu trabalho essencial é a denúncia."

2.2.2.16. Não somente a Alemanha vive seu desenvolvimento com atraso, mas ela o vive no plano do pensamento. Ela ainda está por se convencer dos benefícios da economia burguesa, enquanto a incapacidade desta em dirigir as forças produtivas já se manifesta na Inglaterra e na França. O que não quer dizer que a Alemanha vive fora do mundo, fora do desenvolvimento contemporâneo, mas ela o vive no plano intelectual, no plano do pensamento ("os alemães pensaram politicamente o que os outros povos realizaram. A Alemanha foi sua consciência teórica").

"Assim como os povos antigos viveram sua pré-história na imaginação, na mitologia, nós alemães vivemos nossa pós-história em pensamento, na filosofia. Somos os contemporâneos filosóficos do tempo presente, sem sermos seus contemporâneos históricos. A filosofia alemã é o prolongamento ideal da história

alemã. Assim, quando criticamos as obras póstumas de nossa história ideal: a filosofia, em vez de criticar as obras incompletas de nossa história real, nossa crítica está no centro das questões cujo presente diz: That is the question. O que constitui nos povos modernos uma distorção prática em relação às condições do Estado moderno, constitui na Alemanha, onde essa ordem social ainda nem existe, uma distorção crítica com o reflexo filosófico dessa ordem social."

2.2.2.17. Por conseguinte, no plano filosófico, a Alemanha está em dia. Ela desenvolveu seu ciclo moderno na filosofia e, pela filosofia do direito alcançou o nível das outras nações, ou seja, um nível já submetido à crítica do proletariado, já ultrapassado historicamente.

É por isso que Marx afirma que o futuro do povo alemão não pode limitar-se nem à negação imediata da situação real de seu Estado e de seu direito (isto é, a crítica do atraso do desenvolvimento alemão), nem à realização imediata de sua situação ideal (isto é, o acabamento das relações de produção burguesas, consideradas enquanto um objetivo em si mesmas).

Em outros termos: não se trata apenas de alçar a Alemanha ao nível da Inglaterra e da França. Na realidade, o povo alemão, "ao contemplar os povos vizinhos (...) quase já sobreviveu à realização imediata de sua situação ideal."

2.2.2.18. A Alemanha é o fantasma do mundo real. Ora, como se critica um fantasma? Negando seus pressupostos ideológicos, ou seja, negando a filosofia. Mas Marx repreende o "partido político prático" por efetuar essa negação apenas afastando-se pura e simplesmente da filosofia. A estes ele diz:

"Vocês só poderão abolir a filosofia realizando-a".

Inversamente, o "partido político teórico" acreditou que bastaria uma crítica filosófica das insuficiências reais da Alemanha, que o combate crítico era o principal.

"Seu defeito pode ser assim resumido: ele acreditava poder realizar a filosofia sem suprimi-la".

Ou seja, o problema que se coloca é o seguinte: não se pode, por um lado, rejeitar as exigências ideais da Alemanha, sob pretexto que a realidade demonstrou sua falência alhures. Não se pode negá-las sem realizá-las. Por outro lado, não se trata de colocar como objetivo a mera realização dessas exigências.

2.2.2.19. Toda a questão aqui levantada (ainda que sob uma forma muito tributária da linguagem filosófica) é a da revolução dupla na Alemanha. Seu estado atual ainda está impregnado de feudalismo; seu estado ideal é o que ela vive na filosofia, é a sociedade burguesa. Para o proletariado, ambos são dignos de crítica, teórica e prática. De que revolução precisa a Alemanha?

"Trata-se de saber se a Alemanha chegará a uma prática à altura dos princípios, isto é, a uma revolução que não eleve apenas ao nível oficial dos povos modernos, mas à altura humana que será o devir próximo desses povos.

Para a Alemanha, não é a revolução radical, a emancipação universalmente humana, que é o sonho utópico; é a revolução parcial, a revolução puramente política, a revolução que deixa intactos os pilares do edifício."

2.2.2.20. A questão que se coloca para a Alemanha (e portanto para o proletariado alemão) é a mesma que se colocará para a Rússia: a do salto no tempo, por cima das etapas históricas, que Marx qualifica de "salto mortal". O problema é, então, o de uma revolução

dupla (burguesa e proletária). Mas, como pode-se atingir na Alemanha o segundo momento dessa perspectiva histórica (isto é, a revolução proletária) quando o primeiro (a revolução burguesa) só foi alcançado pela burguesia alemã no plano do pensamento? Qual pode ser então a força material que permitirá ao mesmo tempo derrubar as barreiras atuais (feudais) da Alemanha e, simultaneamente, os entraves já colocados pelo desenvolvimento capitalista? Ou seja, quem pode ser o sujeito de uma revolução social?

2.2.2.21. Aqui intervém um protagonista que surge na história enquanto elemento negativo e, portanto, propulsor das futuras transformações: o proletariado.

"Mas se a Alemanha só acompanhou o desenvolvimento dos povos modernos com a atividade abstrata do pensamento, sem tomar parte ativa nos verdadeiros combates desse desenvolvimento, em contrapartida ela compartilhou os sofrimentos desse desenvolvimento, sem gozar de seus benefícios e de sua satisfação parcial."

Isso significa que o desenvolvimento capitalista já se verifica na Alemanha, com toda a infâmia e os sofrimentos que engendra, sem contudo ter ainda suscitado a emergência do poder político adequado a esse desenvolvimento. Para o proletariado, não é indiferente o fato de que o MPC leve a melhor sobre o feudalismo, mesmo na ausência de perspectivas comunistas.<sup>20</sup>

Ora, esses sofrimentos, que são encontrados em todos os níveis da sociedade alemã, concentram-se particularmente na camada mais baixa.

"Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular coincidam; para que uma ordem possa ser tomada como ordem na sociedade inteira, é preciso (...) que todos os defeitos da sociedade se concentrem numa outra classe, que uma ordem determinada seja a ordem do escândalo, a personificação do limite geral, que uma esfera social particular passe pelo crime notório de toda a sociedade, de maneira que o fato de se liberar essa esfera apareça como a autoliberação geral."

Na Alemanha, uma tal classe não pode mais ser a burguesia e, em 1843, ainda não pode ser o proletariado. É por isso que Marx diz, no trecho que citamos tão freqüentemente, que a possibilidade de emancipação alemã reside na formação "de uma classe que seja a perda total do homem e só possa ser reconquistada através da completa reaquisição do homem. A dissolução dessa sociedade enquanto estado particular é o proletariado."

O papel do proletariado alemão está portanto claramente definido: agir no movimento histórico moderno de modo a trazê-lo de seu ponto de partida o mais baixo para o ponto de chegada imediato das sociedades capitalistas mais desenvolvidas: a revolução proletária. O proletariado deve cumprir tarefas que não são suas para poder colocar suas próprias tarefas históricas na ordem do dia.

"Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra nela suas armas espirituais, e assim que o clarão do pensamento tiver penetrado profundamente neste ingênuo terreno popular, a transformação emancipadora do alemão em homem estará realizada.

---

<sup>20</sup> Fiel a essa concepção, Marx escrevia em janeiro de 1949, na Nova Gazeta Renana, quando a revolução acumulava derrotas e mais derrotas: "Mais do que retornar a uma forma social ultrapassada que, a pretexto de salvar vossas classes (operários e pequeno-burgueses - ndr) voltará a mergulhar toda a nação na barbárie medieval, é preferível sofrer na sociedade moderna, cuja indústria cria meios materiais necessários à fundação de uma nova sociedade que vos libertará a todos."

A Alemanha que vai ao fundo das coisas não pode fazer a revolução sem tudo revolucionar de cima a baixo. A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A cabeça dessa emancipação é a filosofia, seu coração o proletariado. A filosofia não pode se realizar sem abolir o proletariado, o proletariado não pode se abolir sem realizar a filosofia. "

2.2.2.22. Assim, o proletariado de cada uma das três grandes nações européias (cf. tese 2.2.2.11.) encontra à sua frente uma forma da sociedade burguesa da qual tem que efetuar a crítica. Cada um tem uma forma particular de engajar a ruptura com a sociedade burguesa existente. O exemplo alemão mostra que, contrariamente às idéias mecanicistas e materialistas vulgares, não é forçosamente o proletariado do país mais avançado que levou a bom termo a crítica. Saindo da alienação conforme a forma dominante que esta assume, cada fração da classe operária européia só pode chegar a uma crítica parcial.

Ao insistir sobre a dialética alienação/saída da alienação, Marx mostra os limites de cada uma das formas de luta, inclusive a inglesa. Essa "necessidade material, prática, que só se mede por si mesma", é a necessidade limitada que não ganhou consciência da amplitude de sua manifestação humana. Donde o fato de que não é forçosamente o proletariado do país mais desenvolvido que chega por si mesmo, de imediato, à síntese. Ao mesmo tempo, vimos com a Alemanha que o proletariado do país menos desenvolvido pode saltar etapas e chegar a manifestar sua reivindicação do ser humano no nível mais elevado alcançado pelo movimento internacional. ("O levante silesiano começa precisamente onde terminam as insurreições operárias inglesa e francesa, com a consciência do que é a essência do proletariado. A própria ação apresenta esse caráter de superioridade. Não se destrói apenas as máquinas, essas rivais do operário, mas também os livros comerciais, os títulos dos apenas contra o patrão industrial, inimigo visível, este movimento volta-se também contra o banqueiro, inimigo oculto. Enfim, nenhum levante operário inglês foi conduzido com tanta galhardia, superioridade e vigor". Rei da Prússia e reforma social).

2.2.2.23. Cada fração nacional do proletariado é portanto levada a confrontar-se com os limites de sua própria ação. Donde, para o comunismo teórico que é o "resumo teórico das condições de liberação do proletariado" (Engels), a necessidade de efetuar uma síntese. Tal é o sentido da tese de Invariance n° 6, da qual partimos para este trabalho.

"Assim, no curso de sua luta, o proletariado engendra seu programa. A ação precede a consciência. Nos três países mais desenvolvidos da época: Inglaterra, França e Alemanha, o proletariado, através do enfrentamento em um dos três planos: econômico, político e filosófico, tinha chegado à afirmação do comunismo. A obra de Marx e Engels é unificadora. Eles ligaram entre si os diferentes aspectos do comunismo (Marx e Engels falam do partido comunista desde 1843) e lhe conferiram uma profunda sedimentação teórica: o materialismo histórico. Isso ocorreu na Alemanha pelo fato de que a dupla revolução impunha a utilização de todas as aquisições das últimas revoluções e das lições da contra-revolução" (Invariance n° 6, antiga série, 1969, tese 1.1.7)

No que se refere à maneira pela qual efetuou-se essa síntese, deve-se ligar a tese acima ao seguinte trecho de Invariance n° 1 (1968):

"É da observação da luta do proletariado que nasce em Marx e Engels a idéia de que a solução iluminista não é a verdadeira, a real. Ao mesmo tempo, eles vêem onde esta se encontra: na luta do proletariado. Eles se dão conta de que não se pode resolver teoricamente a questão da emancipação da humanidade porque o problema

não foi colocado de forma prática; porque os burgueses raciocinam em nome de um homem abstrato na categoria do qual não entra o proletariado. A liberação do homem deve ser encarada no campo prático e é preciso considerar o homem real, isto é, a espécie humana. Armado dessa genial intuição, Marx vai fazer a crítica do sistema hegeliano. Ele tinha descoberto porque a dialética andava de cabeça para baixo. É com entusiasmo delirante que ele ataca o monstro (Marx é o novo Édipo que resolve os enigmas). Quando as dificuldades crescem, ele volta para o campo prático e joga a realidade na cara do velho Hegel: a existência do proletariado. Anteu moderno, Marx sempre vem buscar novas forças para combater junto ao proletariado, do qual explica a luta.

Marx era sensível a todas as lutas práticas e teóricas, conhecendo também os trabalhos de outros combatentes, como Engels, Moses Hesse, os socialistas franceses, etc...

Assim é que finalmente ocorrerá esta soma <sup>21</sup>, esta integração histórica: o marxismo, teoria do proletariado, teoria da espécie humana, que surgirá com toda sua força em plena fase de irrupção do desenvolvimento da sociedade humana: a revolução de 1848, com o Manifesto do Partido Comunista." (Origem e função da forma partido - 1961)

2.2.2.24. No curso de seu movimento de emancipação, o proletariado não pode limitar-se a uma simples crítica das conseqüências da alienação. Não pode, por exemplo, abordar apenas as formas religiosas, filosóficas ou políticas da alienação. No entanto, é a partir disso que seu movimento se inicia. De imediato. Mas ele supera esse imediato cada vez, para remontar a uma forma mais essencial da alienação. Essa passagem é historicamente necessária, pois é preciso esgotar as falsas soluções, as semi-respostas à questão essencial: a da alienação do ser humano. Aqui, trata-se da situação do proletariado na história em relação à burguesia, já que essas semi-respostas a essas soluções temporárias são as verdades definitivas e as soluções finais da burguesia.

2.2.2.25. O movimento de emancipação revolucionária do proletariado não é linear (primeiro, luta contra a religião, depois contra a filosofia, em seguida contra a política e finalmente contra a economia política). Para o proletariado, o problema é manifestar seu ser. É o ser revolucionário do proletariado que faz pressão e que procura manifestar-se contraditoriamente no seio da realidade capitalista. Tudo depende então da base de partida dessa manifestação, ou seja, do estado de desenvolvimento capitalista. Donde a tese sobre os três estágios da alienação, os quais correspondem a momentos mais ou menos avançados do enfrentamento entre capital e proletariado, momentos que dependem do desenvolvimento do MPC.

2.2.2.26. Ora, é estudando esse movimento que os teóricos do proletariado se dão conta do caminho percorrido por este último. Em todos os escritos dos anos 1842-44 Marx e Engels mostram como a comunidade humana (Gemeinwesen) que está em jogo não é política, etc...

Donde ainda o itinerário desses teóricos que cumprem, cientificamente, o mesmo trajeto. Da filosofia – na Alemanha – à política – na França – até a economia política – na Inglaterra –, esse trajeto corresponde a uma ida rumo às condições mais maduras da produção capitalista e, ao mesmo tempo, à apreensão de seus fundamentos, a partir da qual

---

<sup>21</sup> O termo "soma" não dá conta de toda a dialética do processo, mesmo porque o todo é superior à soma das partes. (ndr)

somente um retorno à compreensão adequada das formas políticas e ideológicas será possível. A crítica estará então acabada em seus fundamentos e abarcará todas as manifestações imediatas. Eis porque a teoria é universal.

Em cada etapa desse itinerário, há também o encontro com teorias e pensadores que as expressam: Hegel, os teóricos franceses, e depois Ricardo. Mas, a cada vez, ao mesmo tempo em que se procura compreender essas que são as teses mais adiantadas que o MPC pode fornecer, em cada domínio existe a crítica. O proletariado deve afrontar esses gigantes e aniquilá-los para estabelecer seu próprio programa. Ele pode fazê-lo porque é ele mesmo um gigante, uma classe cujos acontecimentos de 1848 comprovaram seu porte atlético.

Eis como Marx descreveu esse processo teórico:

"O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que eu tinha foi revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, tarefa da qual a introdução foi publicada nos Anais Franco-Alemães, em Paris, 1844. Minhas pesquisas constataram que as relações jurídicas – assim como as formas do Estado – não podem ser compreendidas a partir de si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano. Ao contrário, tiram suas raízes das condições de existência materiais das quais Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreende o conjunto sob a denominação de "sociedade civil", sendo que a anatomia da sociedade civil deve ser buscada por sua vez na economia política. Eu tinha começado a estudá-la em Paris e continuei em Bruxelas, para onde eu havia emigrado depois de um mandado de expulsão do Sr. Guizot." (Prefácio à Introdução à Crítica da Economia Política – 1859)

2.2.2.27. Tudo isso mostra a dinâmica de um processo que é uma única e mesma coisa: emergência do ser revolucionário do proletariado a partir de uma crítica sucessiva das formas da alienação. Onde a teoria ser fusão, unificação de todos os elementos trazidos pelo proletariado. É o próprio proletariado que produz seu programa, o qual resume as condições de sua liberação. Caso contrário, como poderia ser revolucionária uma classe que não é portadora das soluções teóricas e práticas de que necessita a humanidade para sair do impasse em que mergulhou?

2.2.2.28. Não foi sempre que o movimento comunista soube manter uma compreensão dialética de suas próprias origens e do surgimento do programa comunista.

Na medida em que, na época considerada de "desenvolvimento pacífico" do capitalismo (1872-1914), o movimento operário perdia parte de sua combatividade revolucionária, emergiram em seu seio teorias de acomodação à sociedade burguesa, sendo que a mais acabada foi a teoria revisionista (Bernstein). E até entre os setores "ortodoxos", que respondiam a essa ofensiva com base na fidelidade ao programa comunista, não estiveram isentos dessa perda de espírito revolucionário, o que os levou a teorizar o programa comunista como uma continuidade das ciências burguesas e não como um instrumento revolucionário para lutar contra elas. Foi sobretudo o caso de Kautsky, que assim definiu a atividade de Marx e Engels e a criação do programa comunista:

"É assim que criaram o socialismo científico moderno, pela fusão de tudo aquilo que o pensamento inglês, francês e alemão tinham de grande e de fértil". (As três fontes do marxismo)

Portanto, em vez de ser o produto da crítica das três grandes expressões do pensamento burguês, o programa comunista seria apenas a seleção de suas melhores partes, fundidas entre si.

2.2.2.29. Kautsky confunde aqui forma e conteúdo. Nenhuma atividade humana começa do nada e qualquer pensamento liga-se a uma idéia pré-existente. A doutrina

comunista não podia deixar de tomar emprestado, ao pensamento burguês que a antecede, elementos, conceitos, formas. Marx acentua (cf. carta a Weydemeyer) que não "inventou" nem classes, nem luta de classes (aliás, nem mesmo a dialética), mas entre o programa comunista e as ciências burguesas não há continuidade de conteúdo: este rompe com tudo que pressupõe aquelas.

"Por seu conteúdo, o socialismo moderno é antes de tudo produto da tomada de consciência, de um lado das oposições de classe que reinam na sociedade moderna entre possuidores e não-possuidores, assalariados e burgueses; de outro, da anarquia que impera na produção.

Mas, por sua forma teórica, ele surge inicialmente como uma continuação mais desenvolvida e que se pretende mais conseqüente, com princípios estabelecidos pelos grandes filósofos iluministas do século XVIII na França. Como toda nova teoria, teve que ligar-se inicialmente à base das idéias pré-existentes, tão profundamente quanto suas raízes mergulham nos fatos econômicos." (Engels - Anti-Dühring)

2.2.2.30. Ao coagular as continuidades formais que existem entre o programa comunista e as teorias burguesas que o precederam, Kautsky produz uma concepção do programa comunista que o reduz a uma mera teoria do conhecimento, em vez de reconhecê-lo como o instrumento de transformação revolucionária da sociedade. Para Kautsky, o marxismo (o programa comunista) enquanto ciência vem fechar uma lacuna até então existente no conhecimento científico. Assim, se as ciências naturais, mesmo burguesas, já conheciam o determinismo, o mesmo não se aplicava às ciências sociais até o advento de Marx.

Kautsky considera que o programa comunista forneceu um elo complementar ao encadeamento das ciências, ligando entre si dois campos até então inacessíveis um ao outro e que não se compreendiam reciprocamente. No fundo, no que se refere às ciências, Marx teria feito algo semelhante a Darwin, descobrindo e unindo elos intermediários que formam o vasto encadeamento da evolução dos seres vivos, da célula até o homem.

"Assim, Marx não apenas transformou completamente, a ciência histórica, como ainda fechou o abismo entre as ciências naturais e as ciências psicológicas." (As três fontes do marxismo)

2.2.2.31. Kautsky tem razão de acentuar que o surgimento do "marxismo" significa a morte da filosofia.:

"Ao mesmo tempo, ele (Marx, ndr) fundava a unidade do saber humano, tornando então a filosofia supérflua, na medida em que ela procurava justamente substituir essa unidade. Com efeito, a filosofia era apenas uma sabedoria situada acima das outras ciências e não deduzida a partir delas, constituindo uma certa unidade de pensamento a respeito da evolução do mundo." (idem)

Na medida em que a filosofia operava a junção, a ponte entre os dois tipos de conhecimento das coisas da natureza – atividade científica, concreta – e das coisas do espírito – moral, etc – ela deixa de ter razão assim que essa junção passa a estar cientificamente fundada sobre uma nova base. Mas, ao proceder assim, quando afirma que a "filosofia está morta", Kautsky só consegue abrir caminho para este outro grito: "Viva a ciência". Isso porque é enquanto ciência que o marxismo, a seu ver, logra operar a junção e se revela superior à filosofia. Ora, se é verdade que a teoria comunista não é uma filosofia

entre outras, nem mesmo a última das filosofias, ela também não é uma nova ciência que viria preencher um vazio no desenvolvimento do conhecimento humano.

2.2.2.32. Marx e Engels só utilizam os termos "ciência" e "científico" por oposição ao utopismo, para mostrar que a teoria proletária está apta a apreender a realidade em sua verdade. Mas a ciência propriamente dita é a forma assumida pelo trabalho geral (trabalho universal) da humanidade (ou seja, todas as invenções, conhecimentos, teorias, etc, acumulados ao longo das gerações) no modo de produção capitalista. A ciência é produzida pelo capital e volta-se contra o proletariado para explorá-lo (cf. CouC nº 3 § 4: "A ciência contra o proletariado"). O programa comunista não é uma ciência, mas a teoria revolucionária do proletariado.

2.2.2.33. De fato, na teoria de Kautsky (que corresponde inteiramente ao ser da Segunda Internacional, mesmo ortodoxa) subestima-se totalmente a ruptura produzida pelo proletariado. A revolução comunista será a maior subversão de toda a história da humanidade. A classe que porta em si esse projeto deve portanto produzir um programa revolucionário. Ora Kautsky insiste sempre muito mais na continuidade do que na ruptura:

- primeiro, ao definir o marxismo como coroamento do pensamento científico burguês;
- segundo, ao definir o programa comunista como uma "ciência proletária";
- finalmente – o que é a consequência lógica dessas teses – ao fazer do proletariado um objeto desprovido de consciência, desprovido de saber e que só pode dispor de uma teoria (ciência) autônoma pela mediação dos intelectuais burgueses.

"A consciência socialista de hoje só pode surgir com base num profundo conhecimento científico. Com efeito, a ciência econômica contemporânea é uma condição da produção socialista do mesmo modo que a técnica moderna. E, apesar de toda sua vontade, o proletariado não pode criar nenhuma das duas, ambas surgem do desenvolvimento social contemporâneo. Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses. Com efeito, foi no cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e foram eles que o comunicaram aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, os quais o introduziram a seguir na luta de classes do proletariado onde as condições assim o permitiam". (*idem*)

Tal concepção passa totalmente ao largo do problema, pois a emancipação revolucionária do proletariado não é uma questão de saber, mas uma questão de ser. Admitindo-se que certos intelectuais burgueses possam ter algum papel, este será de ligar-se ao ser revolucionário do proletariado. E se podem trazer suas qualidades para ajudar a formular o programa, não será tanto em função dos conhecimentos herdados de seu passado burguês, mas sobretudo contra estes<sup>22</sup>.

Ademais, se o proletariado situado materialmente em condições históricas revolucionárias não é capaz de forjar por si mesmo uma teoria revolucionária, e que esta emana de elementos situados em outras condições sociais<sup>23</sup>, então, de toda a dialética materialista restarão apenas cinzas.

<sup>22</sup> O velho Engels, que vigiava de perto o jovem Kautsky nos anos 1890, afirmava que este poderia tornar-se um bom teórico comunista, desde que limpasse seu cérebro de todo o entulho aprendido na universidade!

<sup>23</sup> É aqui que a tese do "ponto de vista" serve para Kautsky. Se os intelectuais podem elaborar a teoria socialista é porque se colocam "do ponto de vista revolucionário do proletariado". Ora, fica difícil perceber

2.2.2.34. Essa mesma concepção será retomada, e mesmo reforçada, por Lenine em "Que Fazer?", na medida em que era necessário derrotar teoricamente as correntes espontaneistas na Rússia. Mas, procedendo assim, coloca-se o proletariado como um mero objeto que jamais se torna revolucionário, a não ser pela intervenção do partido, que surge então como *deus ex-machina*. Ora, o partido é o órgão dirigente do proletariado, assim como o cérebro dirige o corpo. Sem cérebro, o corpo nada pode fazer, mas não é o cérebro que permite a existência do corpo, e sem este o cérebro é inútil e morto. Caso contrário, todas as regras da dialética estão erradas.

2.2.2.35. A restauração integral do comunismo não poderá deixar de passar por uma crítica exaustiva do cientificismo. Assim como o reformismo e o revisionismo, os desvios cientificistas nascem numa época de estabilização das relações sociais capitalistas, quando as contradições revolucionárias parecem amainadas. Trata-se de expressões teóricas que sub-estimam a ruptura revolucionária pela qual o proletariado desgarrar-se das presas da sociedade burguesa. Restaurar o programa comunista na sua integralidade, e portanto fazer uma crítica de suas interpretações cientificistas, é restaurar a concepção do proletariado como sujeito revolucionário que age na história quando se constitui em partido.

---

como Marx (ou qualquer outro intelectual burguês) pode adotar "um ponto de vista revolucionário do proletariado" se o proletariado só é revolucionário por obra... dos intelectuais burgueses. Como isso foi possível, se por seu lado, o proletariado ainda não tinha produzido (porque dialeticamente ele deve fazê-lo) os elementos de uma doutrina revolucionária, ed portanto não havia ainda ultrapassado a mera consciência trade-unionista que Kaustky lhe atribui?

### 2.2.3. A REVOLUÇÃO DE 1848 NA FRANÇA

"A França é o caos em que as lutas de classe sempre foram levadas, mais do que em qualquer outro lugar, até sua completa decisão e onde, por conseguinte, as formas políticas mutantes, no interior das quais resumem-se seus resultados assumem os mais nítidos contornos. Centro do feudalismo na Idade Média, país clássico desde o Renascimento, berço da monarquia hereditária, a França, na sua grande revolução destruiu o feudalismo e conferiu à dominação da burguesia um caráter de pureza clássica jamais alcançado por qualquer outro país da Europa". (Marx – O 18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte)

#### Introdução

Sob Luís Filipe, guindado ao poder depois das jornadas de 1830 (Monarquia de julho), não há dominação pelo conjunto da classe burguesa. É somente uma fração desta que está no poder e desempenha um papel dirigente.

"Não era a burguesia francesa que reinava no tempo de Luís Filipe, mas uma fração desta: banqueiros, magnatas da bolsa, das ferrovias, proprietários de minas de carvão e de ferro, proprietários de minas de carvão e de ferro, proprietários de florestas e a fração a eles ligada da propriedade fundiária, o que se denomina de aristocracia financeira. Instalada no trono, ela ditava as leis às Câmaras, distribuía os cargos públicos, de ministérios a casas de tabaco." (Marx – As lutas de classe na França)

Ora, como veremos adiante, a aristocracia financeira não é a fração mais apta da burguesia a encarnar os interesses modernos do capital e a se dedicar ao desenvolvimento das forças produtivas no sentido requerido pelo capital: crescimento da produção de mais-valia, produção pela produção.

A influência exercida pelas diferentes frações da burguesia varia de acordo com a passagem da fase de submissão formal à fase de submissão real do trabalho ao capital. Na fase de submissão formal, quem predomina é o capital comercial. É portanto a fração detentora do capital bancário e comercial que influi no aparelho de Estado e na evolução política da sociedade. Ademais, nessa fase, o peso de antigas classes como a dos proprietários fundiários (que ainda não adquiriram totalmente sua fisionomia capitalista moderna) ainda é expressivo. Em contrapartida, na fase de submissão real do trabalho ao capital, quem predomina é o capital industrial, exigindo as subversões sociais e políticas necessárias à plena realização da lei do valor. Donde a exigência, por parte da fração industrial da burguesia, de participar da direção do Estado para poder defender politicamente seus interesses.

O proletariado é arrastado (e mesmo projetado na vanguarda) no movimento republicano. Mas no tumulto que é criado na França, nos anos 1848-1850, ele segue sua própria trajetória histórica. Tendo sido educada na dura escola da luta, ele acaba colocando-se como partido revolucionário, capaz de dirigir a luta de classes. Mas a ocasião tão esperada de reeditar com sucesso a tentativa de insurreição de junho de 1848 não sobreveio. Em vez disso, foi a prosperidade comercial e industrial que, melhor que qualquer saraivada de canhão, é capaz de enterrar por anos a fio a luta de classes.

Esta conhece, ao longo dos anos 1848-51, as seguintes grandes fases:

– até fevereiro de 1848: luta de todas as classes da sociedade burguesa pela obtenção da república, contra o despotismo da aristocracia financeira. Trata-se de uma

república abstrata, na qual cada uma das partes envolvidas investe seus próprios interesses e ilusões. O proletariado reivindica a república social.

– de fevereiro a junho de 1848: todas as outras classes da sociedade reagrupam-se contra seu inimigo comum, o proletariado. Este responde com a insurreição e é esmagado pelos partidários do sufrágio universal e pelos defensores da república democrática. No plano militar, a contra-revolução contra o proletariado é realizada.

– de junho de 1848 a maio de 1849: Acabamento da contra-revolução contra o proletariado no plano político. Reagrupamento de todas as frações revolucionárias da sociedade (pequena burguesia, camponeses, uma parte do exército) em torno do proletariado, mas sob a direção política da pequena burguesia. Organização da burguesia em um partido da ordem contra qualquer veleidade revolucionária, ou de reforma.

– de maio de 1849 até 2 de dezembro de 1851: contra-revolução contra a burguesia republicana. Fim do interregno republicano. O proletariado recusa mobilizar-se em defesa da sociedade burguesa.

### 2.2.3.1. O CURSO BURGUEÊS DA REVOLUÇÃO

2.2.3.1.1. Do ponto de vista do reino da burguesia, 1848 representa uma necessidade: a do exercício do poder por uma classe burguesa unida, apta a gerir os negócios do capital num sentido mais favorável a este último, ou seja, favorecendo ao máximo a extorsão de mais-valia. A essa necessidade material correspondia outra: modificar a forma do Estado, a fim de torná-lo um verdadeiro órgão a serviço do capital, e não o instrumento privilegiado dos interesses de uma fração da burguesia. A monarquia constitucional (regime instaurado na França depois da revolução de 1830) consagrava efetivamente não a dominação de toda a burguesia, mas de uma de suas frações, a aristocracia financeira, cujo interesse não coincidia com a totalidade e podia inclusive contrariá-la.

"Barões das finanças, grandes credores do Estado, banqueiros, rentistas (...), professores ambiciosos, advogados (...) fabricantes isolados que realizam bons negócios com o governo (...), fornecedores que obtêm importantes lucros da exploração geral do povo." (Marx)

A potência da aristocracia financeira baseia-se na dívida pública, graças à qual os detentores do capital comercial e financeiro podem assegurar-se do controle do Estado.

"Ao contrário, o endividamento do Estado interessava diretamente à fração da burguesia que governava e legislava por intermédio das Câmaras. Era justamente o déficit do Estado que era o objeto preferido para sua especulação e sua principal fonte de enriquecimento. Ao término de cada ano, o déficit era renovado. Depois de 4 ou 5 anos, novos empréstimos. E cada novo empréstimo permitia à aristocracia nova extorsão contra o Estado que, artificialmente mantido à beira da falência, via-se obrigado a negociar com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis." (Lutas de classe na França)

A dominação exclusiva dessa fração da burguesia contradiz os interesses gerais dessa classe e, sobretudo, de sua fração mais apta a encarnar os interesses do capital: a burguesia industrial. Enquanto esta procura se fazer representar no seio do Estado para fazer deste um instrumento do desenvolvimento das forças produtivas no sentido exigido pelo capital: busca do máximo de mais-valia, produção pela produção, a aristocracia

financeira, ao contrário, só vive graças à pilhagem por todos os meios das riquezas já existentes (roubo, corrupção, especulação), comportamento que Marx estigmatizava assim:

"No seu modo de ganhar, como de gozo, a aristocracia financeira nada mais é do que a ressurreição do lumpen proletariado no topo da sociedade burguesa." (Lutas de classe na França)

2.2.3.1.2. A classe dominante francesa estava portanto dividida em frações de interesses opostos, cada qual com expressão política própria. Depois da queda de Napoleão (1815), ocorreu uma restauração que recolocou no trono o ramo real da família Bourbon, anteriormente eliminado pela Revolução Francesa. O outro ramo da realeza francesa, oposto ao absolutismo e ligado à família d'Orléans, reinava desde 1830. Assim, o antagonismo entre ambos refletia interesses de classe distintos: os orleanistas representavam a aristocracia financeira, os banqueiros, etc, enquanto os Bourbons representavam os proprietários fundiários.<sup>24</sup>

A burguesia industrial era ainda muito fraca para desempenhar um papel preponderante na oposição. Ela não formava um partido nem possuía órgão de imprensa próprio. Essa camada capitalista tinha uma posição um tanto difusa, defendendo por exemplo a indústria contra a especulação, mas não perdendo qualquer ocasião para manifestar sua aversão pela classe operária.

"A burguesia industrial propriamente dita era uma parte da oposição oficial, ou seja, era representada apenas como minoria nas Câmaras. Sua oposição foi tornando-se cada vez mais resoluta à medida que o desenvolvimento da hegemonia da aristocracia financeira se revelava mais nítido e que, depois das agitações de 1832, 1834 e 1839 afogadas em sangue, ela considerou sua própria dominação mais assegurada sobre a classe operária."

Essa posição específica da burguesia industrial na França expressa o atraso relativo do desenvolvimento das forças produtivas desse país em relação à área inglesa<sup>25</sup>. Ainda não emergiu uma camada forte de capitalistas industriais, capazes de impor a defesa de seus interesses e daqueles ligados ao capital. Não houve grande luta aberta da burguesia industrial contra a propriedade fundiária, como por exemplo na Inglaterra onde, com o cartismo, o proletariado pôde aproveitar-se do antagonismo entre as frações de classe dominante. Assim, em vez de aparecerem como os representantes mais avançados dos interesses do capital no seu conjunto, formam uma categoria particular, provavelmente mais fraca do que a dos capitalistas financeiros. A consequência imediata é que, exceção feita a Paris, o proletariado industrial não encontra terreno favorável ao seu desenvolvimento. Portanto, o desenrolar da luta de classes caracteriza-se por essa fisionomia específica da nação francesa. Um dos resultados da revolução de 1848, cujas peripécias são examinadas adiante, será precisamente o de varrer os derradeiros obstáculos

---

<sup>24</sup> "Sob os Bourbons, quem reinou foi a grande propriedade fundiária, com seus sacerdotes e lacaios. Sob os Orléans, foi a grande finança, a grande indústria, o grande comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e bem-falantes. A realeza legítima era apenas a expressão política da dominação hereditária dos senhores da terra, assim como a monarquia de julho era apenas a expressão política da dominação usurpada dos recém novos burgueses. Por conseguinte o que dividia essas frações não eram pretensos princípios, mas suas condições materiais de existência, duas espécies diferentes de propriedade, o velho antagonismo entre cidade e campo, a rivalidade entre o capital e a propriedade fundiária" (18 Brumário)

<sup>25</sup> Cabe notar que, no resto do continente o fenômeno de apropriação do Estado pela aristocracia financeira é ainda mais nítido (Prússia, Áustria), caracterizando regimes de monarquia absoluta, dirigidos tanto contra a antiga nobreza quanto contra a burguesia.

à generalização do Modo de Produção Capitalista, ao desenvolvimento de uma classe capitalista e de um proletariado industrial característicos da fase de submissão real do trabalho ao capital.

"O desenvolvimento do proletariado industrial tem como condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial. É apenas sob a dominação desta última que sua existência ganha uma dimensão nacional permitindo-lhe elevar sua revolução ao nível de uma revolução nacional; só então o proletariado cria por si mesmo os meios de sua liberação revolucionária. só a dominação da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e aplaina o único terreno no qual uma revolução proletária é possível. a indústria francesa é mais evoluída e a burguesia francesa é mais desenvolvida do que no resto do continente. Mas a revolução de fevereiro não foi diretamente dirigida contra a aristocracia financeira? Isso bastou para provar que a burguesia industrial não reinava na França.

Ela só pode imperar onde a indústria moderna modelou à sua maneira todas as relações de propriedade, e a indústria só adquire esse poder quando conquistou o mercado mundial, pois as fronteiras nacionais não são suficientes para seu desenvolvimento. Ora, a indústria francesa só se mantém em grande parte como dominante no mercado mundial graças ao sistema proibitivo, submetido a modificações mais ou menos importantes. Se, por conseguinte, no momento de uma revolução em Paris, o proletariado francês possui poder e influência reais que o incitam a levar seu assalto além de seus meios, no resto da França ele está concentrado em alguns pontos esparsos onde a indústria está centralizada e desaparece quase inteiramente em meio ao número bem maior de camponeses e de pequeno-burgueses. Na França, a luta contra o capital, sob sua forma moderna desenvolvida, em seu ponto de eclosão, a luta do assalariado industrial contra o burguês industrial é um fato parcial que, depois das jornadas de fevereiro, podia ainda menos favorecer o conteúdo nacional da revolução, na medida em que a luta contra os modos de exploração inferiores do capital, a luta dos camponeses contra a usura das hipotecas, do pequeno burguês contra o grande comerciante, o banqueiro e o fabricante, em suma contra a bancarrota, ainda estava dissimulada na sublevação geral contra a aristocracia financeira em geral. Explica-se assim porque o proletariado de Paris procurou fazer triunfar seu interesse ao lado do interesse da burguesia, em vez de reivindicá-lo como interesse revolucionário de toda a sociedade; explica-se também que tenha abaixado a bandeira vermelha diante da tricolor. Os operários franceses não podiam dar um único passo à frente, nem sequer tocar no regime burguês antes que a massa da nação situada entre o proletariado e a burguesia - o campesinato e a pequena burguesia sublevados contra esse regime, contra a dominação do capital - fosse constrangida pela marcha da revolução a juntar-se aos proletários e à sua vanguarda. Era somente ao preço da terrível derrota de junho que os operários podiam conquistar sua vitória." (*idem*)

2.2.3.1.3. Se a liberação das forças produtivas e, portanto, do advento no cenário político da burguesia industrial era uma das questões fundamentais da revolução de 1848, essa evolução não poderia ocorrer unicamente pelo afastamento da fração então ocupando o poder e sua substituição por outra, mas pelo estabelecimento em sua totalidade do reino da burguesia, todas as suas frações confundidas. Ora, isso não poderia acontecer no seio da monarquia, irremediavelmente cindida em dois ramos rivais, cada um representando um interesse muito preciso de uma fração das classes dominantes. Nesse terreno, nenhuma

reconciliação era possível. é por isso que os dois ramos só podiam governar um contra o outro. Para reinarem juntos, teriam que abdicar de suas paixões realistas. a unidade da burguesia era a república. É por isso também que, apesar de nenhum dos dois ramos reivindicar a república, só conseguiriam reinar verdadeiramente sob esse regime. Donde o fato de que a reivindicação da república não era colocada por uma fração particular da burguesia, mas por membros da burguesia agrupados no jornal "O Nacional", sem estarem ligados entre si por interesses específicos. Aquele periódico era o órgão do grupo denominado "republicanos burgueses" e cabia-lhe expressar os interesses da burguesia em sua totalidade. Na descrição desse grupo feita por Marx, e reproduzida a seguir, interessa observar como um interesse coletivo pode ser expresso sem forçosamente apoiar-se numa imediata identidade de interesse materiais. "O Nacional" não reflete qualquer interesse econômico ou material particular, mas encarna a idéia da república como único sistema de governo que permite à burguesia exercer sua dominação enquanto classe.

"Não era (O Nacional – ndr) uma fração agrupada por grandes interesses comuns e separada das demais por condições particulares de produção. Era simplesmente um bando de burgueses, escritores, advogados, oficiais e funcionários de espírito republicano, cuja influência apoiava-se na antipatia pessoal que o país ressentia contra Luís Filipe, nas lembranças da antiga república, nas convicções republicanas de um certo número de entusiastas e, sobretudo, no nacionalismo francês cujo ódio contra as convenções de Viena e contra a aliança com a Inglaterra era cuidadosamente alimentado.(...) A burguesia industrial reconhecia e agradecia a servil defesa do sistema protecionista francês, embora fosse preconizado sobretudo por razões de ordem nacional, em vez de econômicas; o conjunto da burguesia lhe era grato pelas denúncias raivosas sobre comunismo e socialismo. De resto, o partido do Nacional era republicano puro, ou seja, queria que a dominação da burguesia se revestisse de uma forma republicana em vez de monárquica e reivindicava principalmente a maior fatia nessa dominação. Mas ele não tinha nenhuma idéia quanto às próprias condições dessa transformação. No entanto, tinha clareza de sobra, e isso foi publicamente declarado nos banquetes da reforma durante os derradeiros dias de Luís Filipe, a respeito de sua impopularidade entre os pequeno-burgueses democráticos e sobretudo no proletariado revolucionário." (Marx - O 18 Brumário...)

Por essa razão, o partido do Nacional foi projetado à frente do cenário histórico, na medida em que, além das tradicionais divisões entre Orléans e Bourbons, proprietários fundiários, aristocracia financeira e alta burguesia e capital industrial, podiam encarnar os interesses do capital e propor uma forma política adequada ao reino deste último.

"Os republicanos burgueses do Nacional não representavam uma grande fração de sua classe, apoiada em base econômicas: uma única importância e seu único título histórico foi ter feito valer, sob a monarquia e frente às duas frações burguesas que só compreendiam seu regime particular, o regime anônimo da República que idealizavam e enfeitavam de velhos arabescos, mas no qual saudavam antes de tudo a dominação de seu bando." (Marx - Lutas de classe na França)

Precisamente por essa razão, os republicanos burgueses desempenharam um papel primordial antes de fevereiro e, sobretudo, depois de junho de 1848. Foram inicialmente a ala marchadora da contra-revolução anti-proletária, na medida em que "sua" república não poderia ser confundida com a do proletariado; a seguir, realizaram a dominação unificada

da burguesia. Esta porém, pôde dispensar mais tarde seus serviços, posto que só representavam a si mesmos, tentando abarcar a representação pública, tornando-se assim por sua vez um grupo com interesses particulares. Foram então eliminados por realistas coligados que formavam efetivamente o verdadeiro conteúdo da república, isto é, seu conteúdo burguês.

2.2.3.1.4. Depois que a vanguarda do proletariado foi militarmente esmagada em junho pela burguesia republicana e pela pequena burguesia coligadas, faltava ainda despojar o proletariado, no seu todo, de qualquer existência política, a qual ele tinha adquirido por contra própria ao irromper brutalmente no cenário em fevereiro; faltava também retirar-lhe as poucas reformas que conseguira entre fevereiro e junho. A burguesia tentava principalmente resguardar-se contra a repetição de tais acontecimentos.

Ou seja, o que está em jogo na contra-revolução, do mesmo modo que ocorreu na revolução, é a forma do Estado. Mas, enquanto se buscava na revolução a forma de Estado melhor adaptada aos interesses do capital – sendo que essa forma é a que melhor desvenda a luta de classes – na contra-revolução tentava-se realizar o Estado burguês sem a luta de classes; o reconhecimento da dominação exclusiva da classe exploradora sem possibilidade de insurreição da classe explorada, ou seja, ditadura do capital sem o espectro da ditadura do proletariado.

O objetivo era, portanto, esvaziar a república democrática de seu conteúdo explosivo. Queria-se o Estado burguês, mas sem seus pressupostos.

De Luís Bonaparte ao fascismo, passando pelas tentativas de integração do proletariado ao Estado do tipo Frente Popular, etc., o capital jamais abandonará tal quimera. A realização desse empreendimento implica uma luta entre as diferentes frações da burguesia que se revelam sucessivamente apta a encarnar a dominação de toda a classe sendo essencial que esta mantenha sua dominação sobre o proletariado. É por isso que, depois de junho, enquanto prossegue o aniquilamento do proletariado no plano político, desenrola-se uma luta feroz entre todas as frações burguesas para trazer o Estado de volta à sua verdadeira função: o exercício da ditadura de classes dominantes sobre o resto da sociedade.

"...somente a pequena fração republicana da burguesia podia proclamar a república, arrancá-la do proletariado revolucionário por combates de rua e pelo Terror, esboçando na Constituição os traços fundamentais de seu ideal; por outro lado, só a massa realista da burguesia podia reinar nessa república burguesa constituída, retirando da constituição seus acessórios ideológicos e realizando por sua legislação e administração as condições indispensáveis à servidão do proletariado". (*idem*)

2.2.3.1.5. Em fevereiro de 1848, a reivindicação da república tinha conseguido arrastar em seu movimento todas as classes da sociedade. Mas a República não tinha o mesmo significado para essas classes, cada uma a investia de um conteúdo diferente.

"O governo provisório que surgiu das barricadas de fevereiro refletia necessariamente na sua composição os diversos partidos que dividiam entre si as glórias pela vitória. Ele só podia ser um compromisso entre as diferentes classes que tinham derrubado conjuntamente o trono em julho, mas cujos interesses opunham-se de maneira hostil. Sua maioria era composta por representantes da burguesia. A pequena burguesia estava presente em Ledru-Rollin e Flocon; a burguesia republicana com os elementos do Nacional; a oposição dinástica com Crémieux,

Dupont de L'Eure, etc... A classe operária só tinha dois representantes: Louis Blanc e Albert. Finalmente, Lamartine não representava inicialmente nada, nenhum interesse específico ou classe determinada; era a própria revolução de fevereiro, o levante comum com suas ilusões, sua poesia, seu conteúdo imaginário e suas frases. Mas, no fundo, o porta-voz da revolução de fevereiro, por sua posição e por suas opiniões, pertencia à burguesia. (As lutas de classe na França)

2.2.3.1.6. Mas, além dos desejos e das ilusões de cada classe (notadamente do proletariado), o conteúdo real da república era a dominação da burguesia enquanto classe. A burguesia no seu conjunto, ou seja, por enquanto a burguesia com todos seus componentes. Mais tarde, como veremos, a luta será travada entre suas frações a fim de investir a república de um conteúdo particular.

"Era preciso, ao contrário, que a república de fevereiro completasse inicialmente a dominação da burguesia, fazendo entrar, ao lado da aristocracia financeira, todas as classes possuidoras na esfera do poder político. A maioria dos grandes proprietários fundiários, ou legitimistas, foram tirados do vazio político ao qual a monarquia de julho os havia condenado (...) pelo sufrágio universal; os proprietários nominais que formam a grande maioria dos franceses, os camponeses, foram instituídos árbitros do destino da França. Enfim, a república de fevereiro fez aparecer a dominação burguesa em toda sua nitidez, abatendo a coroa atrás da qual dissimulava-se o capital" (idem)

2.2.3.1.7. No entanto, atrás da república burguesa perfilava-se o espectro da república vermelha, da república do proletariado. É por isso que a burguesia não mediu esforços para evitar de radicalizar a situação. Ela baniu cuidadosamente de seu linguajar qualquer referência à revolução de 1789; demonstrou exaustivamente a todos que sua república era pacífica; mesmo no plano interno, fielmente servida pelo proletariado, ela não temia naquele momento qualquer resistência.

"Foi isso que a desarmou. Sua tarefa não foi mais transformar revolucionariamente o mundo; mas consistiu apenas em adaptar-se às condições da sociedade burguesa." (idem)

Ora, como vimos, essas condições correspondiam à dominação da aristocracia financeira. De tanto minimizar seu élan revolucionário, a massa da burguesia acaba errando o alvo elementar que se tinha fixado: a derrubada da aristocracia financeira. Esta, ao pressionar o Estado por intermédio do crédito, paralisou a vontade revolucionária da república. Em vez de algumas medidas mais duras, que teriam permitido arruinar a aristocracia financeira e os grandes banqueiros, a república decretou medidas que lhes permitiam conservar todo seu poder. Ao contrário, as medidas financeiras aumentaram a pressão fiscal contra o campesinato e a massa da população.

Ao reforçar o poder da aristocracia financeira que ela havia pensado em destruir, a república colocava-se à sua mercê e tinha, portanto, que alinhar sua política sobre a dela.

"Ao reconhecer as duplicatas que a velha sociedade burguesa tinha sacado contra o Estado, o Governo provisório colocou-se na sua sombra. Tinha se tornado o devedor

incômodo da sociedade burguesa em vez de se apresentar como credor ameaçador atrás de seus títulos revolucionários que remontavam a longos anos. Foi necessário que consolidasse as vacilantes relações burguesas para liquidar obrigações que só cabem nesse quadro de relações. O crédito tornou-se condição de sua existência e as concessões, as promessas feitas ao proletariado, outras tantas correntes que era preciso romper. A emancipação dos trabalhadores, ainda que como uma simples frase, tornava-se um perigo intolerável para a nova república, pois ela era um protesto permanente contra o restabelecimento do crédito que fundamenta-se no ininterrupto e inalterado reconhecimento das relações econômicas de classes existentes. Era portanto necessário acabar com os operários. (Lutas de classe na França)

A consolidação das relações sociais burguesas no seio da República burguesa só podia ocorrer com a eliminação do proletariado, isto é, com a derrota de junho.

2.2.3.1.8. Ao pegar em armas contra a República de fevereiro, em junho, o proletariado forçou-a a aparecer como ela realmente era: uma república burguesa, com a burguesia tendo que consolidar seu aparelho de estado contra toda manifestação hostil. Num primeiro momento, essa missão só poderia caber aos autênticos defensores da república no seio da burguesia, a saber, o grupo de "republicanos puros"; nem a pequena burguesia seduzida pelo "socialismo", nem a grande burguesia legitimista e orleanista permitiam-se defender seus próprios interesses, aterrorizadas que estavam pelo proletariado.

"Depois das jornadas de junho, a Assembléia constituinte permaneceu (...) como a representação exclusiva do republicanismo burguês, e esse lado afirmou-se cada vez mais resolutamente à medida que naufragava a influência dos republicanos tricolores fora da Assembléia. Se se tratasse de defender a forma da República burguesa, dispunham dos votos dos republicanos democratas; se se tratasse de seu conteúdo, nem mesmo seu modo de falar os distinguiu mais das frações realistas, pois são precisamente os interesses da burguesia, as condições materiais de sua dominação e de sua exploração que formam o conteúdo da República burguesa." (idem)

Somente o grupo dos republicanos burgueses (ou "puros") era capaz de garantir o conteúdo verdadeiramente burguês da república, bem como sua unidade. De um lado, mantinha Paris em estado de sítio e sob o comando da Cavaignac, o açougueiro de junho. De outro, trabalhava para dar à República sua constituição. Encarnando a ideologia burguesa, o grupo dos republicanos estava mais próximo de forjar uma constituição que fosse uma verdadeira expressão jurídica da ditadura da burguesia. Ora, precisamente, enquanto a constituição concede as liberdades formais conquistadas na luta durante fevereiro de 1848 (liberdade de imprensa, de reunião, de palavra, sufrágio universal direto, etc), ela restringe por outro lado essas mesmas liberdades, salientando que não podem ser exercidas "contra os direitos iguais de outrem" nem contra a "segurança pública", ou seja, a segurança do capital. Ela contém portanto em si sua própria antítese, segundo a qual pode ser considerada tanto como patrimônio dos amigos da ordem que a desrespeitam, como dos democratas que exigem que seja respeitada.

"Ora, a grande contradição dessa constituição reside no seguinte: as classes cuja escravidão social deve ser perpetuada – proletariado, camponeses e pequena burguesia – são colocadas de posse do poder político pelo sufrágio universal. E em relação à classe cuja antiga potência social ela sanciona – à burguesia – ela retira as garantias políticas dessa potência. Ela insere sua dominação política em condições democráticas que, a cada momento, ajudam as classes inimigas a serem vitoriosas e que colocam em jogo os próprios fundamentos da sociedade burguesa. A algumas, ela solicita que não persigam sua emancipação política até a emancipação social; a outras, que não voltem da restauração social à restauração política." (Lutas de Classe na França)

2.2.3.1.9. É por não representarem em si próprios absolutamente nada, que os republicanos burgueses haviam podido num dado momento encarnar a destinação geral da burguesia. Mas, a partir do momento em que despertasse os interesses particulares das diferentes frações da burguesia (estando afastado temporariamente qualquer perigo de insurreição proletária), o grupo dos republicanos puros estaria condenado. Ainda mais que o único objeto próprio que perseguia residia justamente no carreirismo de seus membros. O bando do Nacional (cuja existência era somente parlamentar) havia conseguido, num dado momento, elevar-se à condição de partido, mas recaiu imediatamente depois ao nível de um mero bando.

Prova disso é que na hora de legitimar o poder da república burguesa, com as eleições presidenciais de 10 de dezembro de 1848, quem ganha não é o partido Nacional, com Cavaignac, mas Luís Bonaparte. Este último não expressava uma verdadeira alternativa aos republicanos burgueses, mas agrupou em torno de si todas as oposições à dominação dessa fração da burguesia. Os camponeses submetidos à tributação, os pequeno-burgueses arruinados pelo crédito, os grandes burgueses que se livravam de seus lacaios republicanos, o exército que queria a guerra, e até o proletariado, que derrubava nas urnas aquele que o havia arrasado pelas armas em junho.

"Como dizia a Nova Gazeta Renana, foi assim que o homem mais simples da França adquiriu a mais complexa importância. Precisamente porque não era nada, podia tudo significar, menos ele mesmo. No entanto, por mais diferente que pudesse ser o significado do nome de Napoleão para cada classe, nenhuma deixou de inscrever em seu voto a seguinte expressão: abaixo o partido do Nacional, abaixo Cavaignac, abaixo a Constituinte, abaixo a república burguesa." (As lutas de classe na França)

2.2.3.1.10. A partir desse momento, iria travar-se uma luta de influência entre o poder legislativo (Assembléia Constituinte) e o poder executivo (o presidente da república). Mas essa luta não era característica de uma oposição de princípio entre os dois órgãos, mas de uma oposição entre dois momentos do processo de consolidação da república burguesa. De um lado, a Assembléia Constituinte representava a república em busca de sua realização (e, por essa razão, seu motor foi o partido republicano, que tinha desempenhado seu papel e que se tentava eliminar); de outro, o poder executivo encarnava a república realizada e o poder do partido da ordem. São vestígios da fase de estabelecimento de seu poder que o presidente da República queria apagar, eliminando a Constituinte. É por isso que esta foi convidada a pronunciar sua dissolução, estando encerrada sua atuação. Essa ordem de dissolução, reivindicada não apenas por Bonaparte, mas por todo o país, chocava-se frontalmente contra os interesses do partido que havia fornecido corpo e alma à Assembléia

Constituinte: o partido dos republicanos burgueses. Possuindo apenas uma existência parlamentar, este não podia aceitar a dissolução do último bastião em que tinha a impressão de constituir uma realidade. Mas, frente ao presidente da República, seu descendente, a Assembléia constituinte não tinha poder. Na realidade, ela só podia fazer triunfar seu interesse contra o executivo insurgindo-se contra ele.

"As forças armadas da insurreição eram o partido republicano da guarda nacional, a guarda móvel e os centros do proletariado revolucionário, os clubes". (As lutas de classe na França)

A força potencial da insurreição residia de fato em que, novamente, como em fevereiro, numerosas frações da sociedade de interesses divergentes se encontravam momentaneamente reunidas em torno de um interesse comum. Contra a república da ordem, cada um queria fazer valer sua república. Marx diz que era a situação de fevereiro, mas sem as ilusões de fevereiro.

O poder executivo tomou a iniciativa de desarmar a insurreição; ordenou a dissolução da guarda móvel que tinha trabalhado tão bem em junho, mas que ameaçava doravante a estabilidade burguesa. Solicitou ainda a interdição dos clubes, viveiros de agitação revolucionária e de organização do proletariado. Enfim, para realmente se salvar, só restava ao executivo o golpe de Estado, mas não podia negar a constituição que, precisamente, havia consagrado seu poder.

Na realidade, para que houvesse insurreição, era preciso que existisse energia revolucionária. E os republicanos burgueses, nada revolucionários, só pensavam em salvar a própria pele. Acabaram por entregá-la ao executivo, em vez de arriscá-la numa experiência revolucionária.

No dia 29 de janeiro de 1849, a ocupação militar da Assembléia Constituinte e o desfile das tropas em Paris bastaram para que a Assembléia decidisse sua própria dissolução, não sem ter obtido um sursis até a votação das leis complementares à Constituição.

"Esse partido (o Nacional – ndr) tinha feito uma última tentativa de afirmar novamente na república constituída o monopólio de poder que possuía no período de formação da república burguesa. Essa tentativa fracassou." (idem)

2.2.3.1.11. Esse episódio, e os demais que sucederam, ilustram perfeitamente o curso contra-revolucionário da república burguesa e, além disso, o curso histórico da classe burguesa em geral. Primeiramente classe revolucionária, erguida contra o feudalismo e o absolutismo, ela formula uma teoria, palavras de ordem, que lhe servem para mobilizar imensas massas e ajudam-na a fazer triunfar seus interesses. Mas, no curso desse mesmo movimento, ergue-se à sua frente uma nova força revolucionária cujos interesses constituem a antítese perfeita dos seus: o proletariado. Desde então, a burguesia será levada a renegar permanentemente seus próprios princípios, liquidando-os mais tarde, mas guardando-lhes um lugar de destaque no museu das ilusões humanistas e no panteão das mistificações democráticas.

Assim, no dia 21 de março de 1849, tendo que legislar sobre a interdição dos clubes, a Assembléia legislativa admitiu que, por um lado a constituição reconhecia o direito de

associação, mas que, por outro, autorizar esse direito para o proletariado implicava colocar em perigo sua própria dominação e a Constituição. Os clubes acabaram sendo proibidos.

Enfim, no dia 8 de maio de 1849, o exército francês atacava Roma insurreta, violando outro princípio da Constituição segundo o qual a França não podia levantar-se contra a liberdade de outro povo. Mas, o que se combatia através do povo romano era a revolução, qualquer que fosse o cenário em que ocorresse. Frente a essa evidência, os defensores da constituição renunciaram a colocar-se contra a política contra-revolucionária do Estado francês.

"A segunda metade da existência da Constituinte resumiu-se ao seguinte: no dia 29 de janeiro, ela confessa que as frações burguesas realistas são os chefes naturais da República por ela constituída; no dia 21 de março, que a violação da Constituição é sua realização, e, no dia 11 de maio, que a aliança passiva enfaticamente proclama a república francesa com os povos em luta significa sua aliança ativa com a contra-revolução européia. Essa miserável assembléia abandonou o palco após ter-se concedido ainda, dois dias antes de seu aniversário de nascimento, no dia 4 de maio, a satisfação de rejeitar a proposta de anistia a favor dos insurretos de junho. Tendo rompido seu poder, mortalmente odiada pelo povo, rejeitada, maltratada, desdenhosamente afastada pela burguesia da qual era o instrumento, constrangida na segunda metade de sua existência a renegar a primeira, despojada de sua ilusão republicana, sem grandes realizações no passado, sem esperança no futuro, atrofiando-se por partes, só sabia galvanizar seu próprio cadáver recordando-se constantemente da vitória de junho e revivendo-a depois de ocorrida; ela se afirmava, amaldiçoando sempre novamente os malditos. Vampiro que vivia do sangue dos insurretos de junho." (As lutas de classe na França)

2.2.3.1.12. O desaparecimento da fração dos republicanos burgueses enquanto elementos unificadores revelava a verdadeira natureza da formação da república burguesa: era constituída pelos dois partidos realistas. Mas nenhum deles podia fazer prevalecer sua posição, na medida em que a república constituía o único ambiente em que podiam governar juntos. O conjunto da burguesia formava um bloco e unificava-se, no palco eleitoral, em partido da ordem, cujo programa era "propriedade, família, religião, ordem".

À exceção do proletariado, que defendia a república social, restava apenas a pequena burguesia democrática para defender a república burguesa. Essa pequena burguesia, representada no parlamento pela "Montanha", em referência aos robespierristas da revolução de 1789, era levada a aliar-se ao proletariado no seio de um único partido eleitoral, o partido vermelho, ou social-democrata. A pequena burguesia se via momentaneamente projetada à frente do cenário porque encarnava a continuação do élan revolucionário de fevereiro. Numa época em que o "movimento fervia", a "desordem histórica" projetava uma por uma as classes na linha de frente da história. Estas, diz Marx, conheciam em algumas semanas um desenvolvimento histórico que geralmente leva séculos. A pequena burguesia tornou-se pólo de atração de tudo que a sociedade francesa tinha de revolucionário, ou simplesmente de descontentes.

"Na primeira metade da existência da Constituinte, a Montanha representava o pathos republicano, tendo feito esquecer seus pecados da época do Governo provisório, da Comissão executiva e das jornadas de junho. À medida que o partido

do Nacional, de acordo com sua natureza indecisa, se deixava esmagar pelo ministério realista, o partido da Montanha, afastado durante a onipotência do Nacional, crescia e prevalecia enquanto representante parlamentar da revolução. Com efeito, o partido do Nacional só podia opor às outras frações realistas personalidades ambiciosas e bravatas idealistas. Em contrapartida, a Montanha representava uma massa flutuante entre a burguesia e o proletariado, cujos interesses materiais exigiam instituições democráticas. Face aos Cavaignac e aos Marrast, Ledru-Rollin e a Montanha encontravam-se por conseguinte na verdade da revolução, tirando da consciência dessa grave situação uma coragem tanto maior que a manifestação da energia revolucionária limitava-se a recursos parlamentares, ao registro de atos de acusação, a ameaças, a elevações de vozes, a discursos enfurecidos e a extremismos que iam além de palavras. Os camponeses encontravam-se mais ou menos as mesmas reivindicações. Na medida em que eram arrastadas no movimento revolucionário, todas as camadas médias da sociedade deveriam portanto, necessariamente, encontrar seu herói em Ledru-Rolin. Este era o personagem da pequena burguesia democrática. Frente ao partido da ordem, eram necessariamente os reformadores semi-conservadores, semi-revolucionários e totalmente utópicos dessa ordem que deveriam ser inicialmente colocados à frente." (As lutas de Classes na França)

2.2.3.1.13. O episódio da Montanha ilustra claramente a situação da pequena burguesia na sociedade moderna: ela não é, por si mesma, capaz de nenhuma tarefa histórica. E precisa, portanto, alinhar-se ou ao lado da burguesia (como ela fez em junho de 1848) ou do proletariado.

"O próprio caráter da social-democracia (designamos aqui a pequena burguesia que tirou de suas reivindicações democráticas sua "forma puramente política" para fazer sobressair a "ponta socialista" – ndr) resumia-se no fato de que reclamava instituições republicanas democráticas como meio não de suprimir os dois extremos – capital e salariado – mas de atenuar seu antagonismo e de transformá-lo em harmonia. Qualquer que seja a diversidade de medidas que se possa propor para atingir esse objetivo, qualquer que seja o caráter mais ou menos revolucionário das concepções de que possa estar revestido, o conteúdo permanece o mesmo. Trata-se da transformação da sociedade pela via democrática, mas é uma transformação dentro do quadro pequeno-burguês." (18 Brumário)

Mas, como diz Marx, é preciso "distinguir, ainda mais nas lutas históricas, entre a fraseologia e as pretensões dos partidos, sua constituição e seus verdadeiros interesses e o que são na realidade" (idem)

"A história de todos os movimentos políticos desde 1830 na Alemanha, na França e na Inglaterra, nos mostra como essa classe imbuída de charlatanismo, grandiloquente e por vezes verbalmente extremista enquanto não percebe o perigo torna-se medrosa, retrógrada e lerda assim que surge o menor risco; ela se espanta, se inquieta, vacila, assim que o movimento desencadeado é apreendido e levado a sério por outras classes; sua existência pequeno-burguesa leva-a a trair o conjunto do movimento assim que as armas entram em cena – finalmente, em consequência

de sua indecisão, ela é ludibriada e maltratada quando o partido revolucionário vence." (F. Engels – A campanha pela constituição do Reich)

Enquanto movimento incapaz de se alçar à altura das exigências históricas, tergiversando e sequioso de defender sua própria existência frente à grande burguesia, sem para tanto colocar-se sob a égide do proletariado, o movimento de junho de 1849 é típico da pequena burguesia.

"Se 23 de junho de 1848 foi a insurreição do proletariado revolucionário, 13 de junho de 1849 foi a insurreição dos pequeno-burgueses democráticos; cada uma dessas duas insurreições é a expressão pura, clássica, da classe que a apresentava." (As lutas de classe na França)

2.2.3.1.14. Na França, o movimento político podia seguir três condições: seguir um curso proletário rumo à república social, realizando um autêntico transpassamento revolucionário em relação a fevereiro de 1848; estabilizar-se com a formação de uma verdadeira república democrática burguesa, que encarna na sua totalidade o poder de classe burguesa e deixa frente a frente os dois inimigos históricos, burguesia e proletariado; refluir aquém de fevereiro de 1848, assumindo um curso contra-revolucionário, que afastaria a própria expressão dessa dominação política, ou seja, a forma republicana.

Com relação à primeira possibilidade, vimos que o proletariado industrial não era suficientemente forte. Ele representava uma força real apenas no horizonte parisiense, mas era incapaz de arrastar imediatamente, em escala nacional, as outras camadas exploradas da sociedade, notadamente o campesinato pobre, na guerra revolucionária.

A segunda possibilidade dependia fundamentalmente da correlação de forças no seio da classe burguesa. Teria sido necessário que a fração industrial da burguesia fosse suficientemente forte para fazer prevalecer seus interesses e derrotar o poder da aristocracia financeira. Ora, a correlação de forças no seio da burguesia depende estreitamente da relação entre as classes. A incursão violenta do proletariado na cena histórica acarreta a submissão da burguesia industrial à fração que está no poder, com a primeira optando por sacrificar assim momentaneamente seus próprios interesses, em vez de ameaçar, a longo prazo, os interesses gerais de sua classe.

"Apenas uma fração do partido da ordem participava diretamente da derrubada da aristocracia financeira: os fabricantes. Não estamos falando dos pequenos e médios industriais mas dos regentes de fábrica que, sob Luís Filipe, tinham formado a grande base da oposição dinástica. Seu interesse é, incontestavelmente, a redução dos custos de produção, portanto a diminuição dos impostos que entram na produção, portanto a diminuição da dívida pública cujos juros entram nos impostos, portanto a derrubada da aristocracia financeira.

Na Inglaterra – os maiores fabricantes franceses são pequenos burgueses frente aos seus rivais ingleses – encontramos realmente fabricantes, um Cobden, um Bright, à testa da cruzada contra os bancos e a aristocracia bursátil. Por que não existem na França? Na Inglaterra, quem predomina é a indústria, na França é a agricultura. Na Inglaterra, a indústria precisa do livre comércio, na França ela precisa da proteção alfandegária, do monopólio nacional ao lado de outros monopólios. A indústria francesa não domina a produção francesa; por conseguinte, os industriais franceses

não dominam a burguesia francesa. Para fazer triunfar seus interesses contra as demais frações da burguesia, não podem como os ingleses, colocar-se à frente do movimento e ao mesmo tempo levar ao extremo seus interesses de classe; devem alinhar-se atrás da revolução e servir interesses que contrariam os interesses gerais de sua classe. Em fevereiro, subestimaram sua posição, mas fevereiro os tornou alertas. E quem é mais diretamente ameaçado pelos operários que o empregador, que o capitalista industrial? Eis porque, na França, o fabricante tornou-se necessariamente o mais fanático defensor do partido da ordem. O que é a redução de seu lucro pela finança quando comparada à supressão do lucro pelo proletariado? (As lutas de classe na França)

Permanecia portanto aberta apenas a terceira via: reação exacerbada, renúncia por parte da burguesia ao exercício do poder político por temor do proletariado.

2.2.3.1.15. É por isso que, enquanto prosseguia a atividade do proletariado no plano eleitoral, a burguesia não tinha outra escolha senão abolir o sufrágio universal. Para eliminar o fantasma de junho, era preciso ir até a eliminação dos vestígios de fevereiro. Mas, na medida em que a burguesia renunciava à república enquanto forma comum de sua dominação, estava condenada a decompor-se novamente em seus elementos simples, ou seja, em frações rivais que se digladiavam entre si. Do mesmo modo, ela se condenava a fazer surgir um outro elemento que poderia expressar a unidade da ditadura do capital, sem que seus agentes se esgotassem em lutas políticas estéreis. Esse elemento tinha surgido da luta entre o partido da ordem e o partido do proletariado: era Luís Napoleão Bonaparte. Na qualidade de elemento neutro, podia suprir a ausência da coroa que não mais podia encarnar a dominação política da burguesia, dilacerada entre duas famílias reais rivais. Bonaparte despojou então a burguesia de sua representação parlamentar. A realização dos interesses de Bonaparte correspondia aos da grande massa da burguesia, que, desejosa de se dedicar aos seus negócios, estava prestes a abandonar sua representação parlamentar e a confiar o poder político a outras mãos, desde que fosse respeitado o sacrossanto princípio da sociedade burguesa: a ordem, que garante a perenidade da escravidão do salariado, razão de ser da burguesia.

"Se, como mostrei anteriormente, o partido parlamentar da ordem condenou-se a si próprio à inação por seus gritinhos a favor da tranqüilidade; se declarou a dominação política da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, destruindo por suas próprias mãos na sua luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições de seu próprio regime, do regime parlamentar, em contrapartida a massa extra parlamentar da burguesia, por sua servitude para com o presidente, por suas injúrias contra o parlamento, pela brutalidade com que tratou sua própria imprensa, excitou Bonaparte a reprimir, a exterminar seus oradores e escritores, seus políticos e seus literatos, sua tribuna e sua imprensa, a fim de lhe permitir dedicar-se confiantemente a seus negócios privados, sob a proteção de um governo forte e absoluto. Ela declarou nitidamente que morria de vontade de se livrar simultaneamente das preocupações e dos perigos do poder." (18 Brumário)

O golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, realizado contra a dominação política da burguesia para garantir sua existência social, estava inscrito desde junho no curso dos acontecimentos. Ou a burguesia consolidava seu poder, assumindo os riscos a ele inerentes, notadamente o do enfrentamento de classe com o proletariado, ou renunciava ao exercício direto de seu poder político, abdicando de qualquer veleidade de transformação revolucionária da sociedade.

"Durante as jornadas de junho, todas as classes e todos os partidos tinham se unido no "partido da ordem" frente à classe proletária do "partido da anarquia", do socialismo, do comunismo. Tinham "salvo" a sociedade das iniciativas dos "inimigos da sociedade". Tinham retomado e lançado para suas tropas as velhas palavras de ordem da antiga sociedade: "propriedade, família, religião, ordem", criando a cruzada contra-revolucionária: "Sob seu signo, vencerás!" A partir desse momento, assim que um dos numerosos partidos que se tinham reunido sob essa bandeira contra os insurretos de junho, procura defender o campo de batalha revolucionário por seus próprios interesses de classe, sucumbe sob o grito de "família, propriedade, religião, ordem!". A sociedade é salva toda vez que o círculo de seus donos se estreita e que um interesse mais exclusivo é defendido em detrimento de outro mais amplo. Toda reivindicação da mais simples reforma financeira burguesa, do mais vulgar liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais vazia democracia é punida simultaneamente como "atentado contra a sociedade" e taxada de "socialista". E, finalmente, os grandes apóstolos da "religião e da ordem" são também expulsos a pontapés de seus altares olímpicos, tirados de suas camas em pleno sono, jogados em camburões, despejados na cadeia ou exilados. Seu templo é arrasado, sua boca calada, sua caneta quebrada, sua lei rasgada, em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. Burgueses fanáticos da ordem são fuzilados nos seus balcões por soldados bêbados, a santidade de seus lares é profanada, suas casas são bombardeadas a título de passatempo, tudo isso em nome da propriedade, da família, da religião e da ordem. A ralé da sociedade burguesa constitui finalmente a falange sagrada da ordem e o herói Crapulinsky faz sua entrada nas Tuileries como "salvador da sociedade." (18 Brumário)

### 2.2.3.2. O CURSO PROLETÁRIO DA REVOLUÇÃO

2.2.3.2.1. Se, do ponto de vista da burguesia, 1848 marca os limites do ciclo histórico, a incapacidade dessa classe de defender os princípios e os ideais que ela mesma forjou para assentar sua dominação, do ponto de vista do proletariado os mesmos acontecimentos anunciam a abertura do ciclo puramente proletário, que colocará frente à frente a classe revolucionária da sociedade e aquela que doravante encarna o passado burguês desta.

Em 1848, pela primeira vez, o proletariado aparece como um partido independente, que persegue seus próprios objetivos, elabora sua própria tática e enfrenta sozinho todas as classes da sociedade (coligadas) contra ele.

2.2.3.2.2. Na França de 1848, a classe proletária não tinha ainda adquirido todos seus caracteres de classe industrial moderna: o fraco desenvolvimento das forças produtivas não tinha ainda generalizado as bases materiais para a existência de um proletariado

concentrado, desqualificado, móvel, característico da fase de submissão real do trabalho ao capital. Concentrado em algumas grandes cidades ou regiões-primeiramente Paris, mas também Lyon e o Norte – o proletariado compreendia ainda um forte contingente próximo da condição de artesão. Mesmo assim, como vimos, desde os anos 1830 esse proletariado tinha-se recomposto politicamente em torno da tradição de Babeuf e expressava a ascensão do comunismo no seio da sociedade moderna.

"A experiência de 1830 lhe ensinou que a mera luta não bastava; que o inimigo em vez de derrotado, era preciso tomar medidas para garantir a estabilidade de suas conquistas e que estas medidas não podem apenas ser políticas, mas devem arruinar a potência social do capital e garantir ao proletariado seu próprio poder político e seu bem estar social. É por isso que ele aguarda uma ocasião favorável, ao mesmo tempo em que se dedica seriamente ao estudo desses problemas econômicos e sociais, cuja solução mostrará quais são as únicas medidas suscetíveis de estabelecer, numa base sólida, o bem estar de todos." (F. Engels – O movimento de reforma na França)

Completamente despojado de qualquer existência política oficial no seio da sociedade, o proletariado, ao menos na sua fração mais consciente, prosseguia a luta de 1793-95, de 1830, 1832, 1834 e 1839, para o acabamento definitivo na revolução burguesa e a proclamação, na sua esteira, de seus próprios objetivos históricos.

Em 1789-1795, tratava-se, para a burguesia, de alcançar uma existência política destruindo os últimos vestígios do feudalismo e a monarquia absoluta, sendo ajudada nessa tarefa por massas plebéias. Mas em 1848, ela procurava apenas alargar sua representação política ao conjunto das frações que a compõem. Ora, já em 1789-1795, o que estava historicamente em jogo era o livre desenvolvimento modo burguês de produção e a classe burguesa havia mostrado que não estava disposta a pagar um determinado preço, qual seja, o da aliança com o proletariado consciente de suas metas e de seus objetivos políticos. Quando muito, a burguesia considerava a massa plebéia e operária como instrumento da pressão útil para fazer triunfar seus próprios interesses.

Em 1848, frente aos objetivos acanhados da burguesia, o perigo proletário, proveniente de uma classe que desde então havia crescido em número e em força política, ia tornar-se ainda mais ameaçador.

é por iso que, desde o início, a burguesia tentou abafar completamente qualquer iniciativa por parte do proletariado. Ora, o que este buscava com sua participação nas jornadas revolucionárias de fevereiro, era a conquista do seu campo de luta, ou seja, a república burguesa a partir da qual poderia conduzir sua luta de classe. Assim, enquanto as forças burguesas se satisfaziam rapidamente da queda de Luís Filipe e procuravam interromper o curso da revolução, o proletariado de Paris, armado, cercava a prefeitura e reclamava a constituição da república. Ao mesmo tempo em que a obtinha impunha-se como força política e ganhava uma representação política ao impor sua presença no governo provisório.

"Quando impõe a República ao governo provisório e, portanto, a toda a França, o proletariado coloca-se imediatamente em primeiro plano enquanto partido independente; mas ao mesmo tempo desafia toda a França burguesa. O que ele tinha

conquistado era o campo com vistas à luta pela sua emancipação revolucionária, mas de modo algum sua própria emancipação." (As lutas de classe na França)

2.2.3.2.3. A intervenção do proletariado durante as jornadas de fevereiro não estava prevista pela burguesia, que esperava contentar-se da queda do governo Guizot e de uma reforma eleitoral que implicasse um reequilíbrio do poder em proveito das frações burguesas mais representativas dos interesses do capital. No entanto, ao acelerar o curso da revolução, ao colocar-se imediatamente nas posições extremas do movimento, o proletariado tinha um estatuto político. Era uma força que não podia ser simplesmente afastada e, enquanto tal, imprimia ao governo provisório uma fisionomia que poderia ter feito dele outra coisa do que um mero ministério burguês.

O governo provisório oriundo das jornadas revolucionárias de fevereiro de 1848 é um exemplo do fato de que um governo, mesmo conservando sua natureza burguesa, pode às vezes apoiar-se sobre várias classes cujos interesses não são compatíveis entre si.<sup>26</sup>

Com o governo provisório de fevereiro de 48, estavam representado no poder:

- a burguesia enquanto classe (representada pelos republicanos burgueses do jornal "O Nacional")
- a pequena burguesia radical, aliada do proletariado (representada pelo jornal "A Reforma");
- o proletariado (representado por um operário, Albert, e por Louis Blanc).

Assim, o governo provisório era, como explica Marx, um "compromisso entre as diferentes classes que tinham derrubado juntas o trono de julho, mas cujos interesses opunham-se de maneira hostil."

Nessas condições, quais eram os meios de pressão do proletariado sobre o governo provisório?

De início a presença, no seio desse governo, de seu aliado, a pequena burguesia. Na perspectiva que vimos, de aliança dos comunistas com outros partidos operários ou mesmo democráticos, o Manifesto dizia o seguinte, a respeito da França: " Os comunistas aliam-se ao partido democrático-socialista contra a burguesia conservadora e radical, reservando-se o direito de criticar a fraseologia e as ilusões legadas pela tradição revolucionária". Ora, justamente esse partido, guindado ao poder pelo proletariado, não deixou jamais de trair seus interesses.

"Já antes de fevereiro, o partido socialista democrático compreendia duas frações diferentes: uma formada de porta-vozes, deputados, escritores, advogados, etc...com um cortejo não desprezível de pequenos burgueses que constituíam o verdadeiro partido da "Reforma"; outra, formada pela massa dos operários de Paris que, em caso algum, seguiam pura e simplesmente os primeiros, sendo ao contrário aliados muito desconfiados que ora se aproximavam bastante, ora se distanciavam, na medida em que os elementos da Reforma

---

<sup>26</sup> Outro exemplo dramático disso é o Estado russo em 1921, no qual o processo de involução da revolução conduziu o Estado proletário a regredir a uma condição de "Estado operário e camponês", ou seja, um Estado que se apóia sobre diversas classes, com o proletariado continuando a participar do governo de um Estado que perdeu seu caráter proletário.

tinham atitudes resolutas ou hesitantes. Nos últimos meses de monarquia, a Reforma, em consequência de sua polêmica com o Nacional, havia assumido posições resolutas e suas relações com os operários eram bastante íntimas. Portanto, os elementos da Reforma entraram no governo também como representantes do proletariado". (F. Engels – Dezembro 1848)

Além disso, a presença de um operário (Albert), mas este não figurava como representante de um partido proletário (embora participasse das conjurações operárias) mas basicamente como uma caução. Isso significava que era obrigatório reconhecer o papel do proletariado na insurreição de fevereiro, embora se pretendesse a qualquer custo minimizar seu papel dentro do governo provisório.<sup>27</sup>

Por último, e principalmente, a força armada do proletariado na rua, sua organização nos clubes, etc.

Engels acentua (em dezembro de 48) que, graças a essa pressão, era possível "obter uma vitória completa" em fevereiro, sob a condição de que os representantes dos interesses do proletariado dentro do governo provisório levassem uma autêntica política revolucionária, e não a política de traição que acabaram realizando.

Com efeito, o proletariado formava realmente uma força bem maior do que aquela que estava representada no governo provisório. Mas esta revolução ainda não havia sido feita por sua própria conta, mas para a burguesia. O governo burguês emanado da revolução burguesa de fevereiro, governo necessariamente heterogêneo, era portanto um governo burguês com participação operária.

Longe de favorecer a radicalização desse governo, isso permitiu paralisar o proletariado, tomá-lo como refém, pois ele acreditava que o governo provisório era seu governo, embora como governo majoritariamente burguês já reinasse contra o proletariado.

"Depois da vitória conjunta, é possível que nos ofereçam algumas cadeiras no governo, mas sempre em minoria. Isso traz o maior perigo (para a luta posterior contra a pequena burguesia, em junho de 48, por exemplo). Depois de fevereiro de 1848, os democratas socialistas franceses – A Reforma, Ledru-Rollin, Louis Blanc, Flocon, etc, cometeram o erro de aceitar esse convite. Enquanto minoria num governo de republicanos puros (Nacional, Marrast, Bastide, Marie), compartilharam voluntariamente todas as infâmias votadas e cometidas pela maioria e todas as traições contra a classe operária. E enquanto isso ocorria, a classe operária estava paralisada pela presença no governo destes senhores que pretendiam representá-la." (Engels a Turati, 26.1.1894)

---

<sup>27</sup> Engels salienta que, atraídas pelo comunismo, as conjurações operárias só podiam chocar-se contra a pequena burguesia: "Foi assim que desde a revolução de fevereiro surgiu a oposição das conjurações operárias, representadas por Albert, contra os elementos da Reforma, oposição esta que reproduziu-se rapidamente no governo provisório." (Nova Gazeta Renana – abril 1850)

2.2.3.2.4. Fez-se de conta que o proletariado poderia participar do governo provisório como uma categoria própria da sociedade burguesa, sem interesses históricos a fazer prevalecer. É por isso que foi-lhe confiado o "Ministério do Trabalho". Ao proletariado a gestão do "Trabalho" já que é ele que o cumpre. Para a burguesia, os ministérios sérios: finanças, interior, comércio, justiça, etc. que, como diz Marx, constituíam as rédeas do poder efetivo.

"Foi junto com a burguesia que os operários fizeram a revolução de fevereiro. Foi ao lado da burguesia que tentaram fazer prevalecer seus interesses, do mesmo modo que foi ao lado da maioria que colocaram um operário no governo provisório. Organização do trabalho, mas é o salariado que constitui a organização burguesa ora existente do trabalho. Sem ele, nada de capital, nada de burguesia, nada de sociedade burguesa. Um ministério especial do Trabalho! Mas os ministérios das finanças, do comércio e das obras públicas não são os ministérios do trabalho burguês? Ao lado deles, um ministério do Trabalho proletário só podia ser um ministério da impotência, de vãs aspirações, uma comissão de Luxemburgo." (*idem*)

Ou seja, embora estivesse representado no governo provisório (e talvez justamente por causa disso), o proletariado encontrava-se colocado frente a uma situação insolúvel. Qualquer reivindicação de seus interesses históricos que saísse do âmbito do seu "ministério do trabalho" chocava-se contra a alma burguesa do governo provisório. E renunciar a expressar essas reivindicações significava negar a alma revolucionária do proletariado. A contradição será resolvida com a expulsão do governo (depois da eleição da Câmara burguesa em 4 de maio) e pelo massacre de junho.

Assim, em vez de uma radicalização do governo provisório, com o proletariado empurrando a pequena burguesia, esta pressionando a burguesia liberal e assim sucessivamente, até que chegasse ao poder o "partido mais extremo" – o partido do proletariado – que se individualizaria durante o processo de revolução permanente, ocorreu exatamente o inverso, ou seja, um curso descendente da revolução até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851.

A experiência de fevereiro de 1848 mostra que um governo pode, num dado momento, apoiar-se sobre várias classes, cujos interesses são diferentes, e até mesmo opostos. No caso, a base social desse governo era ao mesmo tempo burguesa, pequeno-burguesa e operária. O mesmo que na URSS depois de 1921, quando verificou-se a involução da revolução proletária: o Estado deixa de ser puramente proletário, ou seja, de apoiar-se exclusivamente no proletariado, para apoiar-se sobre duas classes, proletariado e campesinato.

2.2.3.2.5. A Comissão de Luxemburgo, enquanto tal, não podia encarnar os reais interesses da classe proletária enquanto estes coexistissem com os interesses burgueses. É por isso que a atividade dessa comissão limitou-se à esfera reivindicativa. Mas, mesmo assim, a formidável pressão do proletariado permitiu obter reformas importantes que o curso ordinário da luta de classes não havia conseguido colocar na ordem do dia. Assim como no plano político 1848 representa o resultado do despertar proletário dos anos 1830, quando a

classe operária reatou com seu passado e suas tradições revolucionárias, no plano social era a ocasião de realizar todas as reivindicações acumuladas na última década. Em 1840, ocorreram grandes greves de corporações e as reivindicações então colocadas, sobre a proteção e a legislação do trabalho, foram obtidas em 1848, mas por algumas semanas apenas.

O proletariado obteve do governo provisório a limitação da jornada de trabalho de 10 horas, inclusive para operários adultos. Era mais do que fôra obtido pelos cartistas com sua formidável potência de luta no país capitalista mais avançado do mundo (na Inglaterra, a jornada de 10 horas só foi obtida para mulheres e crianças); os operários conseguiram ainda uma regulamentação do trabalho dos padeiros; elegibilidades nos conselhos que julgavam as disputas entre empregados e patrões reconhecimento dos direitos sindicais (formação de corporações, associações, sociedades de socorro mútuo, etc.); fixação de um salário mínimo.

"Assim como nas jornadas de julho, os operários arrancaram pela luta a monarquia burguesa, nas de fevereiro foi a república burguesa. Assim como a monarquia de julho foi forçada a se apresentar como uma monarquia cercada de instituições republicanas, a república de fevereiro teve que declarar-se como uma república cercada de instituições sociais. O proletariado parisiense impôs também esta concessão." (As lutas de classe na França)

2.2.3.2.6. No entanto, a comissão de Luxemburgo encontrava-se privada de poder. Acuados pelo proletariado, os burgueses reconheciam medidas sociais, que prometiam entre si anular no momento desejado. De resto, a criação da comissão do Luxemburgo correspondia ao desejo de afastar e de separar do governo provisório todo elemento socialista, qualquer que fosse sua natureza.

"A contragosto e após longos debates, o governo provisório nomeou uma comissão especial permanente, encarregada de pesquisar os meios de melhorar as condições das classes laboriosas! Essa comissão foi formada por delegados das corporações de ofícios de Paris e presidida por Louis Blanc e Albert. Seu local de reunião designado foi o Luxemburgo. Assim, os representantes da classe operária estavam banidos do assento no governo provisório, somente a parte burguesa deste conservava o real poder do Estado e as rédeas da administração em suas mãos, e, ao lado dos ministérios das Finanças, do Comércio, das Obras Públicas, ao lado dos bancos e da bolsa, erguia-se uma sinagoga socialista cujos grandes padres, Louis Blanc e Albert, tinham por atribuição descobrir a terra prometida, proclamar o novo evangelho e ocupar o proletariado parisiense. Diferentemente de qualquer poder ordinário, não dispunham de nenhum orçamento e de nenhum poder executivo. Era com suas cabeças que deviam derrubar os pilares da sociedade burguesa. Enquanto o Luxemburgo buscava a pedra filosofal, na prefeitura cunhavam-se as moedas de curso legal. E no entanto, as reivindicações do proletariado parisiense, na medida em que ultrapassavam a república burguesa, não podiam adquirir outra existência do que a nebulosa vida do Luxemburgo." (As lutas de classe na França)

2.2.3.2.7. A grande força do proletariado parisiense, sua força real, sua organização, residia nos clubes. Assim que foi reconhecido o direito de associação e de organização, os operários formaram clubes nos quais se debatia os princípios da organização socialista da sociedade, mas que eram também locais de agrupamento e de organização para a luta revolucionária.

Dentre esses clubes, o de Blanqui elaborava um verdadeiro programa revolucionário, reivindicando entre outros a liberdade de imprensa, de reunião e de associação, a substituição da magistratura, a abolição das leis contra coalizões operárias e, sobretudo, o armamento dos operários como garantia contra qualquer ameaça contra-revolucionária. Blanqui incita ainda à tomada de medidas radicais com relação ao crédito, a fim de aniquilar a influência da aristocracia financeira. Por isso, Blanqui e seus partidários – os "comunistas revolucionários" – foram mais tarde definidos por Marx como "os verdadeiros chefes do partido proletário". Blanqui também mostra condições de prever a forma a ser assumida pelo curso da contra-revolução, cada fração fazendo aliança com uma fração mais contra-revolucionária do que ela por temor do proletariado, até a vitória total da contra-revolução.

Os inimigos da revolução...

"se aliarão inicialmente com os contra-revolucionários da Reforma, contra os socialistas; depois, com os políticos do Nacional contra os revolucionários da Reforma; os liberais do Século lhes servirão eventualmente contra os Firondinos do Nacional, até que vençam finalmente em plena corrente do ódio absolutista." (Blanqui, citado por Dommanget: Auguste Blanqui e a revolução de 1848)

2.2.3.2.8. Rapidamente a atividade do proletariado iria chocar-se contra a vontade burguesa de estabilizar o curso revolucionário. Desunidas na questão de sua representação política, as frações burguesas uniam-se para negar ao proletariado sua própria existência política. Desde fevereiro, sua ação visa desarmar o proletariado e aniquilá-lo politicamente. É por isso que nos meses que antecedem junho, a burguesia favorece uma série de manobras destinadas a assegurar-lhe a superioridade no combate que se mostra irreversível. Num primeiro momento, era preciso desarmar o proletariado, o que foi parcialmente feito com a criação de uma guarda móvel, distinta da guarda nacional composta essencialmente por sub-proletários, 24 mil homens jovens e entusiasmados, comprados e manipulados pelo governo. Aqui, ainda mantendo ilusões sobre a natureza da República e seus fins, o proletariado acredita que este é seu exército, quando se tratava de fato de um exército constituído contra o proletariado.

Num segundo momento, como que caricaturando o projeto de Louis Blanc, foram criadas "oficinas nacionais", que nada mais eram senão cadeias, "work-houses ao ar livre". Mas, enquanto a burguesia acreditava, graças a essa medida, ter constituído um corpo de operários a seu dispor, tinha na realidade agrupado os futuros soldados de junho, e essas "oficinas nacionais" não demoraram em suscitar todo o ódio da reação, não pelo que encarnavam efetivamente, mas pelo que sua denominação deveria representar: a organização socialista do proletariado.

2.2.3.2.9. A individualização dos dois campos inimigos, que desembocará em junho, efetua-se em diversos momentos.

No dia 17 de maio, realiza-se uma grande manifestação do proletariado parisiense.

"A manifestação tinha originalmente como objetivo recolocar o governo provisório na trilha da revolução, obtendo, de acordo com as circunstâncias, a exclusão de seus membros burgueses e exigindo o adiamento das eleições para a Assembléia nacional e para a guarda nacional". (Lutas de Classe na França)

Aqui também Blanqui situa-se na vanguarda revolucionária do proletariado parisiense. A questão imediata – o adiamento das eleições – era na realidade a questão do futuro da revolução. Para Blanqui, a realização imediata das eleições implicava necessariamente a vitória da burguesia, dado que, por um lado, havia uma grande defasagem entre Paris e o interior, ou seja, a grande maioria da nação; por outro, a classe operária que acabava de despertar para a vida política com a obtenção do sufrágio universal, carecia de educação política.

E, na cabeça de Blanqui, esse adiamento significava muito mais do que uma simples questão de tempo. Ele previa o adiamento indefinido das eleições, aproveitando-se esse período para extirpar todas as influências do antigo regime e favorecer a educação política da classe operária. Sem essa fase de intenso preparo revolucionário, o sufrágio universal seria pura enganação. Convoca-se o povo, diz Blanqui, para um tribunal em que ele sempre ouviu uma única defesa: a da burguesia, a da contra-revolução.

"Eles (os operários – ndr) jamais conseguirão sair desse buraco, se não se começa derrubar suas paredes. Esta deve ser a tarefa primeira de uma revolução e é ela que precisamente impede a eleição imediata de uma Assembléia, o amanhã de uma vitória republicana, pois essa Assembléia só pode ser a imagem e, brevemente, a restauração do regime derrubado. Essa experiência já foi ensaiada duas ou três vezes e poderia sê-lo trinta ou quarenta vezes que o resultado sempre o mesmo." (Blanqui, 1870)

É por isso que Blanqui reclama do governo provisório a realização imediata de um certo número de medidas que permitirão a continuação e a radicalização do curso revolucionário. A primeira delas é precisamente a única que poderia obrigar um governo provisório que respeita os interesses da burguesia – mas que tem em seu seio uma representação da pequena burguesia apoiada no proletariado – a trabalhar a favor da extensão da revolução: o armamento dos operários.

Assim, a ditadura prevista por Blanqui em 1848 assume portanto a seguinte forma: a massa armada dos operários obriga o governo republicano a tomar medidas revolucionárias destinadas a ampliar a influência da revolução e, como resultado desse processo, o proletariado poderá colocar-se, com alguma chance de sucesso, como o verdadeiro protagonista da revolução, por meio do sufrágio universal sustentado pela massa armada.

É isso que leva Marx a qualificar o socialismo de Blanqui de "declaração permanente da revolução". Dentre as outras medidas reivindicadas ao governo provisório, destacam-se a liberdade completa e ilimitada de imprensa; inteira liberdade de "circulação dos frutos do pensamento"; abolição de todas as limitações ao direito de associação e de reunião; destituição da magistratura judicial e do ministério público; supressão dos artigos e das leis especiais contra as coalizões operárias. Blanqui não hesita em qualificar esse período e essas medidas de "ditadura". Ainda formulada de maneira confusa, essa reivindicação será confirmada mais tarde:

"Um ano de ditadura parisiense em 1848 teria poupado à França e à história o quarto de século que agora se encerra. Se forem necessários 10 anos desta vez, que não haja hesitação" (Blanqui, 1870)

2.2.3.2.10. Ora, as outras forças que participavam da manifestação de 17 de março queriam apenas um adiamento de dois meses para as eleições ou seja, agiam com um espírito totalmente diferente. Ademais, a burguesia tinha se manifestado contra o governo provisório, no dia 16 de março, e o proletariado julgou necessário socorrê-lo rapidamente.

"E no dia 17 de março, o povo foi levado a gritar: Viva Ledru-Rollin! Viva o governo provisório! Foi levado a tomar partido pela república burguesa – cuja existência parecia então ameaçada – contra a própria burguesia. Acabou consolidando o governo em vez de submetê-lo. O 17 de março virou melodrama, com o proletariado de Paris exibindo mais uma vez nesse dia seu porte gigantesco, o que levou a burguesia, de dentro e fora do governo provisório, a massacrá-lo resolutamente." (As lutas de classe na França)

No dia 16 de abril, todavia, foi a burguesia que, contra uma suposta insurreição comunista, agroupou 100 mil homens armados para defender o governo provisório.

2.2.3.2.11. Conforme previsto, a Assembléia Nacional eleita em maio de 1848 pelo sufrágio universal consagrou a supremacia eleitoral da França rural conservadora, e não de Paris operário revolucionário. Foi uma câmara na qual os republicanos burgueses reinaram absolutos, sendo que a posição pequeno-burguesa (qualificada de "social-democrata" por Marx) era representada pela Montanha. Desejosa de consolidar seu poder tanto no governo provisório quanto na Assembléia, a burguesia republicana tinha forçosamente que eliminar o proletariado e suas reivindicações.

"Na realidade, vimos que a república de fevereiro era apenas, e só poderia ser, uma República burguesa; que, por outro lado, sob a pressão direta do proletariado, o Governo provisório foi obrigado a proclamar a República dotada de instituições sociais; que o proletariado parisiense era ainda incapaz de ir além da República burguesa a não ser no pensamento, na imaginação; que, em qualquer lugar onde passasse à ação, era ao serviço desta última que estava agindo; que as promessas que lhe haviam sido feitas tornavam-se um perigo insuportável para a nova república e que toda a existência do governo provisório se reduzia a uma luta contínua contra as reivindicações do proletariado. Na Assembléia Nacional, era toda a França que se erigia em juiz do proletariado parisiense. Ela rompeu rapidamente com as ilusões sociais da revolução de fevereiro, proclamando abertamente a República burguesa e a república burguesa somente. Os representantes do proletariado na comissão executiva que foi nomeada foram imediatamente excluídos: Louis Blanc e Albert; ela rejeitou a proposta de um ministério especial do Trabalho, acolhendo com uma tempestade de aplausos a declaração do ministro Trélat: "Trata-se apenas de trazer o trabalho de volta às suas antigas condições." Mas tudo isso não bastava. A república de fevereiro foi conquistada pelos operários, com a ajuda passiva da burguesia. Os proletários consideravam-se, a justo título, como os vencedores de fevereiro e tinham as pretensões arrogantes dos vencedores.

Era preciso vencê-los na rua, mostrar-lhes que sucumbiam quando lutavam contra a burguesia, e não ao lado dela. Assim como a república de fevereiro, com suas concessões socialistas, necessitou de uma batalha do proletariado unido à burguesia contra a realeza, do mesmo modo uma segunda batalha era necessária para afastar a república de suas concessões socialistas, colocando então em destaque a república burguesa, detentora oficial do poder. Era com as armas na mão que a burguesia devia refutar as reivindicações do proletariado. E a verdadeira certidão de nascimento da república burguesa não é a vitória de fevereiro, mas a derrota de junho". (As lutas de classe na França)

2.2.3.2.12. É também no clube de Blanqui que se elaborava a crítica mais radical da república burguesa. Esta era reconhecida pelo que era, ou seja, a ditadura da classe burguesa dissimulada sob as enganosas bandeiras de liberdade, igualdade, fraternidade.

"Mas, não há liberdade quando falta pão. Não há igualdade quando a opulência se espalha ao lado da miséria. Não há fraternidade quando o operário tem que se arrastar faminto com suas crianças nas portas dos palácios." (Blanqui)

Também era o clube de Blanqui que convidava todas as sociedades operárias que compartilhassem esse ponto de vista a agrupar-se, especificando que não se esperava da forma republicana em si a abolição da opressão, mas que era preciso fazer desaparecer "a última forma de escravidão, o proletariado". (idem)

Mas, para isso, era preciso iniciar outra luta, que o proletariado, então na defensiva, não tinha condições de levar a bom termo.

"Em vão o proletariado parisiense, que entendeu rapidamente o caráter dessa Assembléia Nacional, tentou, alguns dias após sua reunião, negar-lhe pela violência o direito à existência, dissolvê-la, dispersar novamente sob seus diferentes elementos constitutivos o organismo através do qual o espírito de reação da nação o ameaçava. Como se sabe, o resultado de 15 de maio foi tão somente o de ter afastado da cena pública (...) Blanqui e seus partidários, os comunistas revolucionários, ou seja, os verdadeiros chefes do partido proletário." (18 Brumário)

2.2.3.2.13. No dia 22 de junho, o proletariado responde com a insurreição, "a formidável insurreição na qual foi travada a primeira grande batalha entre as duas classes da sociedade moderna. Era uma luta pela manutenção ou pela liquidação da ordem burguesa. O véu que ocultava a República estava se rasgando." (As lutas de classe na França)

Como escrevia a Nova Gazeta Renana no exato momento da insurreição, à bela revolução de fevereiro, toda impregnada de fraternidade, essencialmente dirigida contra UMA das formas de dominação burguesa (monarquia constitucional) repleta de frases revolucionárias manipuladas por todas as classes da sociedade, sucedia a revolução horrorosa, porque era apenas do proletariado afrontando todas as classes da sociedade pela destruição da ordem burguesa e de sua forma de dominação política mais acabada: a república democrática. Longe de defender uma ordem contra outra, a revolução de junho ataca a ordem diretamente: a ordem burguesa, a ordem da escravidão assalariada. Atacar essa ordem era atacar toda a burguesia, que comungava todas as frações confundidas no massacre do proletariado parisiense, pois a expressão verdadeira, autêntica, prosaica da

fraternidade burguesa é a guerra civil. Desde 24 de junho, Engels observava que nenhum dos republicanos do Nacional ou da Reforma situava-se ao lado dos insurretos, que todos os combatentes não proletários de fevereiro disparavam contra o proletariado em junho e que até os alunos da escola de medicina recusavam socorros aos que ousavam tombar não para derrubar uma coroa, mas para abater a propriedade privada!

2.2.3.2.14. Assim como o proletariado tinha forçado a burguesia a se apresentar como ela realmente era, unificando-se contra o proletariado, o ataque frontal da burguesia contra ele fez com que perdesse suas ilusões, opondo sua solução classista à ditadura republicana burguesa: ditadura do proletariado!

"Foi a burguesia que forçou o proletariado de Paris à insurreição de Junho. Donde sua sentença condenatória. Suas necessidades imediatas e confessas não o levavam a querer obter pela violência a derrubada da burguesia, ele ainda não tinha porte para uma tarefa dessas. Coube ao Monitor ensinar-lhe oficialmente que estava encerrando o tempo em que a República julgava conveniente honrar suas ilusões, e somente a derrota o convenceu dessa verdade segundo a qual a mais ínfima melhoria de sua situação permanece sendo uma utopia no seio da sociedade burguesa, utopia que se transforma em crime assim que pretende ser realizada. As suas reivindicações, exageradas pela forma, pueris pelo conteúdo, e portanto ainda burguesas, das quais pretendia arrancar a concessão à revolução de fevereiro, sucedeu a audaciosa palavra de ordem revolucionário: derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária! (As lutas de classe na França)

2.2.3.2.15. A batalha de junho, na qual a burguesia reuniu 50 mil homens e gigantescos meios de repressão, permanecerá como um dos grandes momentos de ensinamento militar na história do proletariado mundial. Essas lições foram tiradas por Engels no seu prefácio (tão falsificado e traído!) de 1895 às "Lutas de classe na França", um texto tão pouco pacífico que foi preciso a mais grosseira das falsificações para que os dirigentes reformistas da social-democracia dele fizessem um manifesto de abandono da luta militar e da guerra revolucionária.

Assim, Bernstein e companhia reeditaram, 50 anos depois, a nojenta traição dos democratas republicanos em relação ao proletariado.

Em vez de reivindicar essa luta como prelúdio de todas as futuras lutas do proletariado, assassinaram pela segunda vez os combatentes de junho.

Com efeito, o que o combate de junho esclareceu definitivamente é que uma insurreição está condenada se não é organizada e não segue um plano revolucionário. **A INSURREIÇÃO É UMA ARTE.**

Assim, num dos trechos censurados pela pequena burguesia social-democrata apavorada, Engels dizia:

"Isso significa que, futuramente, o combate nas ruas não desempenhará mais qualquer papel? De modo algum. Isso quer dizer apenas que as condições desde 1848 tornaram-se muito menos favoráveis para os combatentes civis e muito mais para as tropas. Futuramente, um combate de rua só pode ser vitorioso se esta inferioridade de situação for compensada por outros fatores. Portanto, ocorrerá mais raramente no início de uma grande revolução do que durante seu desenrolar e será preciso empreendê-lo com forças

superiores. Mas então, como ocorreu na revolução francesa, no dia 4 de setembro e em 31 de outubro de 1870 em Paris, estas preferirão sem dúvida o ataque aberto à tática passiva das barricadas."

Ou seja, a impossibilidade relativa do levante espontâneo só faz colocar na ordem do dia a questão militar, da qual o partido do proletariado deve prever a solução muito antes de travar o combate contra o inimigo de classe.

Não deixa de ser significativo que Engels, redator do autêntico prefácio de 1895, se alinhe, ao contrário de sua caricatura legalista e pacifista proposta pelos reformistas, em perfeita conformidade com...Blanqui, a besta fera destes últimos!

Ele notava efetivamente o caráter desastroso da falta de organização e de direção do levante de junho. As barricadas erguidas completamente ao acaso deviam apenas a ele sua eficácia. Os defensores, até o fim fiéis a seus postos de combate, bairro por bairro, rua por rua, não iram socorrer as barricadas atacadas. Sem plano de conjunto, esperavam pacientemente, bebendo e fumando, com admirável coragem, o ataque contra sua respectiva barricada. Bravos, porém indisciplinados, sucumbiam uns após os outros aos assaltos da tropa, infinitamente mais numerosa e mais armada. E Blanqui, depois de ter descrito esse quadro, colocou as bases para uma futura doutrina militar do proletariado.

"Nas fileiras populares, luta-se por uma idéia. Aqui, encontra-se apenas voluntários, movidos pelo entusiasmo, não pelo medo. Superiores ao adversário pela dedicação, o são ainda mais pela inteligência. Também levam vantagem moral e até mesmo física, pela convicção, pelo vigor, pela fertilidade dos recursos, a vitalidade do corpo e do espírito. Eles têm cabeça e coração. Não há tropa no mundo que iguale esses homens de elite. Que lhes falta então para convencer? A unidade e o conjunto que fecundam, levando-os a lutar pelo mesmo objetivo, todas essas qualidades que o isolamento torna impotentes. Falta-lhe organização. Sem ela, nenhuma chance. A organização é a vitória, o fracionamento é a morte.(...)

Uma organização militar, sobretudo quando é preciso improvisá-la no campo de batalha, não é um problema menor para nosso partido. Ela supõe um comandante em chefe e, até certo ponto, a série costumeira de oficiais graduados.

Faltam quadros para formar um exército? Então é preciso improvisá-los em campo mesmo, durante a ação. O povo de Paris fornecerá os elementos, antigos soldados, ex-guardas nacionais. Sua escassez obrigará a reduzir ao mínimo o número de oficiais e sub-oficiais; pouco importa, o zelo, o ardor, a inteligência dos voluntários compensarão esse déficit. O essencial é organizar-se a qualquer preço. Chega de levantes tumultuados de 10 mil cabeças isoladas, agindo ao acaso, desordenadamente, sem qualquer ação conjunta, cada qual em seu canto e segundo sua própria fantasia: chega de barricadas a torto e a direito, que fazer perder tempo, congestionam as ruas e bloqueiam a circulação necessária a qualquer partido. O republicano deve ter sua liberdade de movimento, o mesmo ocorrendo com as tropas." (Blanqui – A lição da revolução de 1848)

2.2.3.2.16. Com a derrota de junho de 1848, o proletariado é eliminado da cena enquanto força militar, mas não ainda como força política e, entre outras, participará com sua estratégia própria de todos os episódios em que se desenrolará o curso da contra-revolução.

"Essa derrota mandou o proletariado para a retaguarda da cena revolucionária. Ele tentou retomar seu lugar à frente toda vez que o movimento parecia ganhar novo impulso, mas cada vez com uma energia diminuída e um resultado mais frágil. Assim que uma das camadas sociais situadas acima dele entra em fermentação revolucionária, o proletariado conclui com ela uma aliança e compartilha assim todas as derrotas que vão acontecendo sucessivamente para os diferentes partidos. Mas esses ataques em seqüência vão se enfraquecendo cada vez mais à medida que se repartem sobre todas as camadas da sociedade. Seus principais chefes na Assembléia Nacional e na imprensa vão sendo um por um jogados aos tribunais e substituídos por figuras cada vez mais equívocas. De um lado, ele se atira em experiências doutrinárias, bancos de troca e associações<sup>28</sup> operárias, ou seja, num movimento em que se recusa a transformar o velho mundo pelos grandes meios que lhe são próprios mas busca, ao contrário, realizar sua liberação por assim dizer por trás da sociedade, privadamente, nos estreitos limites de suas condições de existência e, por conseguinte, acaba necessariamente fracassando. Ele parece não conseguir nem reencontrar em si mesmo a grande revolucionária nem obter, nas alianças que conclui, uma nova energia, até que todas as classes contra as quais combateu em junho estejam aniquiladas ao seu lado. Mas, pelo menos, ele sucumbe com as honras da grande luta histórica". (18 Brumário)

2.2.3.2.17. Como vimos anteriormente, uma vez derrotado o proletariado, coube à pequena burguesia encarnar as esperanças revolucionárias e levar a luta a grande burguesia. Mas, como vimos igualmente, essa luta, que culminou com o episódio de 13 de junho de 1849, podia ser levada pela pequena burguesia, mas não podia ser ganha por ela.

Pois, "a força do partido proletário estava na rua e a da pequena burguesia no seio da própria Assembléia Nacional". A pequena burguesia foi portanto incapaz de escolher a única via suscetível de lhe dar a vitória: a da insurreição. Caso utilizasse as forças do proletariado, a pequena burguesia temia que o gigante abatido fosse reanimado, colocando em movimento forças sobre as quais ela perderia o controle. Por seu lado, o proletariado se recusava a lutar novamente por conta dos outros. Ele exigiu que a Montanha engajassem o combate e se compromettesse, a fim de não bancar sozinho a insurreição.

"Durante todo o dia 13 de junho, o proletariado conservou essa atitude de observação cética, esperando um corpo a corpo inevitável, seriamente travado, entre a guarda nacional e o exército para atirar-se então na batalha e forçar rapidamente a revolução além do objetivo pequeno burguês que lhe era conferido. Em caso de vitória, já se havia constituído a Comuna proletária a ser colocada ao lado do governo oficial. Os operários parisienses tinham aprendido na sangrenta escola de junho de 1848". (As lutas de classe na França)

---

<sup>28</sup> Com efeito, a derrota de junho quebrou o processo de transpassamento durante o qual o proletariado podia passar da luta por objetivos burgueses para a luta por seus próprios objetivos. Sua consciência da luta a ser travada foi obscurecida e houve novo avanço das seitas, sociedades secretas, etc. que dispunham de suas receitas para suprir a insuficiência do proletariado. Proudhon, por exemplo, fez em julho de 1848 perante a Assembléia Nacional enfurecida, um discurso que, por ser corajoso, não deixava de ser um mero relato abstrato do sistema socialista ideal, e não uma contribuição à mobilização do proletariado sobre bases classistas.

Mas, o proletariado parisiense, dizimado pela repressão esgotado pelos massacres de junho, vítima da cólera, por si só não podia engajar um combate do qual a pequena burguesia fugia. Ele estava pronto para apoiá-la e, sobretudo, para impor suas próprias palavras de ordem, assim que esta tivesse vencido. A insurreição de junho havia começado sem preparação, mas agora um órgão proletário já estava pronto para assegurar o poder para si.

O desfalecimento da pequena burguesia, sua incapacidade de afrontar a não ser em palavras, o inimigo burguês no terreno militar, fizeram abortar completamente o movimento de 13 de junho de 1849<sup>29</sup>, principalmente em Paris, já que Lyon viveu o levante. E a pequena burguesia comportava-se da maneira que lhe era típica enquanto classe: capaz de atirar contra o proletariado quando vê ameaçados os interesses da propriedade. Capaz igualmente de combater a burguesia depois de se ter colocado sob a bandeira do proletariado. Mas, em qualquer caso, incapaz de impulsionar e de estimular por si só um grande movimento histórico.

2.2.3.2.18. O ciclo revolucionário de 1848 projetou à frente da cena todas as classes da sociedade. Todas as alianças possíveis foram contactadas e depois rompidas. Todas as formas políticas possíveis da dominação burguesa foram esgotadas. No limite, podia-se acreditar que o ciclo ia restaurar, em toda sua pureza, o antagonismo fundamental que tinha sido tão mistificado e obscurecido em fevereiro: aquele entre todas as classes dominantes de um lado e o proletariado de outro, à frente de todas as frações revolucionárias da sociedade.<sup>30</sup>

A pequena burguesia tinha esgotado suas veleidades revolucionárias antes mesmo de ter tentado realizá-las.

O campesinato, que havia apoiado Bonaparte, descobria na política fiscal de seus ministros, o único significado que seu reino tinha para eles: hipoteca e ruína.

Assim, do mesmo modo que no início da revolução tinham-se soldado as diferentes frações da burguesia em um único partido da ordem, era no final da revolução que poderia produzir-se uma coalizão dos diferentes revolucionários em um único partido da revolução.

Essa perspectiva foi assim descrita em As lutas de classe na França:

---

<sup>29</sup> O motivo imediato da jornada de 13 de junho de 1849 foi o protesto contra o bombardeio de Roma por tropas francesas e a violação da constituição que estipulava que o exército francês não tomaria armas contra outro povo.

<sup>30</sup> Como vimos, a perspectiva do partido comunista foi durante muito tempo dominada pela previsão de uma retomada do curso revolucionário em 1852. Nessa ótica, o episódio de junho de 1848, por mais desfavorável que fosse para o proletariado, era tido apenas como um golpe momentâneo cujos efeitos negativos seriam compensados por reorganização do proletariado sobre suas próprias bases, tendo doravante perdido todas suas ilusões em relação aos demais atores da revolução. É apenas na segunda metade de 1850 que – com a revolução em refluxo em todo canto da Europa – o partido começou a defender, notadamente contra a visão imediatista da Liga dos Comunistas, a tese segundo a qual era necessário contar com uma longa fase de contra-revolução. Isso explica as diferentes apreciações que podem ser encontradas nas duas principais obras comunistas dedicadas a esse período: As lutas de classe na França e o 18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte. Na primeira, escrita no início de 1850, considera-se que o proletariado ainda é capaz de tomar a iniciativa e de reagrupar sob sua bandeira a oposição revolucionária, principalmente por ocasião das eleições de maio de 1850. Por seu lado, o 18 Brumário, escrito em 1852, mostra que, durante esse episódio, é a pequena burguesia que predominou politicamente e que, precisamente por essa razão, o proletariado e as outras classes que ainda podiam mobilizar-se em base revolucionárias foram derrotadas.

"Vimos pouco a pouco camponeses, pequeno-burgueses e camadas médias em geral passar par o lado do proletariado, levados à oposição aberta contra a república oficial, tratados como adversários por esta. Revolta contra a ditadura burguesa, necessidade de modificação da sociedade, manutenção das instituições democráticas republicanas como sendo seus órgãos motores, agrupamento em torno do proletariado que enquanto força revolucionária decisiva – tais são as características comuns do que foi chamado de partido da social-democracia, o partido da república vermelha. Esse partido da anarquia, como é batizado pelos adversários, é como o partido da ordem, uma coalizão de interesses diferentes. Da menor reforma da antiga desordem social até a subversão da antiga ordem social, do liberalismo burguês ao terrorismo revolucionário, tais são os longínquos extremos que constituem o ponto de partida e de chegada do partido da "anarquia"

A natureza desse partido social-democrata está especificada no 18 Brumário. Qualificado de "pretense partido social-democrata", é definido como sendo o fruto de uma aproximação e de uma coalizão de interesses entre a pequena burguesia e o proletariado.

"Retirou-se das reivindicações sociais do proletariado sua ponta revolucionária, conferindo-lhes um contorno democrático. Tirou-se das reivindicações democráticas da pequena burguesia suja forma puramente política e colocou-se em destaque sua ponta socialista. Assim foi criada a social democracia".

Mas, se esse partido implicava a submissão do proletariado à pequena burguesia e sua renúncia a uma ação política autônoma, era percebido pela burguesia como partido revolucionário devido à presença do proletariado em seu seio, com o peso da lembrança das batalhas passadas e, em particular, de junho de 1848. A menor ação do proletariado ou da pequena burguesia erguia novamente perante a burguesia o espectro da revolução social e atirava-a cada vez mais nos braços da contra-revolução.

2.2.3.2.19. No entanto, as diferentes frações desse partido social-democrata não expressam seus interesses da mesma maneira. Sua expressão ideológica difere. De um lado, a pequena burguesia que ainda se situa na lógica do modo de produção existente e sonha seu socialismo como um sistema. Essa classe volta-se para as expressões doutrinárias dos utopistas, expressões que só foram proletárias enquanto o proletariado ainda não era suficientemente desenvolvido para levar a bom termo sua crítica da sociedade. De outro lado, o proletariado que forja sua própria doutrina, a qual fornece ao mesmo tempo a chave para compreender a emancipação revolucionária de todas as classes exploradas.

"Assim, então, enquanto a utopia, o socialismo doutrinário que subordina o conjunto do movimento a um de seus momentos, que substitui a produção em comum, social, pela atividade cerebral do pedante individual e cuja fantasia suprime a luta revolucionária das classes com suas necessidades por meio de pequenos artifícios ou grandes sentimentalismo, enquanto este socialismo doutrinário que se limita, no fundo, a idealizar a sociedade atual, dela reproduzindo uma imagem sem qualquer sombra e que pretende fazer triunfar seu ideal contra a realidade social, quando o proletariado deixa esse socialismo para a pequena burguesia, quando a luta dos diferentes sistemas entre si faz ressaltar cada um dos sistemas como a pretensiosa

manutenção de um desses pontos de transição da sublevação social contra o outro ponto, o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário em torno do comunismo para o qual a própria burguesia inventou o nome de Blanqui. Esse socialismo é a declaração permanente da revolução, a ditadura de classe do proletariado, como ponto de transição necessário para chegar à supressão das diferenças de classe em geral, à supressão de todas as relações de produção sobre as quais repousam, à supressão de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, à sublevação de todas as idéias que emanam dessas relações sociais." (idem)

2.2.3.2.20. Durante todo esse período, não é o proletariado que comanda, é a pequena burguesia. Os acontecimentos permitiram que as posições se cristalizassem e que os campos se definissem. Assim, o proletariado agrupa-se em torno de objetivos claros, livres das ilusões de fevereiro. Mas, no seio do partido democrático, ele é incapaz de ocupar a posição dominante que deveria ter conquistado após a pequena burguesia ter sido ridicularizada no dia 13 de junho de 1849.

No entanto, mesmo recuando, mesmo perdendo pé politicamente em relação à pequena burguesia, o proletariado mostrava-se capaz de aterrorizar a antiga sociedade. É assim que a última grande batalha contra o proletariado aconteceu por ocasião das eleições de 10 de março de 1850. O partido vermelho elegeu três candidatos, um dos quais – Deflotte – por sua participação nas jornadas de junho, ressuscitava aos olhos da burguesia o espectro da insurreição.

"A pequena burguesia parisiense, aliada ao proletariado, vingava-se assim de sua derrota de 13 de junho de 1849. O proletariado parecia ter desaparecido do campo de luta no momento do perigo só para ressurgir na primeira ocasião favorável, com forças mais consideráveis e com uma palavra de ordem mais audaciosa. Outra circunstância ainda fez crescer o perigo dessa vitória eleitoral. O exército votou em Paris a favor do insurreto de junho contra Lafitte, um dos ministros de Bonaparte, e, nos Estados, em maioria a favor dos montanhese, que também venceram seus adversários, embora de modo menos evidente do que em Paris". (18 Brumário)

Mas, enquanto Bonaparte "via subitamente a revolução erguer-se contra ele" e interrompia provisoriamente suas querelas com o partido da ordem, a pequena burguesia, à frente do partido democrata, arruinava a vantagem que lhe fôra dada na eleição e sabotava qualquer chance de retomada revolucionária.

"... em vez de forçar o adversário a lutar no momento em que o povo estava cheio de entusiasmo e o estado de espírito no exército era favorável, o partido democrata cansou Paris, em março e abril, com nova agitação eleitoral. Ele permitiu assim que as paixões populares super excitadas se consumissem nesse novo episódio, que a energia revolucionária se contentasse de seus sucessos constitucionais, desgastando-se em pequenas intrigas, denúncias vazias e numa agitação ilusória. Permitiu ainda à burguesia reagrupar-se e tomar providências." (18 Brumário)

De fato, após o fracasso de 13 de junho de 1849, o proletariado deveria ter retomado a iniciativa e concentrar ao seu redor as forças revolucionárias, deixando claro o quanto a pequena burguesia se tinha ridicularizado. Tal posição de força lhe teria permitido explorar a vitória eleitoral, forçando a passagem da ação eleitoral à ação revolucionária ("atrás das células de votação estão os paralelepípedos", escrevia Marx em 1850); em vez disso, deixou à pequena burguesia a tarefa de desviar a vitória num sentido democrático e legalista.

Ao deixar passar essa ocasião histórica, o proletariado mostrava que a revolução tinha verdadeiramente completado seu ciclo e que não se deveria contar com uma retomada do movimento antes que as condições históricas criassem novamente uma conjuntura favorável.

Principalmente depois da crise de 1847-1848, o capital encontrava um novo ciclo de prosperidade, com todas as conseqüências que isso pode acarretar para a atividade revolucionária da classe operária. Quando o partido da ordem decidiu pela supressão do sufrágio universal, que era aceito somente enquanto não o colocasse em perigo, a pequena burguesia só foi capaz de bravatas indignadas e o proletariado não se mexeu.

"Vimos como, em março e abril, os chefes democratas tudo fizeram para arrastar o povo de Paris numa luta ilusória e como, depois de 8 de maio, fizeram tudo que era possível para desviá-lo da verdadeira luta. Não se pode esquecer, ademais, que o ano de 1850 foi um dos mais brilhantes do ponto de vista da prosperidade industrial e comercial e que por conseguinte, o proletariado parisiense estava totalmente empregado. Mas a lei eleitoral de 31 de maio de 1850 o excluía de qualquer participação no poder político. Ela o expulsava do próprio campo de batalha. Ela recolocava os operários na situação de párias que ocupavam antes da revolução de fevereiro. Ao se deixarem conduzir, frente a tal acontecimento, pelos democratas e até esquecendo o interesse revolucionário de sua classe em proveito de um bem-estar passageiro, os operários renunciavam a honra de ser uma classe conquistadora, abandonavam-se à sua sorte, provando que a derrota de junho de 1848 os havia tornado, por alguns anos, impróprios à luta e que o processo histórico deveria novamente prosseguir por cima deles. (18 Brumário, grifo nosso)

2.2.3.2.21. Para que a contra-revolução pudesse se efetuar, restava ainda uma etapa a percorrer: a que golpearia a própria burguesia. As frações burguesas tinham-se servido de Bonaparte como do elemento neutro que podia encarnar seus interesses globais, independentemente das querelas entre suas frações. Ora, justamente por isso ela criou as condições de um antagonismo crescente. Frente às batalhas parlamentares que minavam cada vez mais a fração parlamentar da burguesia, cabia a Bonaparte apenas encarnar, para a massa da classe burguesa, os sacrossantos interesses da ordem burguesa. É por isso que Bonaparte acaba atacando o partido da ordem, em nome da própria ordem.

A massa da burguesia tinha chegado ao ponto em que preferia renunciar ao exercício direto de sua dominação política, desde que o rumo dos negócios fosse garantido. É por isso que ela reconhece seu salvador no ditador de 2 de dezembro de 1850.

Luís Napoleão liquidou os restos da república parlamentar, a qual, apesar de tudo, havia cumprido sua missão: destronar a casa de Orleans, assegurar a unificação das frações burguesas, realizar a forma moderna de dominação da burguesia, demonstrar que a ditadura da burguesia exige a aniquilação política do proletariado.

O proletariado não lutou contra Bonaparte, pois os golpes que este desferia eram antes de tudo dirigidos contra os burgueses, que já se tinham encarregado de liquidar todos os direitos políticos e sociais da classe operária. Os operários não tinham que escolher entre Bonaparte e a burguesia, defender um de seus carrascos contra o outro. Longe de revelar indiferença, tal posição significa perguntar-se de fato qual era a possibilidade do proletariado de defender uma posição autônoma nesse conflito. Combater contra Napoleão III era contribuir para a restauração do parlamento. Afirmar-se de chofre como um partido com um programa de governo revolucionário era reconciliar todas as frações nas costas do proletariado ainda enfraquecido pela sangria de junho. E, finalmente, as condições objetivas necessárias para uma insurreição proletária ainda não estavam reunidas.

"E havia um fato que, por si só, bastava para assegurar Napoleão quanto à neutralidade da grande maioria da classe operária: os negócios eram excelentes – e os ingleses sabem perfeitamente que não se pode fazer uma campanha política, e muito menos uma revolução, quando a classe operária encontra-se plenamente empregada e remunerada." (Engels – 1852)

2.2.3.2.22. Desarmado, privado de seus chefes e de todas as possibilidades de expressão política, parlamentar, etc., isolado no plano internacional onde triunfava em todo lugar a reação, o proletariado francês só podia, contrariamente ao desejo de Engels em 1852 (determinado pela perspectiva de uma nova crise em 1853), esperar ser "novamente tão forte como em fevereiro de 1848" e, neste caso, devia preparar-se para "uma passividade submissa durante uma boa dezena de anos."

De fato, de 1848 a 1864, passaram-se 16 anos antes que o proletariado francês, com seus amigos de armas de todos os países, participassem da fundação das Primeira Internacional.

(texto a seguir)

"Todos os progressos da civilização, isto é todo aumento das forças produtivas sociais ou, se quisermos, das forças produtivas do próprio trabalho, não enriquecem o operário mas o capitalista, e isto do mesmo modo que os resultados da ciência, das descobertas da divisão e da combinação do trabalho, da melhoria dos meios de comunicação, do mercado mundial ou do emprego das máquinas. Tudo isso aumenta unicamente a força produtiva do capital, e já que o capital encontra-se em oposição ao operário, tudo isso só faz crescer sua dominação material sobre o trabalho." (Marx, Grundrisse)

"O determinismo, na sua mais amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por sua vez a cabeça na frente." (Diálogo com os mortos, 1957)